PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LINGUAGENS



Faculdade SESI-SP de Educação

Rua Carlos Weber, 835 - Vila Leopoldina (11) 93440-3922/ 3836-7350 / (11) 3833-1097

www.faculdadesesi.edu.bi



Sumário

MANTENEDOR 6
FACULDADE SESI-SP DE EDUCAÇÃO31
TAGGEDADE GEGI GI DE EDGGAÇÃO
Breve Histórico
ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA32
MISSÃO36
VISÃO36
FINALIDADES36
VALORES37
OBJETIVOS E METAS
1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA39
1.1. CONTEXTO EDUCACIONAL39
1.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO53
1.2.1. POLÍTICAS PARA O ENSINO53
1.2.2. POLÍTICAS PARA A PESQUISA E A EXTENSÃO56
1.3. OBJETIVO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LINGUAGENS
1.4. Perfil do Egresso
1.5. ESTRUTURA CURRICULAR70
1.5.1 Pressupostos gerais para a construção da estrutura curricular
1.5.2 Pressupostos específicos para a construção da estrutura curricular 77
1.6. MATRIZ CURRICULAR83
1.7. ESTUDOS E ADEQUAÇÕES DA NOVA MATRIZ CURRICULAR (VERSÃO 2021)87
1.8. Conteúdos Curriculares92
1.7.1. Eixos Formadores e unidades curriculares
1.9. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA
1.10. METODOLOGIA DE ENSINO



1.11	RESIDÊNCIA EDUCACIONAL E ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO195
1.11	1. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA
EDUC	AÇÃO BÁSICA198
1.11	2. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO - RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA201
1.12	NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES (ATIVIDADES COMPLEMENTARES)213
1.13	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
1.14	. APOIO AO DISCENTE
1.14	.1. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO220
1.14	.2. PROGRAMA DE NIVELAMENTO
1.14	.3. PROGRAMA DE MONITORIA222
1.14	.4. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA223
1.14	.5. Organização Estudantil
1.14	.6. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS
1.15	GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA225
1.16	. Ambiente virtual de aprendizagem e atividades de tutoria229
1.17	PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-
APREI	NDIZAGEM231
1.18	ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS
<u>2</u> <u>C</u>	ORPO DOCENTE E TUTORIAL239
2.1	ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE
2.2	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR240
2.3	ATUAÇÃO DO COORDENADOR241
2.4	REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO244
2.5	TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO
2.6	REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO
2.7	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA246
2.8	EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DO CORPO DOCENTE247
2.9	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA247



2.10	ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO	248
<u>3</u> <u>I</u>	NFRAESTRUTURA	251
3.1	ESPAÇO DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL – TI	251
3.2	ESPAÇO DE TRABALHO PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO	251
3.3	SALA COLETIVA DE PROFESSORES	252
3.4	SALAS DE AULA	252
3.5	ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	253
3.6	BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR	254
3.7	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	256
3.8	COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)	257
3.9	AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO	258
4 6	DEEEDÊNCIA S	261



PARÂMETROS OPERACIONAIS DO CURSO

Mantenedora: Serviço Social da Indústria (SESI)

Av. Paulista, 1.313

São Paulo CEP 01311-923

Telefone: (11) 3322-0050

Decreto-lei nº 9.403 de 25 de junho de 1946

Inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Livro "A", número um, sob o número de ordem 55, em data de 07 de agosto de 1946.

FACULDADE SESI - SP DE EDUCAÇÃO

Rua Carlos Weber, 835, VI. Leopoldina

São Paulo CEP 05303-902

Telefone: (11) 3836-7350

CNPJ:

Registro no MEC sob nº

Credenciamento: Portaria MEC nº. 724, de 14 de julho de 2015, publicado

em 15/07/2015.

LICENCIATURA EM LINGUAGENS

Rua Carlos Weber, 835, VI. Leopoldina

São Paulo CEP 05303-902

Telefone: (11) 3836-7350

Autorização: Portaria Seres n. 584, de 17 de agosto de 2015, publicado

em 18/08/2015.

Número de vagas: 40 vagas

Turnos de funcionamento: noturno

Período de integralização: mínimo: 4 anos

Site www.faculdadesesi.edu.br | Email: faculdadesesisp@sesisp.org.br



máximo: 8 semestres





APRESENTAÇÃO DA IES

A Faculdade SESI-SP de Educação (FASESP) é mantida pelo

Departamento Regional do SESI do Estado de São Paulo (SESI-SP) e

resulta da experiência desta instituição com ações educacionais,

sobretudo na Educação Básica e na educação não formal sociocultural

desenvolvida em todo o Estado, no qual mantém extensa rede, inclusive

com unidades que propiciam Educação Infantil, Ensino Fundamental e

Ensino Médio.

O histórico do Mantenedor, a seguir, demonstra a evolução deste

no campo educacional, a qual propicia a criação de uma Faculdade,

consolidando e institucionalizando suas ações.

MANTENEDOR

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)

O Serviço Social da Indústria (SESI) é uma entidade nacional de

direito privado, nos termos da lei civil, estruturada federativamente com

Departamentos Regionais autônomos em cada Estado e no Distrito

Federal, que visa ao bem-estar social dos trabalhadores industriais e de

atividades assemelhadas em todo o país.

Pelo Decreto-lei nº 9.403 de 25 de junho de 1946, a Confederação

Nacional da Indústria (CNI) recebeu o encargo de sua criação, com "a

finalidade de estudar, planejar e executar, direta ou indiretamente,

medidas que contribuíssem para o bem-estar social dos trabalhadores na

indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do

padrão geral de vida no país e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral

e cívico e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as

classes".(Artigo 1º)



Já, então, era estabelecido que, na execução dessas finalidades, o Serviço Social da Indústria deveria ter em vista, especialmente, entre outras, *atividades educativas e culturais*, visando à valorização do homem e aos incentivos à atividade produtora.

Suas atividades em todo o território nacional são disciplinadas pelo Regulamento Geral assinado pelo Ministro do Trabalho e aprovado por Decreto da Presidência da República.

O Regulamento Geral em vigor foi aprovado pelo Decreto n.º 57.375, de 02 de dezembro de 1965, publicado no Diário Oficial da União de 03 de dezembro do mesmo ano, com retificação no dia 08 do mesmo mês e ano, tendo sido alterado, em 05 de novembro de 2008, pelo Decreto nº 6.637/2008.

Esse Decreto realça a missão educativa do SESI, prescrevendo que, em toda e qualquer atividade, a instituição dará realce ao processo educativo como meio de valorização da pessoa do trabalhador. Nesse sentido, vincula, no seu orçamento geral, parcela da receita líquida da contribuição compulsória para a educação. Compreendendo as ações de Educação Básica e Continuada, bem como ações educativas relacionadas com o esporte, a cultura, o lazer e a saúde destinados a estudantes, conforme diretrizes e regras definidas pelo Conselho Nacional de Educação, determinou que metade dessa parcela ficasse vinculada à gratuidade nessas ações e acrescentou, ainda, que o SESI estimulará e facilitará a continuidade dos estudos do trabalhador.

O SESI vem exercendo papel fundamental no desenvolvimento social, colaborando efetivamente para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador da indústria, seus familiares e comunidade em geral por meio de seus serviços nos campos da educação, saúde, lazer e esporte, cultura, alimentação e outros.

SESI

Faculdade SESI-SP de Educação

É, também, parceiro das empresas, fornecendo apoio ativo na

mplantação o decenvolvimente de projetos de benefícios sociais para

implantação e desenvolvimento de projetos de benefícios sociais para

funcionários.

Missão

Promover a educação para o desenvolvimento econômico e social,

contribuindo para elevação da competitividade da indústria e melhoria dos

padrões de vida do beneficiário da indústria e seus dependentes.

Visão

Ser líder na promoção do desenvolvimento social que apoia a

competitividade da indústria e o crescimento sustentável da economia.

Valores

• Comprometimento e responsabilidade com a missão institucional.

• Confiança pautada nos preceitos de integridade, lealdade e

dignidade.

Valorização do ser humano e da harmonia nas relações sociais.

Respeito ao meio ambiente.

• Busca permanente da eficiência e da inovação em serviços,

produtos e processos.

• Transparência na relação entre colaboradores, clientes e

fornecedores.

FACULDADE

Faculdade SESI-SP de Educação

Objetivos

Organizar os serviços sociais adequados às necessidades e

possibilidades locais, regionais e nacionais;

• Utilizar os recursos educativos e assistenciais existentes, tanto

públicos, como particulares;

• Estabelecer convênios, contratos e acordos com órgãos públicos

profissionais e particulares;

• Promover quaisquer modalidades de cursos e atividades

especializadas de serviço social;

• Conceder bolsas de estudo, no país e no estrangeiro, ao seu

pessoal técnico, para formação e aperfeiçoamento;

Contratar técnicos, dentro e fora do território nacional, quando

necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus

serviços;

Participar de congressos técnicos relacionados com suas

finalidades:

Realizar, direta ou indiretamente, no interesse do desenvolvimento

econômico-social do país, estudos e pesquisas sobre as

circunstâncias vivenciais dos seus usuários, sobre a eficiência da

produção individual e coletiva, sobre aspectos ligados à vida do

trabalhador e sobre as condições socioeconômicas

comunidades:

Servir-se dos recursos audiovisuais e dos instrumentos de

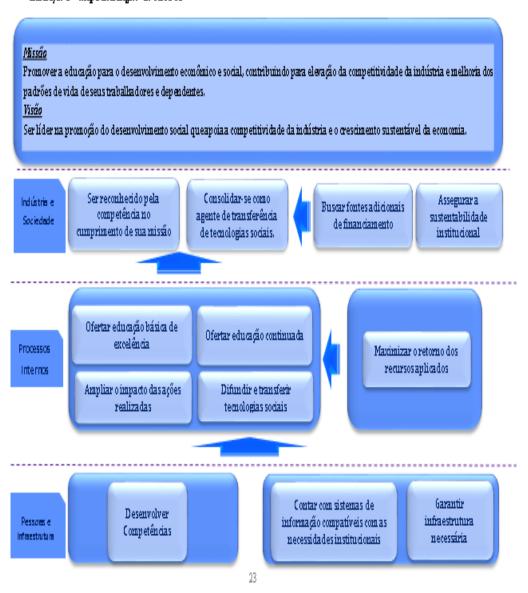
formação da opinião pública, para interpretar e realizar a sua obra

educativa e divulgar os princípios, métodos e técnicas de serviço

social.



Ilustração 1 - Mapa Estratégico do SESI-SP





DE EDUCAÇÃO

Estrutura Organizacional

O SESI, sob o regime de unidade normativa nacional e de

descentralização executiva nos Estados, atua visando à propositura de

um sistema nacional com objetivos e de planos gerais, adaptáveis aos

meios peculiares das várias regiões do país.

O sistema compõe-se de órgãos normativos (Conselho Nacional e

Conselhos Regionais) e de órgãos de administração (abrangendo o

Departamento Nacional e 27 Departamentos Regionais).

O SESI tem um comando nacional diretivo que é seu Departamento

Nacional, e um, deliberativo máximo, o Conselho Nacional. No âmbito

estadual, a Diretoria Regional e o Conselho Regional são seus órgãos

máximos de direção e deliberação, respectivamente.

O Departamento Nacional do SESI é dirigido pelo Presidente da

Confederação Nacional da Indústria (CNI). Nos Departamentos Regionais

(Estaduais), cabe ao Presidente da respectiva Federação das Indústrias

o comando diretivo.

O SESI é mantido por recursos provenientes de contribuições

mensais recolhidas compulsoriamente das indústrias em geral, incluídas

aí as de telecomunicações, da pesca, da construção civil e do transporte

ferroviário.

A contribuição, no valor de 1,5% do montante da remuneração paga

aos empregados, é arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social

(INSS), órgão do Ministério da Previdência Social, o qual retém 3,5% do

total, a título de reembolso de despesas operacionais. O restante é

transferido ao SESI, sendo distribuídos 75% para o Departamento

Faculdade SESI-SP de Educação

Regional em cujo âmbito situam as empresas contribuintes e 25% para o

Departamento Nacional.

Ao SESI é facultado auferir receitas próprias, por intermédio da

prestação de serviços, sem, entretanto, que esta ocorrência acabe por

descaracterizar sua imunidade constitucional tributária, haja vista que lhe

é impedida a obtenção de lucros advindos de tais atividades/serviços,

devendo, caso registre o ingresso de receitas adicionais, consideradas

"próprias", revertê-las às suas atividades finalísticas.

O SESI no Estado de São Paulo

O Departamento do Estado de São Paulo está inscrito no Registro

Civil das Pessoas Jurídicas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio

de Janeiro, no Livro "A", número um, sob o número de ordem 55, em data

de 07 de agosto de 1946, publicada no Diário Oficial da União de 22 de

outubro do mesmo ano, página 14.421.

O SESI-SP estabeleceu-se logo em seguida à sua criação, em 25

de julho de 1946. Sua sede, atualmente, localiza-se na Avenida Paulista,

1.313, São Paulo, Capital, bairro Cerqueira César, CEP 01311-923 - site

www.sesisp.org.br.

Sua atuação inclui, entre outros, Centros de Atividades, Escolas,

Centros de Reabilitação, Teatros, Galeria de Artes.

São seus campos de atuação a Educação Básica, o Lazer e

Esporte, o Desenvolvimento Sociocultural, a Saúde, a Nutrição. Todo

atendimento é estruturado segundo duas linhas de oferta: Educação

Básica e Educação Permanente do trabalhador.

A Educação configura-se como prioritária para o SESI-SP,

conferindo caráter eminentemente educacional para todas as ações

empreendidas. Esta opção pela Educação se evidencia não somente



pelos serviços ofertados no âmbito da Educação Básica, mas, também,

pelo conjunto de ações educativas empreendidas nos demais campos.

O SESI-SP e a Educação Básica

Desde sua fundação, o SESI-SP optou por privilegiar a Educação,

tendo seu primeiro projeto educacional em 1947, destinado ao

atendimento de jovens e adultos, contribuindo na sua inserção para o

mundo do trabalho. Porém, sua intenção educacional não contemplava

apenas as técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo, mas a

desenvolver hábitos e atitudes que permitam "vida mais completa e mais

feliz, de forma a adaptar-se com mais facilidade à modificação de seu

meio" (Caderno SESI - 18 anos. São Paulo: Editor Paulo de Costa

Correia, 1965).

A partir do final dos anos 50 e começo dos 60, ampliou o

atendimento educacional para crianças em fase pré-escolar e primária,

em classes localizadas em paróquias e vilas industriais, com currículo

organizado de acordo com as normas vigentes, sem prejuízo de uma

concepção de educação voltada para aprendizagem, com o estudante

como sujeito do processo.

Nesse cenário, de 1.600 crianças atendidas, passou para,

aproximadamente, 77.000 de 1959 a 1964, período em que se fortaleceu

como rede.

Na década de 70, por força da Lei nº 5.692/1971, ampliou para oito

anos a escolaridade obrigatória de 1º Grau, nas Unidades Escolares

existentes, além de instalar mais escolas no Estado.



Outras concepções inspiraram novos paradigmas, introduzindo outro marco na história da Educação do SESI-SP, como o *Projeto Telecurso 2000 - Educação a Distância -* EAD, para atender à Educação de Jovens e Adultos – EJA, nas etapas do Ensino Fundamental e do Médio, para os que não tiveram acesso à escola na idade apropriada, Este Projeto foi desenvolvido, em parceria do SESI-SP, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/SP) com a Fundação Roberto Marinho (FRM).

Em 2008, com a denominação de *Novo Telecurso*, os vídeos e materiais impressos de todas as áreas de conhecimento foram revisados e atualizados, permanecendo inalterada sua metodologia. Assim, o sistema de ensino SESI-SP continua sua trajetória contribuindo para a formação da cidadania, atendendo, aproximadamente, 58 mil estudantes.

Em 2001 o SESI-SP consolidou um projeto de formação continuada dos seus profissionais da Educação, iniciado com a contratação de analistas pedagógicos especialistas nas diversas áreas de conhecimento, que atuaram diretamente como parceiros dos professores, promovendo reflexões sobre a prática em sala de aula, construindo nova proposta educativa implementada em 2003, inaugurando novo capítulo em sua história.

Em 2007 foi implantado o Ensino Médio articulado com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio do SENAI-SP, visando a oferecer oportunidades educacionais que possibilitam o acesso ao trabalho e a continuidade de estudos.

Implantou, também, gradativamente, o Ensino Fundamental de 09 anos com *Educação Integral em Tempo Integral*, em todas as unidades escolares localizadas nos Centros de Atividades e Treinamento (CATs),



que constitui uma prestação de serviços integrados do SESI-SP, na educação, esporte, lazer, cultura, saúde e alimentação.

Com a ampliação, o atendimento deixou de ser um programa paralelo e passou a integrar o Ensino Fundamental de 09 anos, estabelecendo-se como "Ensino Fundamental de 09 anos - Educação Integral em Tempo Integral", com oferta em todas as escolas localizadas nos Centros de Atividades e Treinamento (CATs), e em escolas que funcionam em prédios próprios do SESI, no Estado de São Paulo. Estes Centros se tornaram o *locus* privilegiado para a localização das escolas por terem espaços arquitetônicos com áreas para esporte, lazer, atividades artísticas, culturais e, ainda, por possuírem laboratórios de informática, de ciência e tecnologia, salas multidisciplinares e bibliotecas devidamente informatizadas.

Iniciando em 2010 uma política de expansão e de qualificação dos serviços educacionais, o SESI-SP passou a desenvolver um programa de construção de novos prédios escolares, com modernas instalações e espaços arquitetônicos privilegiados que contemplam laboratórios para as diversas áreas de conhecimento; salas de informática; bibliotecas, administrada por bibliotecário qualificado, com acervo variado para atender aos interesses e às necessidades dos usuários, organizado de acordo com as normas bibliográficas padronizadas, acesso às informações digitais que funciona como espaço de aprendizagem, quadras de esportes; espaço aquático, na maioria delas; e em algumas unidades, teatro com capacidade para mais de 200 pessoas.

Destaca-se que os ambientes informatizados estão contribuindo efetivamente para a construção de saberes e para a transformação das estratégias pedagógicas, introduzindo, entre outros, o componente fundamental no processo de ensino e de aprendizagem: a interação entre os atores envolvidos e os objetos do conhecimento.

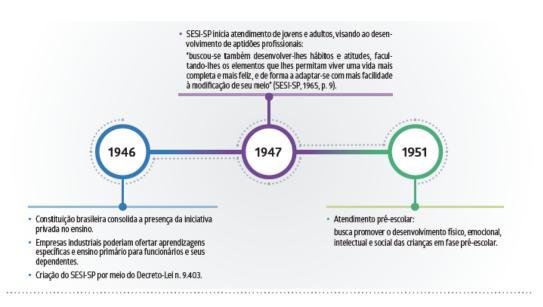


Conforme citado anteriormente, em 2003 foram publicados os Referenciais Curriculares da Rede Escolar SESI-SP. A partir de 2010, estudantes e professores do Ensino Fundamental passaram a contar com material didático para o Ensino Fundamental de 09 anos e, em 2013, com material para o Ensino Médio. É um instrumento relevante para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, elaborado de modo a considerar as diferentes formas de ensinar e aprender, propondo práticas educativas que vão além da mera transmissão de informações e de conteúdos conceituais, possibilitando assim, combinar unidades de diferentes áreas de conhecimento, promovendo o diálogo entre os campos dos saberes.

Desde sua origem, o SESI-SP tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida no país e para o aperfeiçoamento do espírito de solidariedade entre as classes sociais, desenvolvendo ações nas áreas de saúde, lazer, educação e trabalho para os trabalhadores da indústria e seus dependentes.

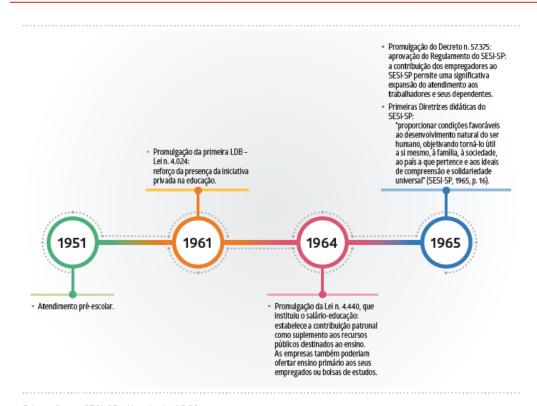
Ainda hoje o SESI-SP busca promover a educação para o desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a elevação da competitividade da indústria e a melhoria dos padrões de vida de seus trabalhadores e dependentes, proporcionando uma educação de qualidade, pertinente, inovadora e equitativa, que contribua para a formação integral de todos os estudantes.

É com esses objetivos que o SESI-SP continua a desenvolver sua missão na sociedade. Seu ano de criação coincidiu com o período pósguerra, marcado no Brasil pela transição da economia agrária para a industrial, por intensos movimentos migratórios, elevadas taxas de natalidade e de analfabetismo, bem como por um sistema escolar incipiente para as necessidades do país.



Educação no SESI-SP: 1946-1951.

Em 1951, primando pela melhoria das condições de vida dos filhos de beneficiários das indústrias, o SESI-SP passou a disponibilizar atendimento em fase pré-escolar para as crianças de 5 e 6 anos, com o propósito educacional de promover seu desenvolvimento nos aspectos físicos, emocionais, intelectuais e sociais, em caráter preparatório para o primeiro grau. Nos anos posteriores, notadamente entre 1959 e 1964, houve significativo crescimento do SESI-SP, ampliando o atendimento de 1,6 mil estudantes para, aproximadamente, 77 mil (SESI-SP, 1965, p. 53; 57). À época, o SESI-SP também passou a atender crianças no nível primário, em salas de aula localizadas em paróquias e vilas Industriais.



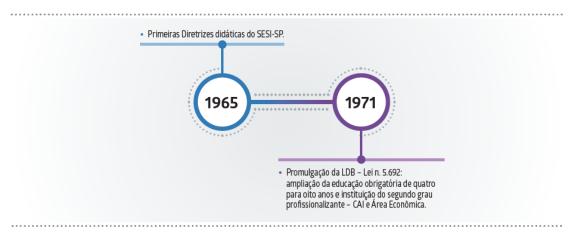
Educação no SESI-SP: década de 1960.

Para atender às necessidades de um sistema escolar que se ampliava e se consolidava como o maior de natureza privada do Estado de São Paulo na década de 1960, organizou-se no SESI-SP uma equipe central. Com essa estrutura, buscava-se responder às especificidades próprias dos níveis e das modalidades de ensino, desenvolvendo ações de orientação e acompanhamento pedagógico-administrativo nas unidades escolares.

A preparação para o trabalho era desenvolvida por intermédio de cursos extracurriculares realizados em Centros de Aprendizados Industriais (CAI). Neles, estudantes que já haviam concluído a 4a série e ainda não tinham atingido a idade mínima para o trabalho (14 anos) recebiam, durante dois anos, treinamentos para iniciarem sua atividade profissional nas indústrias.



Os cursos promoviam a aplicação dos conhecimentos adquiridos na escola primária, o desenvolvimento de trabalhos manuais e artísticos, bem como a difusão de hábitos e atitudes profissionais.



Educação no SESI-SP: década de 1970.

No início da década de 1970, a experiência dos CAI no preparo para o trabalho foi incorporada à parte diversificada do currículo com a denominação de Área Econômica, no oferecimento de aulas de marcenaria, hidráulica, eletroeletrônica, entre outras, a partir da 5a série.

Na mesma época, com o aumento das mulheres no mercado de trabalho, o SESI-SP começou a idealizar um serviço de regime de semi-internato destinado à primeira infância. Foram criados os Núcleos de Formação Humana na Divisão de Melhoria da Saúde. A medida tinha como objetivo o desenvolvimento biopsicossocial infantil, com ações voltadas aos "cuidados físicos" e à "guarda" de crianças de 0 a 6 anos, no período em que as mães cumpriam suas jornadas de trabalho.

O final da década de 1970 e o início dos anos de 1980 marcaram a abertura política do país após o regime militar iniciado em 1964. A redemocratização abriu novas perspectivas para um longo processo de construção de consciência política. Resgatou-se a relevância da

educação fundamentada em paradigmas que atribuíssem novos significados à cidadania e à participação, transformando as relações de convívio social e incentivando a construção da democracia.



Educação no SESI-SP: década de 1980.

A partir desse momento, amplia-se o investimento na qualificação dos profissionais da educação no SESI-SP, abrindo espaços para discussão, capacitação em serviço (com oferecimento do Curso de Aperfeiçoamento e Aprimoramento Profissional – CAAP), treinamento e formação dos profissionais envolvidos, realizados pela Divisão de Educação Fundamental.

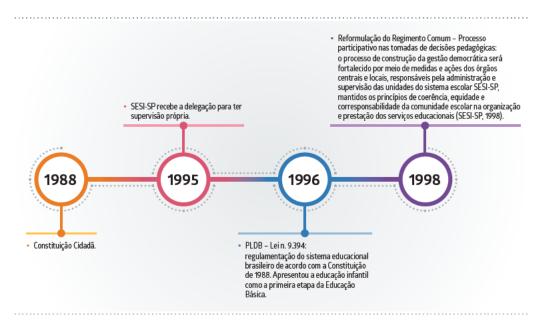
Em paralelo ao trabalho da Divisão de Melhoria da Saúde, que atendia crianças de 0 a 6 anos, algumas das unidades escolares do ensino fundamental da rede SESI-SP dispunham de salas destinadas a crianças de 6 anos, em um programa educacional voltado para a alfabetização.

Anos depois, com a reestruturação da organização da entidade, a Divisão de Melhoria da Saúde foi substituída pela Divisão da Promoção da Saúde. Assim, o Núcleo de Formação Humana (NFH) se responsabilizou pelas crianças de 0 a 3 anos e a Divisão de Promoção Social se responsabilizou pela educação das crianças de 4 a 6 anos, a



partir da implantação dos Centros de Vivência Infantil, um novo serviço que visava expandir o atendimento inicialmente em período integral, envolvendo profissionais das áreas da educação, saúde e serviço social para o desenvolvimento dos trabalhos educativos.

Esse trabalho desenvolvido pelos Centros de Vivência Infantil teve significativa expansão no início dos anos 1990 e passou a elaborar projetos de pré-alfabetização. Em meados dessa mesma década, uma série de mudanças se concretiza: os Centros de Vivência Infantil ser denominados Centros de Educação passaram fundamentados na concepção sociointeracionista de aprendizagem; integração da educação infantil na rede SESI-SP de ensino, atendendo a crianças de 0 a 6 anos de idade; adequação da proposta educativa do CEI para o atendimento desse público. É nesse mesmo contexto que o SESI-SP recebe a delegação da supervisão própria em todas as modalidades de ensino.



Educação no SESI-SP: década de 1990.

O processo participativo nas decisões pedagógicas implicou uma contínua

Site www.faculdadesesi.edu.br | Email: faculdadesesisp@sesisp.org.br



reflexão e ação sobre o cotidiano escolar, levando em conta a participação de professores e gestores na discussão sobre o processo de ensino e aprendizagem, a função dos conteúdos das áreas do conhecimento, a avaliação enquanto processo formativo e o reconhecimento do estudante como cidadão atuante na sociedade.

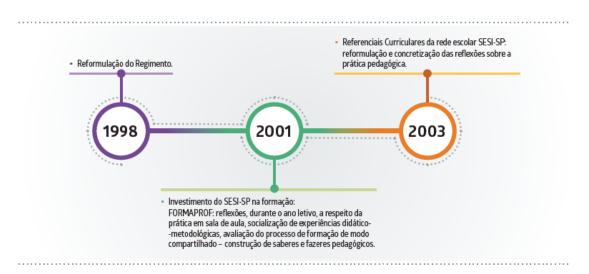
No ensino fundamental, o trabalho conjunto entre o corpo docente e a equipe técnica ajudou a definir, em 1999, sua organização em ciclos, em vez de séries como era até então.

Além disso, em substituição à nota, o sistema de avaliação passou a utilizar as menções *progressão satisfatória* e *progressão insatisfatória*. Esse processo exigiu que o currículo fosse repensado, tendo em vista o domínio de conhecimentos, habilidades e competências, sendo organizado em uma parte de base nacional comum e outra parte diversificada, de modo que o exercício da cidadania e a preparação para o trabalho fossem objetivos de todas as áreas do conhecimento. Referente à educação infantil, o atendimento às crianças passou a ser em tempo parcial em 35 unidades da rede.

Com o reconhecimento da educação infantil como uma etapa fundamental do processo educativo e com a publicação de seus Referenciais Curriculares, em 2003, o SESI-SP fortaleceu a proposta educativa da educação infantil, abrindo debates em torno da organização do trabalho didático-pedagógico.

Nesse contexto, a Diretoria de Educação Básica do SESI-SP foi reestruturada para que as mudanças previstas se concretizassem nas escolas. As novas ideias levaram a práticas mais integradoras e coerentes com as transformações propostas, como o trabalho integrado da equipe técnica da educação infantil e do ensino fundamental.





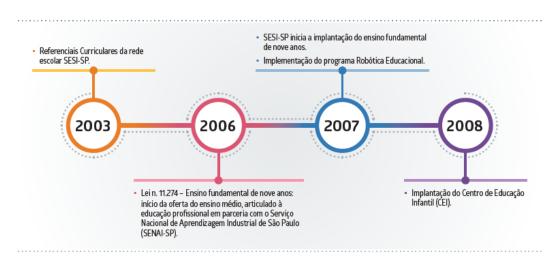
Educação no SESI-SP: início dos anos 2000.

Para a elaboração do Referencial Curricular em 2003, o currículo foi repensado tanto do ponto de vista do conteúdo e organização quanto da prática, buscando respostas para o que se faz necessário ensinar e aprender e qual o conjunto de aprendizagens básicas a serem garantidas, envolvem saberes comuns. competências, habilidades que procedimentos de estudo. Foram inseridos conceitos que fortaleceram a prática pedagógica do SESI-SP, como habilidades e competências, unidades significativas, expectativas de ensino e aprendizagem e procedimentos metodológicos. Os encontros de formação continuada realizados nos anos seguintes contribuíram para a consolidação desses conceitos na nova organização curricular.

A partir de 2007, a rede escolar SESI-SP iniciou o processo de implantação das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), investindo em laboratórios de informática educacional e desenvolvendo aulas de informática e iniciação tecnológica. Estabeleceu-se o programa Robótica Educacional, que busca, por meio de atividades práticas, favorecer uma aprendizagem que amplie conhecimentos científico e tecnológico e estimule a criação, a experimentação e o trabalho em



equipe. Tal programa possibilitou que, já em 2009, o SESI-SP estivesse presente em diversos torneios nacionais e internacionais de robótica.



Educação no SESI-SP: início dos anos 2000.

Entre os anos de 2009 e 2013, foi realizada a revisão do Referencial Curricular do sistema SESI-SP de ensino, com o objetivo de reorganizar as expectativas de ensino e aprendizagem da educação infantil e do ensino fundamental. Além disso, a homologação do novo Regimento Comum da rede escolar SESI-SP reestruturou e reorganizou o ensino fundamental, com sistemática avaliativa representada por notas. Todavia, não se perdeu a lógica do princípio pedagógico orientador do respeito ao ritmo de aprendizagem e às experiências do educando, procurando com isso consolidar os avanços conquistados e realizar aqueles que estão próximos de serem atingidos.

Os professores começam a utilizar as expectativas de ensino e aprendizagem modificadas e, na intenção de consolidar seu sistema educacional, o SESI-SP busca a elaboração e publicação de material didático próprio para o ensino fundamental, constituído por três volumes: o livro do estudante, denominado Movimento do aprender; o livro do

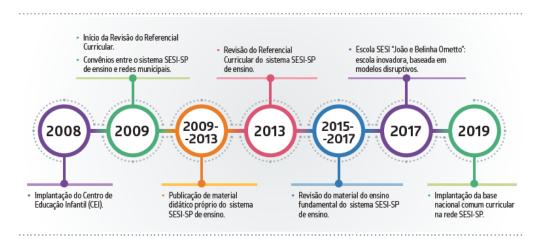


professor, intitulado Fazer pedagógico; e uma coletânea de textos, dos mais diversos gêneros textuais, chamada Muitos textos... tantas palavras. Assim, os pilares da proposta educacional do SESI-SP passaram a se sustentar nos Referenciais Curriculares, no material didático e na opção estratégica de investimento na formação continuada dos seus profissionais.

Atentas à direção imposta pela contemporaneidade de que a busca de parceria e alianças estratégicas constitui questão central em qualquer modelo de atuação, novas iniciativas do SESI-SP vão se delineando, respondendo ao compromisso da entidade com a sociedade paulista. Diante do objetivo consubstancial de melhorar a qualidade da educação e elevar a escolaridade dos brasileiros, o Departamento Regional do SESI-SP passa, a partir de 2009, a expandir sua atuação, possibilitando a realização de convênios de cooperação técnica entre o sistema SESI-SP de ensino e redes municipais de ensino.

Dentro dessa perspectiva, passa a somar esforços, difundindo, junto às redes conveniadas, as experiências educacionais subsidiadas e implementadas pelo SESI-SP, atuando de modo a reforçar sua convicção de que a educação de qualidade para todos é o alicerce para o desenvolvimento sustentável do país e solução na busca pela equidade social. Desta maneira, os profissionais da rede SESI-SP iniciaram sua atuação junto às redes educacionais conveniadas, disseminando a tecnologia social da entidade e compartilhando sua metodologia com os técnicos e educadores, por meio de formação continuada para as equipes estora e docente, realizada *in loco*.





Educação no SESI-SP: década em curso.

O trabalho voltado para a educação infantil também é estabelecido nos municípios do Estado de São Paulo, inicialmente em formato de assessoria. Impulsionado por uma visão estratégica e pelo anseio de uma educação de qualidade para todos, em 2012 o SESI-SP lança mão de mais uma iniciativa, colocando em funcionamento cursos técnicos de nível médio.

Na constante busca de ações que ampliassem a qualidade da educação, no final de 2012 uma nova estratégia de atuação e acompanhamento é estruturada junto às unidades escolares da rede. Foram criadas as Supervisões Estratégicas de Atendimento (SEA), formadas por equipes de técnicos para o acompanhamento, formação continuada dos docentes da rede e fomento de ações referentes à ciência e tecnologia, à legislação e organização educacional e à escola promotora de saúde.

Tal organização se expressou na ideia de aproximação cada vez maior dos técnicos ao *locus* da escola, permitindo a flexibilidade prática e a construção de propostas coletivas, assim como, de projetos formativos específicos para contribuir com a resolução dos problemas específicos de cada unidade escolar.

Faculdade SESI-SP de Educação

Nas SEA também foram constituídas as equipes técnicas que atuavam com os municípios conveniados, trabalho que passou a ter um expressivo aumento de atendimentos.

Na intenção de documentar a trajetória e a especificidade da educação infantil da rede SESI-SP e também subsidiar o trabalho realizado no CEI e nos municípios conveniados, em 2013 é realizada a publicação das Orientações didáticas do Movimento do aprender no sistema SESI-SP de ensino para o professor de crianças de 4 e 5 anos e do livro Movimento do aprender para as crianças.

Entre os anos de 2013 e 2017 foram realizadas adequações na proposta curricular do SESI-SP, visando atender às demandas sociais apresentadas ao sistema SESI-SP de ensino. O Referencial Curricular do ensino fundamental foi amplamente revisado, assim como as expectativas de ensino e aprendizagem. Estas, por sua vez, foram organizadas de forma gradativa e espiralada, permitindo uma organização curricular diferenciada e dando maior autonomia aos professores no momento de fazer suas opções didáticas. Paralelamente a esse trabalho, o material do ensino fundamental foi inteiramente revisado e implementado progressivamente na rede SESI-SP.

Dentro do processo de adequação realizado, o SESI-SP reestruturou sua organização de atendimento e formação da rede. As antigas SEA, em 2015, deram lugar às Regiões Estratégicas de Atendimento (REA), que passaram a priorizar a formação dos coordenadores pedagógicos e diretores escolares para que pudesse desenvolver a formação dos docentes de suas respectivas unidades escolares. A formação dos docentes da rede deixa de ser centralizada, dando aos coordenadores pedagógicos condições para realizar a formação dos docentes a partir das necessidades existentes nas unidades escolares. No ano seguinte, é publicado o *Referencial Curricular do*

Faculdade SESI-SP de Educação

sistema SESI-SP de ensino da educação infantil e, em 2017, as Orientações didáticas e práticas pedagógicas na educação infantil: crianças de 0 a 3 anos são revisadas, visando atender ao programa de formação docente dos municípios conveniados.

Inspirado em modelos mundiais disruptivos, o SESI-SP implantou em 2017 uma escola com proposta educacional inovadora: a escola SESI "João e Belinha Ometto", localizada em Limeira, constituída por galpões, expressa o conceito de escola sem paredes. Com projeto arquitetônico inovador, seus espaços são multifuncionais e integrados às tecnologias móveis, o que favorece a construção de diferentes agrupamentos e atividades, possibilitando a organização dos estudantes de forma multietária.

Essa busca por um ensino inovador e a ênfase no protagonismo dos estudantes fizeram com que a rede SESI-SP, também em 2017, implementasse os Eixos Integradores em seu currículo.

Organizados por área de conhecimento, buscavam desenvolver, por meio da pesquisa e dos problemas e questionamentos apresentados pelos alunos, uma relação mais estreita entre a pesquisa, os saberes escolarizados e o cotidiano dos estudantes, em uma perspectiva de trabalho interdisciplinar, relacionando os saberes das áreas do conhecimento entre si a partir da pesquisa e das demandas de interesse dos alunos. Nesse mesmo ano, ocorre uma competição de robótica exclusiva para alunos da rede escolar SESI-SP, que viria a se repetir no ano de 2018: nesse momento a Robótica Educacional está consolidada na rede escolar SESI-SP, tornando-se referência para outras instituições de ensino.

Em 2019 foi realizado um importante movimento na rede SESI-SP, que consistiu num processo de estudo, discussão e implantação da base nacional comum curricular (BNCC), integrando toda a equipe escolar

Faculdade SESI-SP de Educação

nesses trabalhos. Com o objetivo de promover uma ampla reflexão sobre a BNCC, relacionando aos princípios educacionais que regem a proposta pedagógica e as expectativas de ensino e aprendizagem do SESI-SP, diversos estudos foram realizados nas unidades escolares e nas Regiões Estratégicas de Atendimento (REA), que socializavam suas reflexões com toda a rede. O material elaborado está subsidiando o processo de implementação da BNCC em toda a rede SESI-SP, consolidando sua gestão democrática e a construção coletiva.

Outras iniciativas que consolidam a rede SESI-SP têm sido realizadas, como a dinâmica e valorização da área de Ciência e Tecnologia, a atualização e inovação constante dos recursos didáticos, o acompanhamento e monitoramento dos projetos formativos, o olhar atento ao cumprimento da legislação vigente, a ampliação e inovação dos prédios escolares com novos e estruturados espaços educativos, a ressignificação constante do trabalho em tempo integral, além do desenvolvimento de projetos institucionais que ampliam a qualidade do ensino oferecido, elevando os padrões educacionais do SESI-SP.

Os princípios que permeiam a organização curricular para os próximos anos são:

- Igualdade e equidade no processo educativo
- Autonomia e responsabilidade na construção e na reconstrução dos saberes
- Qualidade nos processos de ensino e aprendizagem
- Gestão democrática
- Valorização dos profissionais da educação
- Valorização da experiência extraescolar

Formação continuada de docentes



As solicitações de profissionais e de escolas, inclusive as da rede do SESI-SP, mostram que existe lacuna no sistema de ensino entre a formação inicial nas Licenciaturas e as exigências reais do processo escolar de aprendizagem dos estudantes, razão pela qual sempre foi imperativa a necessidade de desenvolver programas para formação continuada dos seus profissionais, para atendimento desta demanda.

As Licenciaturas oferecidas no país, no geral, são segmentadas, formando docentes por disciplina, desconhecendo o tratamento por áreas do conhecimento, a interdisciplinaridade e as estratégias de contextualização preconizadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais e outras normas emitidas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação. Tais Licenciaturas não levam em conta, na maioria das vezes, a diversificação de competências hoje requeridas do professor, as quais não se limitam às atividades em sala se aula, mas englobam ações plurais intra e extraescolares. Além disso, muitos destes cursos não acompanham a evolução tecnológica e a rapidez das informações, que determinam a necessidade de desenvolver competências sintonizadas com o conhecimento e a aplicação das tecnologias de informação e comunicação na escola.

Por essas razões, as instituições de ensino têm se preocupado em desenvolver ações de formação continuada para seus profissionais, a fim de suprir as lacunas apontadas na sua formação inicial. O SESI-SP desenvolveu larga e proveitosa experiência de formação continuada de docentes, mantendo atividades e programas, sempre visando à atualização e à qualidade de sua atuação educacional. Destarte, promove reuniões e encontros pedagógicos, congressos, seminários, workshops e similares com a participação de seus profissionais de educação, como os de outras instituições.





FACULDADE SESI-SP DE EDUCAÇÃO

Breve Histórico

A Faculdade SESI-SP de Educação resulta da experiência desenvolvida na área educacional desde 1947, quando foi instalado seu primeiro projeto educacional de caráter escolar, destinado à alfabetização de jovens e adultos. Desde então, por mais de 60 anos, vem expandindo e diversificando sua atuação educacional e cultural, sempre aprimorando seu fazer pedagógico, resultando na proposta de atuar na formação de profissionais para os diversos campos da Educação.

Em 2015, a Faculdade SESI-SP de Educação foi credenciada por meio da Portaria MEC nº Credenciamento: Portaria MEC nº. 724, de 14 de julho de 2015, publicado em 15/07/2015; teve três de seus cursos de Graduação autorizados em sequência e o quarto foi autorizado no ano seguinte. As Licenciaturas para formação de Professores correspondem às áreas de Conhecimento prescritas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e, especificamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, editadas pelo Conselho Nacional de Educação, ou seja, Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, e Ciências Humanas.

No ano de 2016, ela entrou em funcionamento com a oferta de 3 (três) cursos de pós-graduação: Especialização em Coordenação Pedagógica e Formação Continuada de Professores; Especialização em Ensino de Ciências da Natureza por Área de Conhecimento e Especialização em Ensino da Matemática nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. No segundo semestre de 2016 foi formada uma nova turma no curso "Especialização em Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental". No início do segundo semestre de 2017 novas turmas foram constituídas. Da parceria entre a Faculdade



SESI-SP de Educação e Stanford University, em setembro de 2017, iniciou-se uma turma da especialização em "Docência da Matemática no Ensino Fundamental Metodologia Stanford", com uma carga horária

especial de 480h.

Os quatro cursos de Graduação oferecidos pela Faculdade iniciaram no ano de 2017. Como parte do DNA da IES, entendeu-se a necessidade dos cursos de graduação estarem intimamente relacionados com a Educação Básica da rede SESI-SP, fazendo desta experiência, espaço privilegiado para uma formação inovadora e qualificada dos futuros docentes. Assim, desde o primeiro ano dos cursos, os estudantes atuam como monitores de aprendizagem, coadjuvando os professores dos cursos de Ensino Fundamental e Médio mantidos pelo SESI-SP. Desse modo, é desenvolvida, inovadoramente, a Residência Educacional, que

reforça a formação pedagógica e a prática profissional docente.

Desde então, a Faculdade tem se constituído como um *locus* privilegiado e especializado, voltado para a formação de profissionais para atuação nas áreas da educação escolar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes, de suas famílias e das

comunidades em que vivem.

Área de atuação acadêmica

Os cursos de Graduação autorizados e oferecidos no período noturno, na modalidade presencial, pela Faculdade SESI-SP de Educação são os seguintes:

LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

Autorização: Portaria Seres n. 463, de 09 de setembro de 2016, publicado em 09/09/2016.



Número de vagas: 40 vagas (noturno)

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA

Autorização: Portaria Seres n. 584, de 17 de agosto de 2015, publicado em 18/08/2015.

Número de vagas: 40 vagas (noturno)

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

Autorização: Portaria Seres n. 584, de 17 de agosto de 2015, publicado em 18/08/2015.

Número de vagas: 40 vagas (noturno)

LICENCIATURA EM LINGUAGENS

Autorização: Portaria Seres n. 584, de 17 de agosto de 2015, publicado em 18/08/2015.

Número de vagas: 40 vagas (noturno)

Já os cursos de Pós-graduação Lato Sensu oferecidos na modalidade presencial são:



Educação Física Escolar

Ensino da Matemática nos Anos Finais do E.F. e Ensino Médio

Ensino da Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Docência da Matemática no Ensino Fundamental

2017

Faculdade SESI-SP de Educação

Modalidade Carga Horária Vagas Municípiode Oferta Denominação Ensino da Matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental Presencial 364h 25 São Paulo - SP e no Ensino Médio 2017 80 São Paulo - SP Especialização em Docência de Matemática Presencial 360h Ensino da Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental São Paulo - SP Presencial 364h 25 Docência da Matemática no Ensino Fundamental-Metodologia Presencial 480h 25 São Paulo - SP Ensino de Ciências da Natureza por Área do Conhecimento 364h 25 São Paulo - SP Presencial Ensino de Ciências da Natureza por Área do Conhecimento-Presencial 360h 25 São Paulo - SP 2017 Coordenação Pedagógica com ênfase na formação de São Paulo - SP 364h 25 Presencial professores Coordenação Pedagógica e Formação Continuada de 360h São Paulo - SP Presencial Professores

Presencial

Presencial

Presencial

Presencial

360h

364h

364h

480h

30

25

25

30

São Paulo - SP

São Paulo - SP

São Paulo - SP

São Paulo - SP

No primeiro ano de funcionamento da Faculdade foram ofertadas quatro Licenciaturas para formação de Professores, cada uma correspondendo a uma das Áreas do Conhecimento prescritas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e, especificamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, editadas pelo Conselho Nacional de Educação, ou seja, Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, e Ciências Humanas.

A oferta dessas licenciaturas se justifica em razão das mudanças que o País atravessa, exigindo uma Educação que possibilite formação de professores aptos a realizar uma prática docente de alta qualidade, capazes de motivar e conduzir os estudantes nos caminhos da aprendizagem, com elevado nível de expectativa em relação ao desempenho escolar.

A Faculdade SESI-SP de Educação dispõe de uma rede escolar com experiência concreta e efetiva, com campo para o desenvolvimento de competências pedagógicas, possibilitando observação, interlocução,

Faculdade SESI-SP de Educação

vivência, investigação, prática e reflexão em situações reais do processo de ensino e de aprendizagem.

Para tanto, o SESI-SP oferece espaços adequados para a utilização dos processos específicos de aprendizagem e um vasto campo que propicia articular práticas pedagógicas aos conhecimentos teóricos, de forma que os profissionais da educação possam aprender a "ensinar". Nesta perspectiva, os estudantes terão maior possibilidade de organizar os conteúdos escolares com significados históricos e sociais, de promover aprendizagens significativas respondendo às reais necessidades de crianças e adolescentes, no "chão da sala de aula".

Ressalta-se, nesse sentido, que todas as instalações e serviços do SESI-SP, no que couber e da forma adequada, são disponibilizados também para as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade. Em particular, suas unidades escolares se constituem em laboratório pedagógico vivo para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, em prol do melhor e mais significativo aprendizado dos seus estudantes.

Antes mesmo de iniciar em 2017 com os cursos de graduação, cabe ressaltar que desde 2015 a faculdade SESI-SP de Educação oferta cursos de pós-graduação na modalidade Lato Sensu (especialização), de acordo com necessidades e demandas de aprimoramento de profissionais da Educação.

No âmbito da Pesquisa, e em conexão com os cursos e programas oferecidos, a faculdade volta-se para a produção de conhecimentos visando à promoção da educação formal e não-formal de qualidade no País.

No que concerne a Extensão, são oferecidos cursos e programas em articulação com a Pesquisa e com o Ensino, destinados à comunidade, visando à difusão de conhecimentos, tecnologias, práticas, métodos e processos educacionais e socioculturais.

FACULDADE

Missão

A Missão da Faculdade SESI-SP de Educação é formar professores

para a Educação Básica, que contribuam para o desenvolvimento

educacional cultural, benefício da sociedade. е em

conhecimento, socializando е aplicando os resultados

desenvolvimento social, contribuindo para promover a melhoria da

qualidade da Educação no país.

Visão

Ser referência nacional e internacional na área de formação de

professores.

Finalidades

A Faculdade propicia Educação Superior com foco predominante na

formação inicial e continuada de docentes para atuarem na educação

formal e não formal, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida

dos estudantes, de suas famílias e das comunidades em que vivem, tendo

como finalidades:

No Ensino, oferecer cursos e programas superiores de

Graduação (Licenciaturas) e de Pós-Graduação.

Na Pesquisa, desenvolver investigação científica integrada

ao Ensino, em programas próprios e em parceria com outras

instituições públicas e privadas.

Na Extensão, promover cursos e programas, visando à

difusão de conhecimentos e práticas destinadas à melhoria

da qualidade de vida.

Rua Carlos Weber, 835 - Vila Leopoldina CEP 05303-902 - São Paulo - SP



Valores

Os valores da Faculdade SESI-SP de Educação acompanham os valores de seu Mantenedor, SESI-SP:

- Comprometimento e responsabilidade com a missão institucional para formar professores da Educação Básica;
- Confiança pautada nos preceitos de integridade, lealdade e dignidade.
- Valorização do ser humano e da harmonia nas relações sociais, respeitando a diversidade.
- Busca permanente pela melhoria da eficiência e da inovação em processos, serviços e produtos educacionais;
- A valorização e a compreensão do processo de avaliação como caminho para o crescimento contínuo da Instituição.
- Respeito ao meio ambiente e disseminação da Educação Ambiental:
- Transparência na relação entre docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e comunidade externa;
- Formação de profissionais competentes e éticos para o mercado de trabalho;
- Autonomia dos órgãos colegiados na gestão participativa.

Objetivos e Metas

A Faculdade SESI-SP de Educação tem como objetivos:



- Formar profissionais, notadamente, professores para a educação básica, nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, além de colaborar na sua formação contínua.
- Estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e tecnológico e o pensamento reflexivo.
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos produzidos nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Estabelecer relação de parceria e reciprocidade com a comunidade do entorno e de escolas públicas e privadas da região de São Paulo.
- Promover a Extensão, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica da instituição.
- Cooperar e prestar assistência técnica e pedagógica a organizações de caráter educacional.
- Promover o intercâmbio educacional, científico e tecnológico com instituições nacionais e estrangeiras.





1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1. Contexto Educacional

O estado de São Paulo ocupa uma área de 248.219,63 Km² do território do país, sendo o estado com a maior concentração da população brasileira (45.982.727 habitantes), o que representa mais de 22% da população nacional.

A Região Metropolitana de São Paulo, composta pela capital e por outros 38 Municípios, apesar de ocupar apenas 0,1% do território nacional, reúne cerca de 10% da população do país e cerca de 50% da população do Estado, em cujo centro está a cidade de São Paulo.

Segundo projeção do IBGE¹ a cidade apresentava, em julho de 2019, uma população de 12.252.023 habitantes, em uma área de 1.521,10 Km², perfazendo uma densidade demográfica de 8.023 habitantes por Km².

Em relação ao PIB do Município, a atividade econômica de serviços tem se constituído a mais representativa, tornando a capital do Estado o maior polo financeiro do País. São Paulo possui o maior PIB dentre as cidades brasileiras, que, em 2016², era de R\$ 687.035.889.610, sendo que o PIB do estado representava 32,5% do PIB Nacional.

O Índice de Desenvolvimento Social da do Município é de 0,805, considerado muito alto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Segundo dados do IBGE, em 2018, o Município de São Paulo teve 1.383.779 Matrículas no Ensino Fundamental (dos quais 43% estão na rede estadual, 31% na rede municipal e 26% na rede privada) e 420.071

¹ https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama

² https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama

Faculdade SESI-SP de Educação

no Ensino Médio (dos quais 79% estão na rede estadual, 1% na rede municipal e 20% na rede privada).

O Censo Escolar de 2018 registra que, apenas na cidade de São Paulo, há 69.443 docentes no Ensino Fundamental e 27.649 docentes de Ensino Médio. Esses dois conjuntos explicitam a grandiosidade da rede de ensino na qual a Faculdade SESI-SP se insere para a formação de docentes.

A Faculdade está localizada em imóvel situado na Rua Carlos Weber, 835 - Vila Leopoldina - São Paulo, Capital, situada na Subprefeitura da Lapa, região noroeste da cidade de São Paulo. Historicamente, a Vila Leopoldina originou-se como uma extensão do bairro da Lapa e tinha no início, características de região popular, com predominância de galpões industriais. Atualmente, denota-se no bairro um vasto comércio, áreas industriais, o CEAGESP e uma área residencial com evolução de construções verticais de médio e alto padrão.

No âmbito educacional, a Secretaria Municipal de Educação mantém, na Vila Leopoldina, quatro escolas municipais de educação integrada, uma creche municipal, que abriga 1.060 crianças e, sob a supervisão da Secretaria Estadual, há 4 escolas de Educação Infantil particulares. A rede estadual conta com 25 escolas de ensino médio sendo, 11 públicas e 14 particulares. Dentre as públicas, há oferta de educação profissional nas áreas de Administração, Eletrotécnica, Informática, Logística, Mecânica e Mecatrônica. O bairro da Vila Leopoldina abriga ainda o Centro de Detenção Provisória com a oferta de Educação de Jovens e Adultos.

Quanto ao transporte e locomoção, o distrito é servido por trens da CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - por meio das linhas 8 (Diamante) com as estações Imperatriz Leopoldina e Domingo de Morais e 9 (Esmeralda), com a estação Ceasa. A região também é



interligada ao Metrô e o terminal rodoviário da Barra Funda, assim como ao terminal de Metrô Vila Madalena.

Conta também com o corredor de ônibus Pirituba-Lapa-Centro e inclui, também, as avenidas Manoel Barbosa, General Edgar Facó, Ermano Marchetti, Francisco Matarazzo, General Olímpio da Silveira e São João, bem como as ruas Clélia, Guaicurus e Catão, que fazem parte dos principais corredores de transporte da cidade. Por esses corredores, circulam cerca de 45 linhas de ônibus municipais, além de cinco linhas intermunicipais da EMTU-SP. Essa característica facilita a locomoção do corpo social do Campus às demais regiões metropolitanas e aos municípios da Grande São Paulo. Essa rede de transporte permite fácil acesso dos alunos da cidade de São Paulo e de outros municípios da RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) tais como Osasco, Taboão da Serra, Itapevi, Jandira, Barueri, Carapicuíba, Caierias, Francisco Morato e Franco da Rocha.

Em relação à Educação Superior, a cidade de São Paulo é a cidade brasileira que tem a maior quantidade de IES (205) e de cursos de Graduação (6.040), dos quais 2.420 são Cursos Superiores de Tecnologia, 2.595 de Bacharelados e 1.025 cursos de Licenciatura³. Apesar da grande quantidade de cursos de formação de professores, apenas duas IES os oferecem por área de conhecimento: Faculdade SESI-SP de Educação e Universidade de São Paulo, no campus localizado da Zona Leste.

Essas duas IES são as únicas que oferecem o curso de Licenciatura em Ciências da Natureza no Estado de São Paulo, segundo dados do E-MEC (2019)⁴; com a mesma nomenclatura, no Brasil, são 20 no total.

4 http://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada

³ http://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada



O curso de Licenciatura em Ciências Humanas é oferecido na cidade de São Paulo apenas pela Faculdade SESI-SP de Educação, sendo 9 em todo o Brasil.

O curso de Licenciatura em Linguagens da FASESP é o único oferecido no Brasil, segundo dados do E-MEC.

Mesmo com a oferta de cursos isolados por área, como Biologia, Química, Física, História, Filosofia, Geografia, Ciências Sociais, Letras-Português, Letras-Espanhol, Letras-Inglês e Artes, não se consegue suprir a demanda das redes públicas e privadas, o que é atestado pela presença de profissionais formados em uma dessas áreas destacadas na docência de áreas correlatas, mesmo sem habilitação para tal.

Apesar de maior oferta na formação de professores para Matemática no Município (44), há uma carência muito grande de professores nas redes estadual, municipais e mesmo na rede de instituições privadas da Região Metropolitana de São Paulo.

Ainda que a formação de professores tenha aumentado nos últimos anos como resultado de Políticas de Formação de Professores, ainda há carência de professores qualificados para a Educação Básica. Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019)⁵, em 2018, na região sudeste, 34,1% dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental não tinham formação adequada para as disciplinas que ensinavam. No Ensino Médio este índice subia para 37%.

A aprovação da Base Nacional Comum Curricular, em 2017, acrescentou aos cursos de Licenciatura um desafio de formar o "novo professor" para atuar por área de conhecimento, de forma interdisciplinar, preocupado com o desenvolvimento de competências e da educação integral do aluno.

https://todospelaeducacao.org.br/ uploads/ posts/302.pdf



De acordo com o Anuário da Educação Brasileira, "os professores deverão estar preparados para a condução dos novos currículos e recursos pedagógicos" (2019, p. 35) e será necessária revisão e adaptação dos Projetos Pedagógicos das Escolas para a efetiva implantação dessa Política Nacional de Educação.

É nessa realidade de mudança na Educação Brasileira que a Faculdade SESI-SP de Educação atua, por meio de seus cursos de Graduação e de Pós-graduação, e, dentre eles, a Licenciatura em Linguagens com esse Projeto Pedagógico de Curso.

1.1.1. Justificativa

"Se a Educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda" (Paulo Freire, 2000)

Neste projeto de curso há o entendimento de que, parafraseando Paulo Freire (2000), o professor sozinho não conseguirá superar os desafios enfrentados atualmente pela Educação, mas certamente, ele é um dos personagens primordiais para que as necessárias mudanças ocorram. Dada essa relevância é destacada a importância da formação do professor com vistas a um projeto maior da nação.

Durante as últimas décadas, a questão da formação docente tem mobilizado diversos setores envolvidos com a educação brasileira. Órgãos governamentais dos três entes federativos, professores, educadores, universidades, instituições de Ensino Superior, entidades de classe têm buscado discutir os problemas referentes à constituição de políticas nacionais para a formação inicial e continuada de professores, bem como a discussão de propostas para a melhoria dos recursos

Faculdade SESI-SP de Educação

materiais, pedagógicos e profissionais necessários a uma Educação Básica de qualidade.

No centro dessas discussões está a questão de que a ampliação da oferta de cursos de formação, de habilitação e de vagas não é suficiente para solucionar os problemas de formação e do déficit de professores para a Educação Básica. É preciso estabelecer um compromisso com a qualidade dessa formação e com políticas de valorização do magistério e da profissão docente, tal como estabelecido na Meta 15 do Plano Nacional de Educação e na Resolução N.2/2019.

Nesse sentido, as solicitações de profissionais e de escolas, inclusive as da rede do SESI-SP, mostram que existe uma lacuna no sistema de ensino entre a formação inicial nas licenciaturas e as exigências reais do processo escolar de aprendizagem dos estudantes. Como observa Antonio Nóvoa (1995, p. 26) a história da formação de professores oscila entre:

[...] modelos académicos, centrados nas instituições e em conhecimentos "fundamentais", e modelos práticos, centrados nas escolas e em métodos "aplicados". É preciso ultrapassar esta dicotomia, que não tem hoje qualquer pertinência, adotando modelos profissionais, baseados em soluções de partenariado entre as instituições de Ensino Superior e as escolas, com um reforço dos espaços de tutoria e de alternância.

No Brasil ainda hoje se constata que grande parte dos cursos de licenciaturas que habilitam para o exercício do magistério permanece desde sua origem, em 1930, sem alterações significativas em seu modelo.

Parece consenso que os currículos de formação de professores, baseados no modelo da racionalidade técnica, mostram-se inadequados à realidade da prática profissional docente. As principais críticas atribuídas a esse modelo são a separação entre teoria e prática na preparação profissional, a prioridade dada



à formação teórica em detrimento da formação prática e a concepção da prática como mero espaço de aplicação de conhecimentos teóricos, sem um estatuto epistemológico próprio. Outro equívoco desse modelo consiste em acreditar que para ser bom professor basta o domínio da área do conhecimento específico que se vai ensinar• (PEREIRA, 1999, p.112)

A percepção de que a deficiência na formação dos professores brasileiros está para além da ausência da oferta de licenciaturas é demonstrada nas pesquisas sobre a formação inicial de docentes. Gatti (2014, *on-line*) declara:

As licenciaturas não estão formando professores profissionais [...] é um curso que foi encurtado e que dentro das universidades não recebe a atenção que deveria ter. Parece que qualquer um pode ser professor e não é qualquer um que pode ser professor.

Os resultados das pesquisas da professora Bernadete Gatti foram publicados e veiculados por diferentes canais revelando claramente que os cursos de licenciatura necessitam de reestruturação.

Certamente, essa demanda de reestruturação das licenciaturas é consequência das mudanças da sociedade contemporânea que delinearam um novo perfil para os profissionais de todas as áreas, exigindo competências diferenciadas para interpretar o mundo.

Um passo significativo para essa mudança ocorreu com o Parecer CNE/CP 09/2001 e a Resolução CNE/CP 01/2002, quando a Licenciatura "ganhou", como determina a [até então] nova legislação, terminalidade e integralidade própria em relação ao Bacharelado, constituindo-se em um projeto específico. Isso exige a definição de currículos próprios da Licenciatura que não se confundam com o Bacharelado ou com a antiga formação de professores que ficou caracterizada como modelo "3+1".

Faculdade SESI-SP de Educação

Por fim, novos avanços são apontados com a Resolução N.2, de dezembro de 2019, com a explicitação dos desafios educacionais a serem enfrentados na formação inicial para docentes. Desafios tais como: romper com a fragmentação da formação dos professores, eliminar a distância entre os cursos de licenciatura e as escolas de Educação Básica, incluir o desenvolvimento cultural na formação inicial do docente, estabelecer conteúdos objetivados na Educação Básica, oportunizar práticas significativas para o ofício de professor; adequar a pesquisa enquanto investigação na produção de saberes e considerar as especificidades próprias das etapas e das áreas do conhecimento que compõem o quadro curricular da Educação Básica.

Visto dessa perspectiva, o modelo de formação docente no Brasil não atende em diversos aspectos a proposta de promover uma educação que não esteja limitada à simples aquisição de conhecimentos, mas que estimule a construção de novos saberes e valorize o comprometimento com a ética, a cidadania e a justiça social. Como observa Bernadete Gatti (2010, p. 1357) a formação de professores no Brasil ainda se encontra centrada "nas áreas disciplinares em que, mesmo com as orientações mais integradoras quanto à relação 'formação disciplinar/formação para a docência', na prática ainda se verifica a prevalência do modelo consagrado no início do século XX para essas licenciaturas.".

Sendo assim, no contexto da educação brasileira contemporânea, a docência é uma profissão cuja formação se depara com inúmeros desafios referentes aos conhecimentos que o professor precisa mobilizar e articular para o seu desempenho e desenvolvimento profissional. Este não é apenas pedagógico, mas também cultural, político, profissional e pessoal.

O conhecimento e a compreensão de si mesmo, o desenvolvimento cognitivo ou teórico, delimitado por uma situação profissional é o que



permite uma carreira com estímulo para melhorar a prática profissional de qualidade. Assim, a licenciatura precisa dispor de um currículo que preveja formação ampla de educação, com conhecimento de conteúdos em articulação com outros necessários à construção da identidade profissional docente. Além disso, a profissionalização docente [...] "implica a obtenção de um espaço autônomo, próprio à sua profissionalização, com valor claramente reconhecido pela sociedade. Não há consistência em uma profissionalização sem a constituição de uma base sólida de conhecimentos e formas de ação" (GATTI, 2010, p. 1360).

As transformações pretendidas, na formação para a docência, em qualquer nível de ensino, devem estar em conformidade com as atuais e diversificadas atribuições que lhes são dadas, inseridas na compreensão dos processos humanos mais globais, pois, a inovação que se pretende "transita entre a arte e a ciência, e o pensamento abstrato necessário para vislumbrar a materialização do conhecimento"⁶, indispensável na construção de competências para o ofício da docência.

O professor muito mais na função de orientador, de estimulador na busca de saberes, e não um mero transmissor de informações, influi na qualidade da formação dos estudantes. Dele são requeridas diversas competências que não se limitam às atividades em sala se aula, mas exigem ações as mais variadas intra e extraescolares.

O licenciado em Linguagens pode atuar em escolas que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio; em editoras, institutos e órgãos públicos e privados que produzem e avaliam materiais didáticos. Nesse sentido, a Faculdade SESI-SP de Educação, com outro olhar para a formação inicial dos professores, e visando a formação de docentes devidamente qualificados para o processo de ensino e

⁶ Inovação. Veja- 3 de dezembro, 2014 - p.103.

Faculdade SESI-SP de Educação

aprendizagem, propôs a criação de um curso de graduação de Licenciatura em Linguagens, entendendo que um profissional competente requer conhecimentos práticos da realidade educacional e das Linguagens de forma que possa efetivamente realizar a transposição didática.

Schön (1995) argumenta que, "para enfrentar a crise nos cursos de formação docente, faz-se necessário romper com modelos de racionalidade técnica, superar a visão aplicacionista e o discurso prescritivo na formação de professores".

Em 2012 as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio estabeleceram a organização por áreas de conhecimento, Resolução CNE/CEB 02/2012, art.8°:

Art. 8º O currículo é organizado em áreas de conhecimento, a saber:

I - Linguagens;

II - Matemática:

III - Ciências da Natureza:

IV - Ciências Humanas.

§ 1º O currículo deve contemplar as quatro áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos.

Nesse prisma, a organização de currículo por área de conhecimento na Educação Básica evidentemente impacta na formação de professores, o que também está disposto nas referidas diretrizes curriculares:

Art. 22. Estas Diretrizes devem nortear a elaboração da proposta de expectativas de aprendizagem, a formação de professores, os investimentos em materiais didáticos e os sistemas e exames nacionais de avaliação.



Nessa perspectiva, o Conselho Nacional de Educação enfatiza a necessidade da formação inicial de professores para atender essa realidade:

Quanto aos professores, tantas vezes já foi assinalado o distanciamento ou mesmo a inadequação da sua formação inicial, a qual não capacita seus licenciandos para uma docência integradora e interdisciplinar, como orientada por este Conselho nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.⁷

Por isso, a formação inicial do professor de Linguagens está imbricada na aprendizagem da prática educativa desde o primeiro ano.

Assim, há a pretensão de que o curso de Licenciatura em Linguagens impactará significativamente, não só na cidade de São Paulo, pois foi o primeiro curso deste tipo em âmbito estadual, mas por buscar formar professores por meio de "metodologias pluriarticuladas", estudos, pesquisas e implementação prática dos conhecimentos. Além disso, a evolução tecnológica e a rapidez das informações determinam a necessidade de desenvolver competências sintonizadas com o conhecimento e a aplicação das tecnologias de informação e comunicação na escola e na relação dialógica com os estudantes.

As Licenciaturas comumente oferecidas não levam em conta, no geral, essa diversificação de competências hoje requeridas, que englobam ações plurais intra e extraescolares. Ainda se mantém segmentadas e formam docentes por disciplina, não considerando, muitas vezes, a abordagem por áreas de conhecimento, a interdisciplinaridade e as estratégias de contextualização preconizadas pelas Diretrizes

_

⁷ Parecer CNE/CP N. 11/2009

Faculdade SESI-SP de Educação

Curriculares Nacionais e outras normas emitidas pelos conselhos nacionais de educação.

As Diretrizes Curriculares editadas pelo Conselho Nacional de Educação assinalam a necessidade de adequação da formação às exigências atuais apontadas anteriormente.

Além das disposições presentes nessas diretrizes, a Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que institui a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral, em seu Art 4°, estabelece que:

O art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I linguagens e suas tecnologias;
- II matemática e suas tecnologias;
- III ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV ciências humanas e sociais aplicadas;
- V formação técnica e profissional.

Neste sentido, faz-se urgente que a formação de professores se estabeleça por área de conhecimento, como ressaltado pelo Parecer CNE/CEB N° 11/2010 de forma a favorecer a comunicação entre os saberes dos diferentes componentes curriculares.

A organização por áreas implica o fortalecimento das relações entre as disciplinas, de forma contextualizada, necessitando de um trabalho cooperativo entre os professores das diversas disciplinas que compõem a área. Importante salientar que esta organização não exclui o conhecimento específico das disciplinas.



Assim, este curso de Licenciatura em Linguagens considera:

 Produção de conhecimentos referidos às diferentes disciplinas que compõem a área das Linguagens: Língua

Portuguesa, Literatura, Artes e Língua Inglesa;

Pesquisa como princípio orientador do processo de ensino e

aprendizagem;

Desenvolvimento da autonomia do estudante;

• Valores da cidadania, da sociedade democrática e da

responsabilidade social e ambiental;

• Aprendizagem da prática em situações reais de ensino e de

aprendizagem.

Concebido com duração de quatro anos, sendo cada um composto

por dois períodos semestrais, compreende a formação pedagógica

interdisciplinar para docência dos componentes curriculares da Educação

Básica Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Artes nos anos finais do

Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

1.1.2 A Licenciatura em Linguagens

O curso de licenciatura em Linguagens contempla o estudo das

diversas disciplinas que compõem a área das Linguagens – Artes, Língua

Portuguesa, Literatura, Língua Inglesa, Educação e Tecnologias da

Informação e Comunicação - de forma interdisciplinar.

A estruturação inovadora dessa licenciatura visa à superação dos

desafios contemporâneos, por meio da formação de professores com

competências para promover diálogos interdisciplinares e interculturais

capazes de formar leitores dos signos presentes tanto nos saberes



disciplinares quanto nos pedagógicos, para uma prática docente que atenda as reais necessidades da Educação Básica.

As diferentes disciplinas que compõem a área de Linguagens têm seus respectivos conteúdos alocados nas unidades curriculares constitutivas da Matriz Curricular, que, articuladas pelo tratamento interdisciplinar, propiciam a ampliação dos saberes dos futuros docentes, desenvolvendo múltiplas competências e habilidades, buscando o domínio e a reflexão crítica sobre tais conteúdos. Assim, a produção de conhecimentos "no fazer" das atividades e dos projetos presentes nesse curso é valorizada.

Dessa forma, essa é uma proposta consubstanciada numa estrutura curricular interdisciplinar que privilegia a articulação de diferentes conhecimentos. Notadamente, o curso procura garantir ao licenciado não só o domínio dos conhecimentos dos conhecimentos linguísticos, literários e artísticos específicos, mas também, senão principalmente, a competência de como ensiná-los. Para tal proposta, ganha importância a Prática de Ensino e os conhecimentos inerentes à pedagogia, à psicologia, aos recursos tecnológicos, à didática, aos aspectos históricos e filosóficos da educação e das linguagens, das línguas e da arte. Uma prática docente vista como exercício para a docência e como fonte de informações para a problematização, reflexão, pesquisa científica e proposição de acões.

Nesse sentido, o projeto de formação inicial de professores em Linguagens contempla também às prerrogativas da Resolução CNE/CP n.º 2/2015, no que se refere ao dever da Educação Superior observar, na formação de seus alunos, "o reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática" (art. 5, Res. 2/2015).



1.2. Políticas Institucionais no âmbito do Curso

As políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da Licenciatura em Linguagens estão em consonância com a missão, visão, finalidades e valores da Faculdade SESI-SP de Educação.

Elas também estão norteadas pelos princípios filosóficos e técnicometodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição:

- Qualidade no processo de ensino e aprendizagem, por meio da inter e transdisciplinaridade;
- Garantia, ao aluno, de conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos de qualidade;
- Promoção de meios que mobilizem o aprender, o ensinar, o pesquisar e divulgar a arte e o saber, conviver e fazer;
- Estímulo no educando a capacidade de conviver com os impactos das novas tecnologias, utilizando-as como elemento motivador de inovações;
- Valorização da experiência profissional articulada à formação;
- Formação do indivíduo para a participação política, o que implica em direitos e deveres de cidadania;
- Formação continuada dos profissionais de Educação;
- Incentivo à participação dos diversos setores nos processos de gestão.

1.2.1. Políticas para o Ensino

A política de Ensino na Licenciatura em Linguagens assegura compromisso com a qualidade social da Educação, desenvolvendo

Site www.faculdadesesi.edu.br | Email: faculdadesesisp@sesisp.org.br



concepção pedagógica crítico-reflexiva em relação à realidade

educacional regional e nacional.

Dessa forma, as políticas para o ensino desta Licenciatura seguem a missão, os objetivos, as metas, os valores e os princípios da Faculdade

a fim de promover oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do

egresso, com a adoção de práticas exitosas e inovadoras nos processos

de ensino e aprendizagem.

As políticas de Ensino definidas pela IES no âmbito do curso são:

Indissociabilização entre o ensino, a pesquisa e a extensão

O ensino, a pesquisa e a extensão são indissociáveis para a

formação do futuro professor. A pesquisa, desenvolvida nos Núcleos

Interdisciplinares de Pesquisa e Extensão, proporciona a construção de

novos conhecimentos que contribuem no percurso formativo dos futuros

educadores e também ajudam a repensar o currículo de formação de

professores.

As atividades extensão, compreendidas como cursos abertos à

comunidade, desenvolvidos por professores e alunos, e projetos em

escolas públicas parceiras contribuem para o desenvolvimento da

comunidade acadêmica e do entorno da IES.

O Ensino, conectado com atividades de Pesquisa e de Extensão,

articula conhecimentos teóricos e práticas pedagógicas, para consolidar

o aprendizado do aluno, comprometido com a realidade da Educação

Básica no Estado e no País.

II. Formação do professor por área de conhecimento

O curso de licenciatura em Linguagens contempla o estudo das

diversas disciplinas que compõem a área das Linguagens - Língua



Portuguesa, Literatura, Artes, Língua Inglesa, Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação - de forma interdisciplinar.

A estruturação inovadora dessa licenciatura promove: a inter e transdisciplinaridade nas unidades curriculares, a flexibilidade curricular, a articulação entre a teoria e prática e a relação com a Base Nacional Comum Curricular, nas quais estão definidas as áreas de conhecimento - Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza; e Ciências Humanas.

III. Vínculo permanente com a Educação Básica

O curso de Licenciatura em Linguagens entende que a formação docente é indissociável da reflexão sobre a prática primando pela interação com as escolas de Educação Básica, sejam elas públicas ou privadas. Para tanto, desenvolve a Residência Educacional cujo objetivo central é o de permitir a análise e compreensão das teorias educacionais abordadas nas diversas unidades curriculares, refletindo na proposição de novas práticas de ensino.

Além disso, o aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso leva em consideração as mudanças ocorridas na legislação pertinente, assim como aquelas apontadas nos debates sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

IV. Articulação teóricoprática;

A articulação entre a teoria e a prática pode acontecer de diferentes formas: pela Residência Educacional, pelas atividades "práticas" e/ou pelas práticas de ensino realizadas nas unidades curriculares.

A Residência Educacional coloca o estudante em contato com a realidade escolar desde o início do curso, em escolas da Rede SESI-SP e da Rede Pública. Essa interação, realizada por meio da observação, análise, reflexão e proposições, permite que os licenciandos articulem



conhecimentos adquiridos em sala de aula com a real necessidade da Educação Básica.

As atividades comumente denominadas "práticas" remetem aos desafios e problemas percebidos cotidianamente e que são estímulos para a produção de novos saberes e a constituição de novas competências. Neste sentido, podem ocorrem em diversos espaços e com

metodologias variadas, ou seja, podem ser desenvolvidas em salas de

aula, laboratórios específicos, oficinas, saídas de campo ou visitas

técnicas.

Nas unidades curriculares, a indissociação entre teoria e prática ocorre por meio das práticas de ensino que compõem parte de sua carga horária. A abordagem metodológica enfatiza tanto os conteúdos específicos quanto as práticas de sala de aula, inclusive as vivenciadas na Residência Educacional, promovendo a realização de investigações didáticas que permitam estudar e validar as situações de aprendizagem

propostas, encorajando a inovação das práticas de ensino.

V. Corpo docente comprometido com a Missão, Valores e

Princípios da Instituição.

Para o cumprimento dos objetivos do curso é necessário um corpo docente qualificado e comprometido com o projeto de formação e com a missão da Faculdade, com conhecimento da Educação Básica e do Ensino Superior. Para tal, a Faculdade realiza processo seletivo de professores regularmente, segundo critérios de formação, experiência e

conhecimento definidos em editais.

1.2.2. Políticas para a Pesquisa e a Extensão



O curso de Licenciatura em Linguagens articula-se com a Pesquisa para produção de conhecimentos e desenvolvimento de tecnologias, socializando-os em benefício da coletividade, mediante ações diversificadas de Extensão.

A Pesquisa é entendida como instrumento para o desenvolvimento científico e de produção de conhecimento de forma colaborativa entre estudantes e professores, em conexão com os cursos e programas oferecidos.

A Extensão é percebida no curso como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, com o fim de promover a interação entre a Faculdade e outros setores da sociedade. Assim, na Extensão são realizados cursos e programas articulados com a Pesquisa e com o Ensino, destinados à comunidade interna e externa, visando a difusão de conhecimentos, tecnologias, práticas, métodos e processos educacionais e socioculturais.

A Pesquisa e a Extensão constituem, juntas, um processo que se articula com o Ensino de forma indissociável, com o objetivo de intensificar a relação da Faculdade com a comunidade para difundir os benefícios de sua produção acadêmica.

Dessa articulação foram criados os Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa e Extensão (NIPE) que se constituem em espaços de produção, debate e divulgação de conhecimentos na área de Linguagens, conforme as características a seguir:

I. Estado, Sociedade e Educação: abrange temáticas sobre as relações entre Estado, Sociedade e Educação sob diferentes perspectivas teóricas, epistemológicas e metodológicas, legais, com ênfase nos direitos educativos e nas políticas públicas que visam a democratização da educação.



- II. Tecnologias na Educação: compreende o estudo da presença, produção e uso de tecnologias no contexto da Educação, analisando a relação entre tecnologia, sociedade e conhecimento, ou desenvolvendo metodologias e recursos para utilização em ambientes de ensino formal e não formal.
- III. Educação **Especial** Processos Inclusivos: aborda constituição de sujeitos da educação imersos nas práticas educativas escolares inclusivas. Tem como temas privilegiados: desigualdade educação escolar е processos de inclusão/exclusão; políticas de Educação Especial na Educação Básica; processos de ensino e de aprendizagem no campo da Educação Especial;
- IV. Filosofia, História e Cultura na Educação: trata de práticas culturais e os modos de subjetivação produzidos em diversas comunidades, voltando-se às investigações no campo da saúde, do gênero, da sexualidade, das práticas educativas afro-diaspóricas e de povos indígenas, das distintas manifestações e representações corporais, das artes, entre outras, numa perspectiva pós-colonial e decolonial, para pensar processos de ensino e/ou aprendizagem no campo da educação.
- V. Formação de Professores, Currículo e Práticas Pedagógicas: relaciona-se com a formação de professores, o currículo e as práticas pedagógicas no âmbito do ensino e/ou da aprendizagem da Matemática, Ciências Humanas, Linguagens e Ciências da Natureza. Abrange diversos espaços institucionais, culturais, históricos e sociais, contemplando pesquisas e atividades interdisciplinares com distintas abordagens epistemológica, histórica, política ou sociológica.



A composição e as formas de funcionamento dos NIPE estão descritas em regulamento próprio aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

Assim, as políticas para a Pesquisa e para a Extensão no âmbito da Licenciatura em Linguagens são:

- desenvolvimento de investigação científica na área de Linguagens integrada ao ensino, em programas próprios e em parceria com outras instituições públicas e privadas;
- socialização de conhecimentos, tecnologias, práticas, métodos e processos em benefício da coletividade, mediante ações de extensão diversificadas;
- III. valorização de pesquisas acadêmicas relacionadas às práticas escolares e aos processos de ensino e aprendizagem;
- IV. desenvolvimento de tecnologias capazes de busca de soluções para os problemas enfrentados na educação;
- V. estímulo à participação dos alunos nas atividades de pesquisa e de extensão desenvolvidas pelos Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa e Extensão;
- VI. incentivo à divulgação de trabalhos científicos, tecnológicos e culturais;
- VII. produção, edição e comercialização de produtos impressos ou digitalizados, banco de dados e outros;
- VIII. disseminação de boas práticas educativas, de estudos de casos, de metodologias diversificadas, de diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, ressaltando princípios e estratégias da interdisciplinaridade.

1.3. Objetivo do curso de Licenciatura em Linguagens

Faculdade SESI-SP de Educação

O Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Linguagens tem como objetivo geral formar profissionais com conhecimentos teóricos e práticos, pautados nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, para atuar principalmente como professor nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e nas demais funções ligadas a esses anos de escolarização.

Para o cumprimento desse objetivo geral, de acordo com o art. 8º da Resolução CNE/CP. N.2 de 2015, as atividades formativas do curso deverão tornar os licenciandos capazes de:

- a) Planejar, elaborar, desenvolver e avaliar propostas de ensino voltadas para a prática reflexiva como elemento que possibilite o aprender sempre, em busca de uma sociedade mais justa, equânime e igualitária;
- b) Criar situações de aprendizagem que sejam contextualizadas e significativas, considerando como ponto de partida os conhecimentos dos estudantes e suas questões de natureza socioculturais e educacionais;
- c) Contribuir, por meio de suas propostas educacionais, para reflexão sobre a diversidade, respeitando as diferenças e objetivando a superação de problemas decorrentes da exclusão acerca dos marcadores sociais;
- d) Manter atualizados seus conhecimentos científicos e pedagógicos, para subsidiar a reflexão sobre a sua própria prática docente e a disseminação desses conhecimentos;
- e) Selecionar e priorizar conhecimentos essenciais para desencadear o processo formativo interdisciplinar e metodologicamente adequado às diferentes fases do desenvolvimento humano;

SESI

Faculdade SESI-SP de Educação

 f) Dar ênfase à formação global desses estudantes, contemplando os aspectos de ética, cidadania e compromisso com a comunidade e o meio ambiente e respeitando os projetos pedagógicos das escolas;

- g) Estimular o uso da linguagem, recorrendo sempre que possível às tecnologias de informação e comunicação;
- h) Desenvolver postura democrática, participativa e crítica, facilitando as relações de cooperação entre os diversos segmentos da comunidade interna e externa da escola;
- i) Participar da gestão dos espaços educacionais, formais e não formais, por meio do aprimoramento dos programas educacionais;
- j) Adotar os padrões de qualidade e as inovações propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- k) Atuar em pesquisas na área de Educação, utilizando instrumentos adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos.

Desta forma, o curso tem organização didático-pedagógica com foco nas exigências reais do processo escolar de aprendizagem dos estudantes da Educação Básica e no atendimento das Diretrizes Curriculares Nacionais referentes à formação de professores.

Assim, este curso é adequado às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em cursos de licenciatura, particularmente no art. 5°, que especifica que o egresso deve ser conduzido:

I - à integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da Educação Básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;



II - à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;

III - ao acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica-profissional, viabilizando os programas de fomento à pesquisa sobre a Educação Básica;

IV - às dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;

V - à elaboração de processos de formação do docente em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;

VI - ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes;

VII - à promoção de espaços para a reflexão crítica sobre os conhecimentos específicos das Linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

Faculdade SESI-SP de Educação

VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;

IX - à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições.

A proposta desse curso pressupõe um modo de integrar informações, dados, técnicas, instrumentos, perspectivas, conceitos, de investigar criticamente diferentes teorias para avançar na compreensão dos aspectos da prática docente e na superação das situações-problema encontradas no cotidiano escolar.

O curso obedece, ainda, os seguintes preceitos legais:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Federal— 9.394/96:
 Art. 62. A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-seá em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em
 universidades e institutos superiores de educação, (...) (Redação dada
 pela Lei nº 12.796, de 2013);
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, conforme Resolução CNE/CP N. 2/2015;
- Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, Bacharelado e Licenciatura:
- Parecer CNE/CES Nº 280/2007 (de 6 de dezembro de 2007, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais, Bacharelado e Licenciatura);

Faculdade SESI-SP de Educação

 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, conforme disposto na Resolução CNE/CP N. 4/2010;

- Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N. 8/2012 e Resolução CNE/CP N. 1/2012;
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em acordo com a Lei N. 12764/2012;
- Resolução CONAES N. 1/2010, que trata sobre Núcleo Docente Estruturante;
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - oferta obrigatória da unidade curricular LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais);
- Portaria Normativa N. 40/2007 (alterada pela portaria normativa MEC N. 23/2010);
- Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP
 Nº 2/2012 Políticas de educação ambiental;
- Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012 - Desenvolvimento Nacional Sustentável;
- Resolução CNE/CEB nº 07/2010, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 07/2010, para o Ensino Fundamental Resolução CNE/CEB nº 01/2010, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 22/2009, Ensino Médio-Resolução CNE/CEB 02/2012, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 05/2011 legislação que estabelece as Diretrizes Curriculares para Educação Básica, Ensino Fundamental de 09 anos e Ensino Médio.



 Lei N°13.415/2017 que institui a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral.

Resolução CNE/CP N° 4/2018 que Institui a Base Nacional Comum

Curricular na Etapa do Ensino Médio, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental,

com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer

CNE/CP nº 15/2017.

Com base nos dispositivos citados, a organização curricular desse

curso observa, também, as demais orientações imprescindíveis à

formação para profissionalização docente.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em

Linguagens, da Faculdade SESI de Educação, está integralmente

comprometido com os pressupostos legais, teóricos e pedagógicos,

inclusive em relação à carga horária e tempo de integralização.

1.4. Perfil do Egresso

O egresso desse curso de licenciatura desenvolve competências

e habilidades para o exercício de suas funções, em conformidade com o

exposto na LDB nº 9.394/96, capítulo IV, bem como, com a Resolução

CNE/CP nº 02/2015, objetivando cumprir o papel social de um profissional

qualificado para trabalhar com as atividades de docência, na área de

Linguagens, a par de valores éticos, estéticos e políticos.

Além da atuação direta na sala de aula, o licenciado pode

desenvolver outras ações pedagógicas em sistemas de ensino, elaborar

material didático, colaborar na elaboração de documentos e diretrizes

curriculares, em processos de avaliações em larga escala, no

desenvolvimento de conteúdos e estratégias didático-metodológicos,

Faculdade SESI-SP de Educação

presencial ou virtual, em sua área de atuação. Pode ainda atuar em contextos educacionais não formais, tais como museus, teatros, casas de cultura, produtoras audiovisuais, bibliotecas, salas de leitura, projetos culturais, organizações não governamentais (ONG) etc.

O egresso deve ter construído um perfil profissional adequado à formação de professor da Educação Básica, com sólida formação nas ciências integrantes da área do curso, preparado para enfrentar os desafios das transformações sociais, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

Nesse sentido, os profissionais devem ter domínio das Linguagens, especificamente em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Artes, em termos de sua estrutura e funcionamento, e as seguintes competências específicas:

- a) Compreender os conteúdos das Linguagens de forma integrada, interdisciplinar e, ao mesmo tempo, reconhecer as especificidades de cada ciência que compõe o conjunto das Linguagens.
- b) Reconhecer as características das Linguagens, seus métodos, especificações e aplicações.
- c) Desenvolver raciocínio lógico, postura crítica e capacidade de resolver problemas no ambiente acadêmico ou externamente no mercado de trabalho, comprometendo-se com o respeito à ética profissional.
- d) Estabelecer diálogo das Linguagens com as demais áreas de conhecimento, objetivando a articulação do processo de vivências de situações de aprendizagem na produção do conhecimento e na prática educativa.
- e) Valorizar a construção coletiva do conhecimento, organizando, coordenando e participando de equipes multiprofissionais e interdisciplinares.

Faculdade SESI-SP de Educação

f) Aplicar as tecnologias de informação e comunicação, acompanhando a dinâmica e inovações do mundo contemporâneo, com reflexão sobre seus riscos e benefícios.

g) Buscar formação continuada na perspectiva de constante atualização e aperfeiçoamento, sendo sua prática profissional fonte de conhecimento.

h) Desenvolver pesquisas na área de ensino e aprendizagem das Linguagens.

O egresso da Licenciatura em Linguagens deve construir um perfil profissional com sólida formação, preparado para enfrentar os desafios das transformações sociais, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional. Para tal, terá condições de fazer escolhas e de tomar decisões referenciadas nos saberes teóricos e práticos produzidos, bem como ser capaz de analisar criticamente diferentes contextos, adotando atitudes de acolhimento e de respeito à diversidade étnico-cultural e outras.

Nesse sentido, o perfil profissional do licenciado compreende, ainda, as capacidades crítico-humanística, técnica, estética, política e pedagógica, de forma a desenvolver competências para:

 a) Comprometer-se com os valores da sociedade democrática, traduzidos em princípios da ética, dignidade, justiça, respeito, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, para atuação como profissional e como cidadão;

 b) Compreender-se como profissional da educação consciente de seu papel na formação do cidadão e da necessidade de se tornar agente que interfere na realidade em que atua;

SESI

Faculdade SESI-SP de Educação

- c) Desempenhar seu papel de educador com capacidade de se inserir em diversas realidades com sensibilidade para interpretar e diagnosticar características e interesses dos estudantes, criando situações de aprendizagem que estimulem sua ação;
- d) Elaborar Planos de Trabalho Docente, em sintonia com o Projeto Pedagógico do seu Curso, adequando-o ao perfil dos estudantes;
- e) Desenvolver e aplicar metodologias adequadas ao processo de construção do conhecimento, centrados em situações-problema significativas, adequadas ao nível e às condições socioculturais dos estudantes, a partir de abordagens que buscam a interação dos diversos campos do saber;
- f) Planejar e organizar situações de aprendizagem e o processo de mediação, selecionando conteúdos a serem desenvolvidos e propondo situações criativas, desafiadoras e promotoras da autonomia;
- g) Integrar os conhecimentos em Linguagens que compõem o currículo dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio com as unidades curriculares pedagógicas e referenciadas no cotidiano da Educação Básica;
- h) Analisar e selecionar recursos e materiais e criar situações diversificadas de ensino adequadas ao desenvolvimento da aprendizagem com autonomia;
- i) Produzir e difundir material didático, propostas e estratégias de ensino que favoreçam o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes;
- j) Promover a avaliação diagnóstica e formativa, segundo indicadores de desempenho, criando situações e utilizando

SESI

Faculdade SESI-SP de Educação

diferentes instrumentos e procedimentos, na perspectiva de acompanhar o aprendizado dos estudantes;

- k) Planejar estratégias e recursos adicionais para a recuperação contínua da aprendizagem dos estudantes com dificuldades de aprendizagem;
- I) Dominar as diferentes concepções metodológicas, que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise do campo educacional como um todo e das suas áreas de conhecimento específico;
- m) Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências sociais, o papel da escola como formadora de cidadãos e profissionais;
- n) Caminhar pelas disciplinas da sua área de conhecimento e outras áreas, sendo capaz de relacionar seus campos específicos com outras áreas, mediante, sobretudo, a interdisciplinaridade;
- o) Dominar os conceitos que são objetos de ensino e de aprendizagem de Linguagens nos últimos anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio:
- p) Valorizar a construção coletiva do conhecimento, organizando, coordenando e participando de equipes multiprofissionais e interdisciplinares;
- q) Desenvolver práticas pedagógicas inovadoras que contribuam para o sucesso da aprendizagem e formação discente;
- r) Desenvolver a capacidade de interação social com base em princípios éticos, a fim de inspirar pessoas nos ambientes profissional e comunitário para a obtenção de resultados socialmente válidos;



s) Desenvolver habilidades de professor-investigador de novos saberes, novas práticas, da realidade do contexto profissional, de forma a aprender a autonomia necessária

para adoção de ações pautadas nos conhecimentos

construídos e a serem construídos:

t) Participar dos processos de gestão das instituições

educacionais.

1.5. Estrutura Curricular

A carga horária do curso, obedecidos os 200 (duzentos) dias

letivos anuais, é efetivada mediante a integralização de 4.660 (quatro mil,

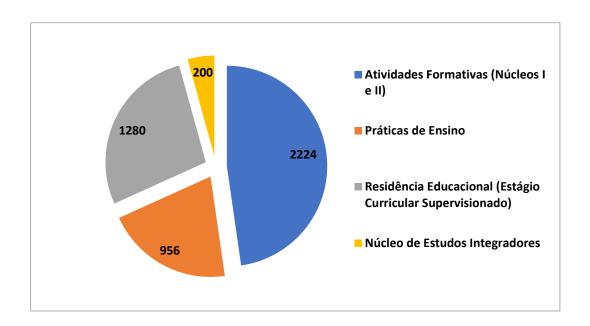
seiscentos e sessenta) horas em quatro anos (oito semestres).

A divisão da carga horária do curso segue a Resolução CNE/CP

N02/2015, conforme gráfico 1:

Gráfico 1 - Carga-horária - De acordo com a Resolução CNE/CP N 02/2015

Site www.faculdadesesi.edu.br | Email: faculdadesesisp@sesisp.org.br



Para a formação específica de docentes da Educação Básica, propiciando o debate mais amplo, a instituição oferece os conhecimentos para a constituição de competências, contemplando:

- Cultura geral e profissional;
- Conhecimentos sobre adolescentes, jovens e adultos, incluídas as especificidades dos estudantes com deficiências visuais, auditivas, dentre outras, e de comunidades do campo, quilombolas, indígenas etc.;
- Conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação;
- Conteúdos da área de conhecimento do curso;
- Conhecimento pedagógico;
- Conhecimento advindo da experiência e vivência.

O conjunto destas competências não esgota o que deve ser oferecido aos estudantes, mas pontua demandas importantes da atuação profissional, conforme legislação pertinente. Devem ser contextualizadas



e complementadas pelas competências específicas próprias da Educação

Básica da respectiva área do conhecimento.

Considera-se integralização curricular a obtenção de carga horária

total das unidades curriculares e das atividades fixadas no Currículo do

Curso e prevista no Projeto Pedagógico do Curso.

O prazo máximo de permanência do aluno no curso visando a

integralização curricular será aquele resultante do número de períodos

letivos previstos pelo Projeto Pedagógico para a integralização curricular

acrescido de 50% (cinquenta por cento) deste número.

Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos

poderão ter a duração dos seus cursos abreviada nos termos do § 2º do

Art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O extraordinário

aproveitamento é aferido mediante a submissão do candidato a

instrumentos de avaliação que atestem a suficiência de seus

conhecimentos adquiridos por meio de estudos independentes ou por

conhecimentos construídos em sua experiência de trabalho.

1.5.1 Pressupostos gerais para a construção da estrutura

curricular

O desafio a ser enfrentado na construção de um currículo que se

propõe a formar professores por área de conhecimento – no nosso caso,

das Linguagens – é o de propiciar um trajeto amplo, sem abrir mão das

especificidades. Em outras palavras, cabe mostrar como é possível formar

professores em uma área de conhecimento, sem aligeirar sua formação.

É fundamental, assim, prepará-los para ensinar cada componente

curricular da Educação Básica, mas otimizando o tempo de formação por

meio de articulação de elementos pedagógicos, metodológicos, culturais,



científicos e técnicos comuns à área, e ampliando significativamente o tempo de vivência escolar formativa.

A organização em áreas é, portanto, um recurso em que a reunião e articulação de disciplinas não significa sua fusão. A formação de professores em uma área de conhecimento deve prepará-los para conduzir o ensino do conjunto e de cada um dos seus componentes, dando-lhes mais significado em sua articulação conceitual.

Os aspectos afins dos componentes de cada área poderão ser apreendidos vantajosamente em conjunto, como princípios e conceitos gerais, objetos de conhecimento, métodos de investigação, recursos instrumentais materiais e virtuais, critérios de verificação, assim como aspectos históricos e filosóficos dos componentes e de seu ensino.

Assim, o currículo do curso de Licenciatura em Linguagens foi concebido em foi concebido em quatro Eixos Formadores - articuladores das dimensões contempladas para a formação profissional docente - que integram conhecimentos de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Artes de forma interdisciplinar, aprofundam as especificidades disciplinares e exploram as relações entre os conhecimentos disciplinares e interdisciplinares e o ensino das Linguagens.

Essa estrutura possibilita a compreensão e o diálogo entre os diferentes saberes científicos, culturais, técnicos e aqueles próprios da prática docente. Assim, a definição das unidades curriculares, e suas respectivas ementas, para cada um dos quatro Eixos Formadores do curso se deu como fruto de uma criteriosa seleção dos conhecimentos e competências que seriam mais necessários e apropriados para a formação interdisciplinar de um professor competente para ministrar aulas nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nos seguintes componentes curriculares da educação básica: Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Artes.

SESI DE EDUCAÇÃO

Faculdade SESI-SP de Educação

A interdisciplinaridade no currículo, enquanto enunciadora de princípios, indicadora de estratégias e procedimentos (FAZENDA, 2006), contribui para que os futuros professores, além da aprendizagem indispensável ao seu ofício, aprendam a ensinar de forma integrada os conteúdos que serão objetos de sua prática de ensino. Conteúdos que aqui não se limitam às especificidades das Linguagens, porque contemplam outros necessários ao ofício de professor, tais como os estudos para uma educação inclusiva, os conteúdos que emergem dos conflitos do cotidiano, que compreende saber relacionar-se com alunos e com a comunidade, a importância da sua participação na proposta pedagógica da escola, o uso das diferentes tecnologias, entre outros.

Além disso, trata-se de pensar a interdisciplinaridade não apenas como sinônimo de relação entre disciplinas, mas também como integração de conteúdos por meio de uma nova forma da interação entre as pessoas, modificando a relação professor-aluno, aluno-aluno, buscando imprimir às unidades curriculares um tratamento metodológico variado para garantir diferentes dinâmicas de interação entre os atores do processo de ensino-aprendizagem, assim como a contextualização e articulação dos conhecimentos a serem construídos. Daí o detalhamento, em cada ementa do curso, do item *Abordagens metodológicas*, em que se busca garantir, entre outros aspectos, a prática disciplinar e interdisciplinar do professor que vai ministrar a unidade curricular.

Trata-se, portanto, de criar um currículo não só interdisciplinar, mas também multi e transdisciplinar, sem deixar de contemplar os conteúdos, pressupostos, teorias e métodos, específicos para o Ensino das Linguagens como uma área de conhecimento.

A flexibilidade curricular reflete-se em diferentes perspectivas, especialmente na eliminação da rigidez estrutural das matrizes curriculares mediante a inexistência de pré-requisitos de unidades



curriculares. Os cursos apresentam uma matriz curricular flexível por meio da inclusão de unidades curriculares que permitem um estudo aprofundado e abordagem não só de temas do campo especializado, mas também de tópicos abrangentes, interdisciplinares, atuais e específicos da área.

As Atividades Complementares, previstas para a Licenciatura em Linguagens, constituem importantes mecanismos para flexibilidade curricular porque proporcionam oportunidades diferenciadas, na medida em que permitem o reconhecimento de atividades enriquecedoras e complementadoras do perfil do egresso.

Entretanto, a flexibilidade curricular não se esgota na oferta de diferentes unidades curriculares, ou na inclusão de atividades complementares, mas se potencializa em oportunidades diferenciadas de integração curricular, na busca de aproximação de conteúdos curriculares e na promoção do diálogo entre os diversos saberes.

A articulação entre teoria e prática na Licenciatura em Linguagens é um dos pontos mais presentes na formação do futuro professor. As experiências dos alunos em suas realidades profissionais também são entendidas como componente enriquecedor da formação.

Essa relação se dá por meio principalmente da Residência Educacional. Ela concebe a realização de atividades pedagógicas envolvendo observação, planejamento, intervenção e avaliação, visando a formar, efetivamente, professores para Educação Básica.

Outro ponto importante que perpassa o curso refere-se às unidades curriculares que são desenvolvidas à distância (EaD), possibilitando aos estudantes uma aproximação com diferentes recursos didáticos, enriquecendo assim sua formação no que tange às novas possibilidades na docência.

SESI DE EDUCAÇÃO

Faculdade SESI-SP de Educação

Dessa forma, o curso propicia aos futuros professores, desde seu início, a vivência de aprendizagens adquiridas por meio de ações de observação, de práticas, reflexão e avaliação. Essas vivências possibilitam experiências teoricopráticas de estudos e de práticas escolares que integram dimensões técnica, cultural, científica e humana, num ambiente pedagógico composto pela Faculdade SESI-SP de Educação e escolas de educação, notadamente, da Rede Escolar do SESI-SP e da Rede Pública, e ainda, as diversas experiências desenvolvidas em espaços não formais de educação como, museus, teatros, exposições etc.

As vivências dos alunos nas Escolas de Educação Básica são organizadas e alimentam os estudos realizados em sala de aula, fortalecendo ainda mais a relação entre os diferentes conhecimentos.

São desenvolvidas também atividades de pesquisa e atividades práticas em situação de laboratório, em oficinas e em contextos reais de observação, análise e aplicação de conhecimentos, tecnologias e práticas. Estas estratégias rompem com o binômio teoria x prática e focalizam o contexto do trabalho docente, de modo a estimular a interdisciplinaridade, a integração e a contextualização de informações, a apropriação de valores e saberes e a produção de conhecimentos.

Nesse sentido, sob orientação e supervisão de docentes da Faculdade, são organizadas visitas técnicas, elaborados relatórios, promovidos debates e análises críticas, realizados estágios em escolas, sobretudo as da rede do SESI-SP que as disponibiliza para as situações de observação e prática reais.

A Faculdade SESI-SP de Educação mantém convênio com a Rede Escolar SESI-SP e com Escolas Públicas de Educação Básica como campo para o desenvolvimento de competências pedagógicas,



possibilitando observação, interlocução, vivência, investigação, prática e reflexão em situações reais do processo de ensino e de aprendizagem.

1.5.2 Pressupostos específicos para a construção da estrutura curricular

Como já se observou antes, professores preparados para lecionar todos os componentes de uma área de conhecimento, de forma integrada ou disciplinar, devem ser capazes de fazer correlações essenciais e desenvolver abordagens didático-metodológicas que enriquecem a aprendizagem de cada um desses componentes. Nada poderia justificar, no entanto, a ausência de uma formação específica e mais aprofundada em cada disciplina que compõe a área de Linguagens.

Assim, é importante explicitar brevemente as concepções, abordagens teórico-metodológicas e de intervenção didática adotadas pelas disciplinas centrais da área de Linguagens – Arte, Literatura, Língua Inglesa, Linguística e Língua Portuguesa –, que estão subjacentes às ementas das unidades curriculares, orientando a construção conceitual e metodológica do currículo.

Arte

Tomando como referência um movimento, realizado pelos professores de Arte, nos anos 1980 e 1990, que ficou conhecido como arte-educação, os conteúdos relativos à arte presentes nas ementas das unidades curriculares dos diferentes Eixos Formadores do curso foram definidos tendo como pressuposto que não se trata de formar um professor que domine igualmente todas as linguagens artísticas — dança, música, teatro e artes visuais -, mas sim de levá-lo a reconhecer a arte como linguagem e conhecimento. Adota-se, portanto, no conjunto das ementas, a proposta idealizada por BARBOSA (2007), a chamada



Abordagem Triangular, que entende e pratica o ensino da arte, em cada uma de suas diferentes linguagens, na articulação entre leitura e/ou fruição e/ou apreciação de obras/objetos artístico-culturais, a sua contextualização – histórica, social, filosófica, psicológica, antropológica, geográfica, ecológica, biológica etc. – e a produção e/ou fazer artístico propriamente dito.

Importante ressaltar que a Abordagem Triangular não estabelece uma ordem específica para seus 3 vetores, muito menos um lugar estanque. Ao compreender a maleabilidade e interpenetração de tais vetores, torna-se possível uma abertura mais experimental que permite conectar ensino de arte com produção contemporânea artística. Assim, garante-se produções de aspecto híbrido, não apenas entre as linguagens artísticas (tais como performance, vídeos, instalações, paisagens sonoras, site specific, arte virtual/interativa/numérica e etc.), mas também em interfaces com a literatura, as ciências humanas, as ciências da natureza e a tecnologia. Tal hibridismo também permite consistentes relações entre o ensino de arte e os aspectos da cultura midiática (HERNANDEZ, 2009). Desse modo, teoria e prática de produção artística são as bases centrais para o aprofundamento da percepção da arte enquanto linguagem.

Nessa perspectiva, elementos transdisciplinares ao ensino de diferentes linguagens – não apenas artísticas –, tais como leitura/fruição/apreciação, contextualização e produção/fazer permitem conhecer e conectar as artes às demais linguagens. Então, no lugar de arte e sua história, a perspectiva desta construção conceitual foi fundamentalmente educacional, assumindo a abordagem de recortes interdisciplinares em conteúdo de artes, mas com foco na formação de



professores pesquisadores – para além da perspectiva acadêmica – preparados pedagógica e conceitualmente para desenvolverem suas propostas educacionais e investigarem conteúdos mais específicos mediante suas necessidades. Embora seja isso que se espera, a princípio, de qualquer egresso de uma licenciatura, partiu-se aqui do entendimento de que a formação devidamente embasada em potentes elementos inter/transdisciplinares cria possibilidades mais concretas de professores

Literatura

efetivamente – pesquisadores.

Partindo do pressuposto de que a principal preocupação do professor de literatura deve ser com a proficiência do seu aluno na leitura do texto literário, os conteúdos e metodologias referentes à literatura presentes nas ementas dos diferentes Eixos Formadores deste curso foram selecionados a partir da ideia de que não se pode reduzir o ensino de literatura ao da história literária: é preciso insistir no processo de leitura, releitura, conversas sobre os textos, análise, interpretação, crítica, sempre na perspectiva interdisciplinar.

A principal preocupação aqui foi a de não apresentar a leitura literária como uma manifestação estética elitista, distante dos alunos atuais. Adota-se a perspectiva de PERRONE-MOISÉS (2006), para quem qualquer que seja a extração social do aluno, sua inteligência lhe permite a aprendizagem e a experiência da leitura literária, bem como do ensino da literatura.

Busca-se assim um equilíbrio entre o ensino tradicional de história literária e o estudo interno e multissemiótico da literatura, elegendo as obras que constituem o cânone selecionado pela tradição, relativizando, quando necessário, esse cânone, e dando ênfase ao trabalho com o texto:



o centro inequívoco da preparação das aulas do professor. Com relação à história literária, há uma inversão em relação ao ensino de literatura nos currículos mais tradicionais: inicia-se com a literatura contemporânea e a literatura modernista, sempre aprofundando os conhecimentos sobre os gêneros prosa e poesia e os subgêneros deles decorrentes. Assim, prepara-se o estudante para o estudo das estéticas do século XXI à medieval, com o Brasil em diálogo, por um lado, com Portugal, Europa (França, principalmente) e literaturas de língua inglesa; por outro, com as

literaturas africanas de expressão portuguesa.

Da perspectiva metodológica, o trabalho não cede ao enciclopedismo estéril nem deixa o aluno carente de repertório, já que parte sempre dos conhecimentos trazidos pelo estudante, depurando o seu gosto e a sua sensibilidade para a incorporação da prática da leitura e da produção de textos literários, em seus diversos gêneros. Visa-se aqui à homologia de processos na formação do futuro professor. Disso faz parte também o sistemático trabalho com literatura infantil e juvenil, livros didáticos e paradidáticos, impressos e virtuais.

Língua Inglesa

Ao tomar o inglês como língua franca - e não como língua estrangeira -, os conteúdos e abordagens metodológicas presentes nas unidades curriculares dos diferentes Eixos Formadores deste curso relativos à língua inglesa buscam superar as abordagens tecnicistas de ensino de línguas e rejeitam uma organização curricular que submete o aprendiz a uma cultura tida como hegemônica. Sob essa perspectiva reconhecemos e legitimamos a reinvenção cotidiana dos usos da língua inglesa por falantes que povoam os diferentes lugares do mundo com



vistas a conviverem nas esferas global e local, sob a premissa de um mundo contemporâneo multifacetado.

Trata-se, portanto, de aprender, no uso e para o uso, práticas

linguísticas, discursivas e culturais que se relacionem com outras que os

estudantes já tenham em seu repertório, conforme recomendam os

documentos oficias (BRASIL, BNCC, 2017, BRASIL, 1996, SÃO PAULO,

2016), e garantir que os estudantes ampliem seu autoconhecimento e

ação crítica sobre o mundo contemporâneo por meio da aprendizagem de

línguas.

Buscando coerência metodológica com tais princípios, as unidades

estão organizadas de modo a engajar ativamente os discentes em seu

processo de aprendizado, vivenciando situações concretas de uso de

linguagem por meio de brincadeiras e performances que possibilitam a

experimentação de situações sociais e culturais, fomentando o

compartilhamento de sentidos sobre os objetos de estudo, assim como a

análise crítica dos modos como a língua inglesa produz sentidos em

diferentes esferas de atividade humana. Considerando o estudante como

futuro profissional da educação as propostas buscam repertoriar futuras

práticas docentes. A fim de promover o desenvolvimento da autonomia na

própria formação, os estudantes analisarão sistematicamente suas

produções e percursos, e avaliarão suas próprias necessidades,

tornando-se agentes de seu aprendizado. A avaliação dar-se-á, portanto,

de forma processual e procurará apontar caminhos para atender as

necessidades dos estudantes.

Linguística e Língua Portuguesa



Pensadas conjuntamente neste currículo, a Linguística, ciência da linguagem, e a Língua Portuguesa, disciplina que consubstancia a língua materna como fator de identidade nacional e cultural, já oferecem, de saída, a abordagem interdisciplinar que vai caracterizar os estudos sobre as línguas e a linguagem que perpassam quase todas as unidades curriculares do curso, de uma forma ou de outra. De fato, como língua oficial, o português é a língua de escolarização, daí seu domínio, na modalidade oral e escrita, ser decisivo para o desenvolvimento individual, para o acesso ao conhecimento, para o estabelecimento de relações sociais, para o exercício pleno da cidadania e, particularmente, para a prática docente.

Concebendo a linguagem da perspectiva enunciativo-discursiva (BAKTHIN, 1988), tal como ocorre nos Eixos Formadores deste curso, o estudante é levado a perceber que a inscrição dos sujeitos na linguagem se dá como prática política. Dessa perspectiva, insiste-se na ideia de que pensar a língua e a linguagem e, especialmente, *ensinar* línguas é sempre um ato político. A relevância do ensino das línguas, seja ela a portuguesa ou a inglesa, está, portanto, em integrar os estudantes no funcionamento político da linguagem, não como seguidores de uma norma padrão, mas como falantes capazes de refletir sobre as relações de pertencimento em relação às divisões políticas que constituem as relações sociais, construídas pela linguagem.

Tais pressupostos não excluem o fato de que, para considerar as línguas em suas dimensões de uso em diferentes práticas e contextos sociais, o futuro professor não deva construir sólidos conhecimentos descritivos da língua que ensina, da articulação dos diferentes níveis do sistema linguístico, seus mecanismos morfossintáticos, seu léxico, da

SESI DE EDUCAÇÃO

Faculdade SESI-SP de Educação

organização do texto, dos processos de construção dos sentidos e do funcionamento dos gêneros discursivos.

Não é por acaso que, como se verá adiante, a escolha de um conceito integrador para esta Licenciatura em Linguagens, o de Multiletramentos, tenha vindo exatamente da Linguística e dos estudos que envolvem o uso da língua portuguesa de forma a contemplar as demandas do mundo contemporâneo em termos de práticas de leitura e escrita e de novas expectativas para o ensino-aprendizagem das línguas e linguagens.

1.6. Matriz Curricular

Unidade Curricular	Aulas Semanais	Carga Horária (hora		Carga H	oras)
1º SEMESTRE		Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total	
Percursos de Formação do Estudante	4	56	10	66	
Multiletramentos: Brasil	4	44	22	66	
Estudos linguísticos e o português brasileiro	4	44	22	66	
Estudo e pesquisa em língua inglesa	4	44	22	66	
O texto literário (EAD)	3	40	20	60	
Arte no Brasil	4	44	22	66	
	23	272	118	390	
Residência Educacional (Estágio Supervisionado)				152	
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores				15	
Total Semestral				557	

Unidade Curricular	Aulas	Carga	Carga Horária (horas)	
2º SEMESTRE	Semanais	Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total



Democracia e Ética na Educação	4	56	10	66
Multiletramentos: Alteridade e criatividade(EAD)	3	40	20	60
Estrutura do português: práticas de análise	4	44	22	66
A performance e o brincar em língua inglesa	4	44	22	66
Arte, história e ensino	4	44	22	66
Literaturas Contemporâneas de Língua Portuguesa	4	44	22	66
	23	272	118	390
Residência Educacional (Estágio Supervisionado)				168
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores				15
Total Semestral				573

Unidade Curricular	Aulas	Carg	a Horária (ho	oras)
3º SEMESTRE	Semanais	Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
Conhecimento e aprendizagem	4	56	10	66
Multiletramentos: Linguagens, tradição e ruptura	4	44	22	66
Ensino e aprendizagem de língua inglesa	4	44	22	66
Linguagem e cognição	4	44	22	66
Oficina de escrita e leitura literária(EAD)	3	40	20	60
Arte e educação intercultural	4	44	22	66
	23	272	118	390
Residência Educacional (Estágio Supervisionado)				152
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores				30
Total Semestral				572

Unidade Curricular	Aulas – Semanais	Carg	a Horária (ho	oras)
4º SEMESTRE		Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
A escola e o Currículo segundo diferentes abordagens	4	56	10	66
Multiletramentos: O objeto artístico	4	44	22	66
Oralidade e escrita: práticas sociais e ensino	4	44	22	66



Gêneros do discurso (EAD)	1	10	10	20
Escrita e letramento (EAD)	2	30	10	40
Produção escrita e avaliação em língua inglesa	4	44	22	66
Produção e práticas artísticas contemporâneas	4	44	22	66
	23	272	118	390
Residência Educacional (Estágio Supervisionado)				168
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores				30
Total Semestral				588

Unidade Curricular	Aulas	Carg	a Horária (ho	oras)
5º SEMESTRE	Semanais	Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
Avaliação Educacional e Qualidade Social da Educação	4	56	10	66
Narrativas Infanto-Juvenis (EAD)	3	40	20	60
Multiletramentos: Culturas juvenis	4	44	22	66
Arte e ensino	4	44	22	66
Linguagem, significação e discurso	4	44	22	66
Poesia em Língua Portuguesa	4	44	22	66
	23	272	118	390
Residência Educacional (Estágio Supervisionado)				152
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores				30
Total Semestral				572

Unidade Curricular	Aulas	Carga	a Horária (ho	oras)
6º SEMESTRE	Semanais	Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
Estado, sociedade e educação	4	56	10	66
Libras	4	44	22	66
Multiletramentos: O saber, as ciências e a pesquisa	4	44	22	66
Currículos de língua portuguesa	4	44	22	66
Novas tecnologias no Ensino de Língua Inglesa (EAD)	3	40	20	60
Prosa em Língua Portuguesa	4	44	22	66



(Re)aprendendo o olhar: dispositivos investigativos da pesquisa em educação (EAD)	1	20	0	20
and procedures one constages (a. 12)	24	292	118	410
Residência Educacional (Estágio Supervisionado)				168
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores				30
Total Semestral				608

Unidade Curricular	Aulas	Carga	a Horária (ho	oras)
7º SEMESTRE	Semanais	Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
Trabalho de Conclusão de Curso I (EAD)	1	20	0	20
Gestão e processos de participação na escola (EAD)	3	40	20	60
Multiletramentos: Políticas linguísticas	4	44	22	66
Análise linguística no ensino de língua portuguesa	4	44	22	66
Literatura e ensino	4	44	22	66
Estética, teoria e crítica da arte	4	44	22	66
Inglês para fins acadêmicos	4	44	22	66
	24	280	130	410
Residência Educacional (Estágio Supervisionado)				152
Atividades do Núcleo de Estudos Integradores				25
Total Semestral				587

Unidade Curricular	Aulas -	Carga	a Horária (ho	oras)
8º SEMESTRE	Semanais	Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
Construção da docência e sua profissionalização	4	56	10	66
Trabalho de Conclusão de Curso II (EAD)	1	20	0	20
Multiletramentos: Os clássicos	4	44	22	66
Material didático em Língua Portuguesa	4	44	22	66
Tecnologias digitais, cultura visual e ensino de artes (EAD)	3	40	20	60
Mediação de leitura	4	44	22	66
Formação continuada e ensino de língua inglesa	4	44	22	66



Z4Z92118410Residência Educacional (Estágio Supervisionado)168Atividades do Núcleo de Estudos Integradores25Total Semestral603

Carga Horária – De acordo com a Resolução CNE/CP 02 de 2015				
Atividades Formativas (Núcleos I e II)	2224			
Práticas de Ensino	956			
Residência Educacional (Estágio Curricular Supervisionado)	1280			
Núcleo de Estudos Integradores (Núcleo III)	200			
Total	4660			

1.7. Estudos e adequações da nova matriz curricular (versão 2021)

A matriz curricular vigente é um aprimoramento da matriz curricular original; as adequações e modificações foram pensadas, sugeridas e concretizadas pelo NDE e pelo corpo docente. Em linhas gerais, a nova matriz pretende:

- Distribuir a carga horária de forma a permitir maior aprofundamento das UCs;
- Propor nova disposição de conteúdos, repensando os itinerários formativos;
- 3. Adequar-se à nova resolução CNE nº2/19.
- 4. Propor aprofundamentos de conteúdo.

Rua Carlos Weber, 835 – Vila Leopoldina CEP 05303-902 – São Paulo – SP Tel.: (11) 3836-7350 / (11) 3833-1097

Site www.faculdadesesi.edu.br | Email: faculdadesesisp@sesisp.org.br



Dessa forma, para as turmas em andamento, a matriz curricular nova foi implementada onde era possível e, nas turmas que havia diferenças, foram feitas matrizes intermediárias. Abaixo, destacamos as mudanças fazendo um breve comparativo entre as matrizes e classificando as mudanças (quando há). É importante destacar que não houve eprda de carga horária para desenvolvimento das UCs, ainda que houvesse aumento da Residência Educacional.

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 1ºsemestre	SITUAÇÃO		
Percursos de Formação do Estudante	Não houve mudanças		
Vivências para Profissionalização Docente I Conteúdo incorporado por Residência E			
Multiletramentos: Brasil	Não houve mudanças		
Leitura e escrita: teoria e prática	Conteúdo incorporado na disciplina Oralidade e escrita: práticas sociais e ensino		
Estudos linguísticos e o português brasileiro	Carga horária ampliada		
Inglês: instrumento de acesso ao mundo	Conteúdo incorporado na disciplina Estudo e pesquisa em língua inglesa		
Estudo e pesquisa em língua inglesa	Conteúdo ampliado e incorporado em Estudo e pesquisa em língua inglesa		
O Brasil na literatura	Conteúdo incorporado em Literaturas Contemporâneas de Língua Portuguesa		
Arte: o visual, o sonoro, o gestual e o audiovisual	Conteúdo incorporado em Arte no Brasil e em Arte, História e Ensino		

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 2ºsemestre	SITUAÇÃO			
Democracia e Ética na Educação	Não houve mudanças			
Vivências para Profissionalização Docente	Conteúdo incorporado por Residência Educacional			
Multiletramentos: Linguagens, tradição e ruptura	Mudança para o 3º semestre			
Arte, história e ensino	Ampliação da carga horária			
Estrutura do português: práticas de análise	Ampliação da carga horária			



Mudança de nomenclatura para Linguagem e cognição e mudança para o 3º semestre Linguagem e pensamento

A performance e o brincar em língua inglesa	Ampliação da carga horária
Prosódia, fonética e ortografia da língua inglesa	Conteúdo incorporado por Ensino e aprendizagem de língua inglesa
O texto literário	Mudança para o 1º semestre

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 3ºsemestre	SITUAÇÃO	
Conhecimento e aprendizagem	Não houve mudanças	
Vivências para Profissionalização Docente III	Conteúdo incorporado por Residência Educacional	
Multiletramentos: Alteridade e criatividade	Mudança para o 2º semestre e transformada em disciplina EAD	
Ensino e aprendizagem de língua inglesa	Ampliação da carga horária	
Linguagem, significação e discurso	Mudança para o 6º semestre	
Textos audiovisuais em língua inglesa	Conteúdo incorporado por Novas Tecnologias no Ensino de Língua Inglesa(EAD)	
Romance brasileiro e tradição europeia	Conteúdo incorporado por Prosa em Língua Portuguesa	
Arte e fruição	Conteúdo incorporado por Arte, História e Ensino	

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 4ºsemestre	SITUAÇÃO			
Avaliação educacional e qualidade social da educação	Mudança para o 5º semestre			
Vivências para Profissionalização Docente IV	Conteúdo incorporado por Residência Educacional			
Multiletramentos: O objeto artístico	Redução de 9 horas na carga horária			
Gêneros do discurso	Transformação em disciplina EAD			
Escrita e letramento	Transformação em disciplina EAD			
Formação continuada e ensino de língua inglesa	Mudança para o 8º semestre			
Produção escrita e avaliação em língua inglesa	Ampliação da carga horária			
Poesia lírica brasileira	Conteúdo incorporado por Poesia em Língua Portuguesa			



Arte e contextualização	Conteúdo incorporado por Produções e Práticas Artísticas contemporâneas
	7 11 10 110 10 10 110 110 110 110 110 11

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 5ºsemestre	SITUAÇÃO		
Escola e Currículo: diferentes abordagens	Modificação do nome para A escola e o Currículo segundo diferentes abordagens e mudança para o 4º semestre		
Vivências para Profissionalização Docente V	Conteúdo incorporado por Residência Educacional		
Multiletramentos: Culturas juvenis	Redução de 9 horas na carga horária		
Mediação de leitura	Modificação do nome para Mediação intercultural mudança para o 8º semestre		
Multiletramentos e ensino	Conteúdo incorporado nos diversos multiletramentos		
Arte e educação intercultural	Ampliação da carga horária e mudança para o 3ºsemestre		
EaD – Novas tecnologias e ensino de Linguagens	Conteúdo incorporado por Novas Tecnologias no ensino de Língua Portuguesa(EAD)		
Narrativas juvenis em língua inglesa	Conteúdo incorporado por Narrativas Infanto- Juvenis(EAD)		
Literatura infanto-juvenil americana e britânica	Conteúdo incorporado por Narrativas Infanto- Juvenis(EAD)		
Arte e produção	Conteúdo incorporado por Produções e Práticas Artísticas contemporâneas		

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 6ºsemestre	SITUAÇÃO			
Estado, sociedade e educação	Redução de 9 horas na carga horária			
Libras	Aumento de carga horária			
Vivências para Profissionalização Docente VI	e Conteúdo incorporado em residência Educacional			
Multiletramentos: Políticas linguísticas	Mudança para o 7º semestre			
Currículos de língua portuguesa	Aumento de carga horária			
Análise e Produção de Materiais didáticos em Língua Inglesa	Conteúdo incorporado por Novas Tecnologias no ensino de Língua Inglesa(EAD)			
Ensino de Arte	Conteúdo incorporado por Arte, história e ensino			



EaD – Novas tecnologias no ensino de Língua Inglesa

Literaturas africanas de expressão portuguesa

Mudança do nome para Novas Tecnologias no ensino de Língua Inglesa(EAD)

Conteúdo incorporado por Literaturas

Contemporâneas, Prosa em Língua Portuguesa e Poesia em Língua Portuguesa.

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 7ºsemestre	SITUAÇÃO		
Gestão e processos de participação na escola	Mudança para a modalidade EAD		
Trabalho de Conclusão de Curso I	Mudança de nomenclatura para Trabalho de Conclusão de Curso I - Metodologia do trabalho científico(EAD)		
Multiletramentos: O saber, as ciências e a pesquisa	Mudança para o 6º semestre		
Análise linguística no ensino de língua portuguesa	Mudança para o 7º semestre		
Oralidade, práticas sociais e ensino	Aumento de carga horária e mudança para o 4º semestre		
Produção de textos escritos	Conteúdo incorporado por diversas disciplinas		
Literatura e ensino	Conteúdo incorporado por Oficina de Escrita e Leitura Literária		
Pesquisa em arte e educação	Conteúdo incorporado por Arte e educação intercultural		
EaD: Tecnol. digitais, cultura visual e ensino de Artes	Tecnologias digitais, cultura visual e ensino de artes(EAD)		
Inglês para fins acadêmicos	Ampliação da carga horária		

Unidade Curricular – MATRIZ ORIGINAL – 8ºsemestre	SITUAÇÃO		
Construção da docência e sua profissionalização	Ampliação da carga horária		
Trabalho de Conclusão de Curso II	Não houve mudanças		
Multiletramentos: Os clássicos	Não houve mudanças		
Material didático em Língua Portuguesa	Ampliação da carga horária		
Curadoria e cartografia em Arte Educação	Conteúdo incorporado por Arte e educação intercultural		

Tel.: (11) 3836-7350 / (11) 3833-1097 Site <u>www.faculdadesesi.edu.br</u> | Email: <u>faculdadesesisp@sesisp.org.br</u>



Estudos de literatura infanto-juvenil	Conteúdo incorporado por Narrativas Infanto- Juvenis(EAD)
Portfólios em Arte	Conteúdo incorporado porTecnologias digitais, cultura visual e ensino de artes(EAD)
Projetos em arte, educação e mediação cultural	Conteúdo incorporado por Mediação Intercultural
EaD – Novas tecnologias para ensino de Língua Portuguesa	Mudança para o 3º semestre
Projetos acadêmicos e artísticos em língua inglesa	Conteúdo incorporado por Produção escrita e avaliação em língua inglesa

1.8. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos previstos no PPC buscam promover o desenvolvimento profissional dos futuros professores atrelando às questões fundamentais que cercam uma formação ética e cidadã, como Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação das relações étnico-raciais, educação e cultura afro-brasileira e indígena.

Destarte, todo o conteúdo está distribuído e integrado nos eixos formadores, sendo que estes, foram elaborados tendo a interdisciplinaridade como referência de intervenção pedagógica, não para negar os saberes disciplinares, mas para possibilitar a ampliação de conhecimentos, compreendendo o papel de cada saber disciplinar por meio da sua articulação, diálogo e integração com outros saberes da área de Linguagens.

Importante salientar que todas as unidades curriculares com carga horária de 66 horas, possuem 75% desta carga em formato presencial (3 aulas semanais de 50 minutos) e 25% no formato remoto (1 aula semanal de 50 minutos) em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). As demais unidades curriculares são desenvolvidas integralmente em formato não presencial (EAD) no AVA (1, 2 ou 3 aulas semanais de 60 minutos).

Eixo Formador 1 – Educação e profissionalização docente



O Eixo Formador 1 tem como objetivo central analisar teorias educacionais, filosóficas e sociológicas em diálogo com leituras sobre o cotidiano escolar e sobre projetos não formais de educação, realizadas pelos estudantes das quatro licenciaturas — Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática - no processo de Residência Educacional (Estágio Curricular Supervisionado). Dois territórios são privilegiados como fontes de conhecimento: a cotidianidade da escola e de projetos informais de educação e teorias educacionais, filosóficas e sociológicas.

O conceito de cotidianidade diz respeito ao entendimento de que o cotidiano deve ser descrito, analisado, questionado e destacado como lugar privilegiado para os conhecimentos a serem elaborados pelos estudantes. O cotidiano é o vivido em processo de repetição, reprodução mecânica de procedimentos. Cotidianidade é o cotidiano pensado, questionado, suspenso para ser analisado e transformado.

Entendemos a escola como lugar complexo de reprodução e criação de conflitos e conexões entre sujeitos que criam a vida cotidiana. As unidades curriculares desse eixo contemplam dois focos centrais: 1. A análise das vidas escolares em sua realidade complexa/dialética/multicultural produzida pelos sujeitos que a inventam a cada dia e são também marcados por essa mesma invenção; 2. As teorias dos campos da Psicologia da Educação, da Didática, da Sociologia da Educação, da História da Educação e da Pedagogia em geral.

Ressaltamos a importância da reflexão da, na e sobre a prática como abordagem metodológica que desloca o foco da pesquisa para as práticas em sala de aula, promovendo a realização de investigações didáticas que permitam estudar e validar as situações de aprendizagem



propostas, aperfeiçoar, reinventar e inovar as práticas didáticas,

recriando-as.

O segundo fundamento subjacente a esse Eixo Formador 1 abarca

o conceito de experiência segundo o qual prática e teoria se integram,

superando a visão dicotomizada entre fazer e pensar e entende a palavra

experiência como algo que nos acontece emocional e intelectualmente e

permite o conhecimento.

Objetivos do Eixo 1

• Possibilitar uma leitura crítica sobre o cotidiano escolar,

contextualizando-o nas perspectivas das políticas educacionais e

dos movimentos históricos-sociais;

• Estudar contribuições das diferentes ciências para a reflexão do

processo de ensino e aprendizagem;

• Estimular a elaboração de novos desenhos para a escola do

presente e do futuro, a partir de uma perspectiva emancipatória e

multicultural considerando as relações entre a escola e os territórios

onde se inserem;

• Superar a dicotomia entre teoria e prática em análise e

implementação de projetos educacionais, escolares e não

escolares.

Eixo Formador 2 – Didáticas em Linguagens

No Eixo 2, estão agrupadas as unidades curriculares

especificamente comprometidas com o desenvolvimento de conteúdos e

habilidades voltados para o ensino dos três componentes curriculares da



Educação Básica que compõem a área de conhecimento em Linguagens:

Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Artes.

Embora todas as unidades curriculares deste curso contemplem,

com maior ou menor ênfase, a perspectiva do ensino e da aprendizagem,

nesse eixo temos como foco o ensino prioritariamente, ou seja, o ensino

assumido como conteúdo privilegiado para pesquisas, análises e

proposições de situações de aula.

A escolha de metodologias e das propostas didáticas dos diversos

componentes curriculares na escola de Educação Básica servirão para

que as reflexões, leituras e elaborações dos estudantes sejam

motivadoras tanto das suas experimentações, como para a criação de

novas hipóteses capazes de garantir projetos autorais aos jovens que

serão desafiados a criar, pela investigação, novos modos de abordar os

problemas de ensino, capazes de responder às necessidades reais da

Educação Básica, no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio.

Objetivos do Eixo 2

• Propor e orientar a realização de levantamentos a respeito de

metodologias de ensino em Linguagens;

• Favorecer a identificação e análise das concepções subjacentes às

diferentes metodologias estudadas;

• Subsidiar a criação de atividades de aulas para cada um dos

componentes curriculares da área e para projetos interdisciplinares.

Analisar currículos e materiais didáticos da área na educação

básica de forma interdisciplinar.

Eixo Formador 3 – Conhecimentos interdisciplinares em Linguagens

SESI DE EDUCAÇÃO

Faculdade SESI-SP de Educação

As unidades curriculares desse eixo 3 são propostas a partir de temas geradores que são tratados de forma articulada pelos diferentes tipos de saberes, conteúdos, abordagens e procedimentos próprios das disciplinas e conhecimentos que compõem a área Linguagens: Linguística, Literatura, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte, Educação e Tecnologias da Informação e Comunicação.

Para tanto, o primeiro passo foi adotar um conceito integrador do currículo, o de multiletramentos (GRUPO NOVA LONDRES, 2000; COPE & KALANTZIS, 2006; ROJO, 2009, 2012; ROJO & BARBOSA, 2015), que abarca tanto a ideia de letramentos múltiplos – a multiplicidade de linguagens e práticas letradas, tradicionais ou emergentes, requeridas na sociedade contemporânea - assim como a ideia de multiculturalidade – que contempla a grande variedade de culturas que caracteriza a sociedade brasileira e que está presente na sala de aula.

Assim, a cada semestre, uma unidade curricular, intitulada *Multiletramentos*, ministrada na forma de múltipla docência, desenvolve um tema articulador que é tratado sistematicamente pelos professores que se alternam a cada semestre - por meio da utilização de linguagens verbais e não verbais, integrando conhecimentos específicos, linguagens e movimentos didático-metodológicos próprios das diferentes disciplinas que compõem a área de conhecimento de Linguagens. O tema articulador do semestre é também referido nas demais unidades curriculares do semestre de forma a criar "ecos temáticos" em todas elas. Tal composição busca garantir a interdisciplinaridade no currículo como um todo, horizontal e verticalmente.

O cuidado subjacente a esse eixo está na distinção de problemas de conhecimento e práticas letradas que são, ao mesmo tempo, definidores e específicos de cada disciplina, ou seja, problemas e práticas sociais



que, para serem compreendidos e exercitados, exigem a contribuição das disciplinas que compõem esta área.

As Linguagens, tratadas em conjunto, oferecem múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas que subsidiam a compreensão do conhecimento e representação da realidade. Essas perspectivas diversas foram agrupadas nesse eixo, cujas unidades curriculares apresentam os elementos específicos do conhecimento linguístico, literário, artístico, educacional e tecnológico, assim como os relativos à língua materna e à língua inglesa, conectados em uma abordagem interdisciplinar.

Por meio dos estudos propostos nesse eixo, espera-se que os estudantes e futuros professores compreendam que a complexidade do mundo contemporâneo exige leitura e intervenção que resulta da colaboração de diferentes campos do saber humano. A perspectiva integradora de tais campos em áreas do conhecimento é um primeiro passo importante para a construção dessa consciência interdisciplinar.

O presente eixo mostrará ao estudante a possibilidade de uma crítica à fragmentação e superespecialização dos saberes e a necessidade de encontro entre disciplinas como processo intrínseco à complexidade do real e do conhecimento sobre o mesmo.

Objetivos do Eixo 3

- Identificar a contribuição de cada uma das disciplinas da área de Linguagens para a compreensão de problemas de conhecimentos do mundo contemporâneo e exercício de práticas sociais letradas tradicionais e emergentes;
- Analisar fenômenos linguísticos, artísticos, sócio históricos e culturais de forma integradora entre os diferentes conceitos produzidos no interior de cada disciplina da área de Linguagens;



mediações Identificar necessárias abordagens entre

interdisciplinares no campo das ciências e no campo do ensino

básico.

Eixo Formador 4 – Conhecimentos específicos em Linguagens

O conhecimento interdisciplinar não abre mão dos conhecimentos

disciplinares. Ao contrário, funda-se na ideia de que é no interior das

disciplinas que o conhecimento se organiza por meio de métodos capazes

de recortar aspectos das realidades culturais e naturais e de criar

instrumentos epistemológicos próprios a cada uma dessas realidades.

O movimento interdisciplinar não abandona, mas articula disciplinas.

Não dispensa, mas integra em sínteses capazes de aprofundar

conhecimentos por meio de conexões que revelam mais e mais relações

entre os fenômenos estudados.

Além de admitir o valor de cada disciplina como locus primeiro de

produção de conhecimento, esse projeto curricular para Linguagens

funda-se no compromisso de preparar os estudantes também para o

ensino de cada um dos componentes curriculares que compõem a área.

Por isso, nesse eixo 4, são propostas unidades curriculares que objetivam

desenvolver conteúdos е habilidades fundamentais

Portuguesa, Língua Inglesa e Arte, tratados em suas especificidades.

Objetivos do Eixo 4:

• Identificar e analisar a importância de cada disciplina da área de

Linguagens para a formação na Educação Básica;

• Analisar e compreender conceitos fundamentais de metodologias

específicas de cada uma das disciplinas e a adequação de seu

ensino para cada nível e ano da Educação Básica;



 Analisar currículos e materiais didáticos para Educação Básica de cada um dos componentes curriculares da área;

 Elaborar planos de ensino e sequências didáticas em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Arte.

Carga horária das unidades curriculares por eixo formador

Abaixo estão sintetizadas as cargas horárias da parte teóricoprática e das práticas de ensino para cada um dos eixos formadores.

Distribuição da carga horária por eixo formador

Distribuição de carga horária das componentes curriculares prático-teóricas e de prática de ensino por componente curricular ■ Teórico-Prática ■ Prática de Ensino 366 284 132 174 732 **576** 568 348 Educação e Didáticas em Conhecimentos Conhecimentos Profissionalização Linguagens interdisciplinares em específicos em Linguagens **Docente** Linguagens

1.7.1. Eixos Formadores e unidades curriculares

Abaixo estão relacionados os Eixos Formadores deste curso e as unidades curriculares os compõem:

Eixo Formador	Educação e Profissionalização Docente	Carga Horária (horas)		ras)
Sem.	Unidade Curricular	Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
1º Sem.	Percursos de Formação do Estudante	56	10	66
2º Sem.	Democracia, Ética na Educação	56	10	66
3º Sem.	Conhecimento e aprendizagem	56	10	66
4º Sem.	A Escola e o Currículo segundo diferentes abordagens	56	10	66
5º Sem.	Avaliação educacional e qualidade social da educação	56	10	66
5º Sem.	Vivências para Profissionalização Docente (EAD)	40	20	60
6º Sem.	Libras e Cultura de Comunidade Surda	44	22	66



6º Sem. Estado, sociedade e educação 56 10 66 (Re)aprendendo o olhar: dispositivos 6º Sem. 20 0 20 investigativos da pesquisa em educação (EAD) 7º Sem. Trabalho de Conclusão de Curso I (EAD) 20 0 20 Gestão e processos de participação na escola 7º Sem. 40 20 60 20 0 20 8º Sem. Trabalho de Conclusão de Curso II (EAD) 8º Sem. 56 10 66 Construção da docência e sua profissionalização 132 708 576 Total:

Eixo Formador	Didáticas em Linguagens	Carga Horária (horas)		
Sem.	Unidade Curricular	Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
2º Sem.	Arte, história e ensino	44	22	66
3º Sem.	Ensino e aprendizagem de língua inglesa	44	22	66
3º Sem.	Arte e educação intercultural	44	22	66
3º Sem.	Oficina de escrita e leitura literária (EAD)	40	20	60
4º Sem.	Gêneros do discurso	10	10	20
4º Sem.	Escrita e letramento (EAD)	30	10	40
4º Sem.	Produções e práticas artísticas contemporâneas	44	22	66
4º Sem.	Produção escrita e avaliação em língua inglesa	44	22	66
4º Sem.	Oralidade e escrita: práticas sociais e ensino	44	22	66
5º Sem.	Arte e ensino	44	22	66
6º Sem.	Currículos de língua portuguesa	44	22	66
6º Sem.	Novas tecnologias no ensino de Língua Inglesa (EAD)	40	20	60
7º Sem.	Análise linguística no ensino de língua portuguesa	44	22	66
7º Sem.	Literatura e ensino	44	22	66
8º Sem.	Mediação de leitura	44	22	66
8º Sem.	Formação continuada e ensino de língua inglesa	44	22	66
8º Sem.	Tecnologias digitais, cultura visual e ensino de Artes (EAD)	40	20	60
8º Sem.	Material didático em Língua Portuguesa	44	22	66
Total:		732	366	1098

Tel.: (11) 3836-7350 / (11) 3833-1097 Site <u>www.faculdadesesi.edu.br</u> | Email: <u>faculdadesesisp@sesisp.org.br</u>



Eixo Conhecimentos interdisciplinares em Carga Horária (horas) **Formador** Linguagens Teórico-Prática de **Unidade Curricular** Sem. **Total** Prática Ensino 44 22 1º Sem Multiletramentos: Brasil 66 Multiletramentos: Alteridade e criatividade 2º Sem. 40 20 60 (EAD) Multiletramentos: Linguagens, tradição e 3º Sem 44 22 66 ruptura 4º Sem. Multiletramentos: O objeto artístico 44 22 66 5º Sem. 22 66 Multiletramentos: Culturas juvenis 44 Multiletramentos: O saber, as ciências e a 6º Sem. 44 22 66 pesquisa 7º Sem. Multiletramentos: Políticas linguísticas 44 22 66 8º Sem. 44 22 66 Multiletramentos: Os clássicos 174 348 522 Total:

Eixo Formador	Conhecimentos específicos em Linguagens	Carga Horária (horas)		
Sem.	Unidade Curricular	Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
1º Sem	Estudos linguísticos e o português brasileiro	44	22	66
1º Sem	Estudo e pesquisa em língua inglesa	44	22	66
1º Sem	Arte no Brasil	44	22	66
1º Sem	O texto literário (EAD)	40	20	60
2º Sem	Estrutura do português: práticas de análise	44	22	66
2º Sem	Literaturas Contemporâneas de Língua Portuguesa	44	22	66
2º Sem	A performance e o brincar em língua inglesa	44	22	66
3º Sem	Linguagem e cognição	44	22	66
5º Sem.	Linguagem, significação e discurso	44	22	66
5º Sem.	Poesia em Língua Portuguesa	44	22	66
6º Sem.	Prosa em Língua Portuguesa	44	22	66
7º Sem.	Estética, teoria e crítica da arte	44	22	66



Eixo Formador	Conhecimentos específicos em Linguagens	Carga Horária (horas)		
Sem.	Unidade Curricular	Teórico- Prática	Prática de Ensino	Total
7º Sem.	Inglês para fins acadêmicos	44	22	66
Total:		568	284	852

1.9. Ementário e bibliografia

1º Semestre

1.1 - UNIDADE CURRICULAR

PERCURSOS DE FORMAÇÃO DO ESTUDANTE

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

A trajetória de formação do estudante. Dimensões culturais, afetivas, estética, cognitiva, valores, saúde, corpo na constituição dos sujeitos autores. Representações dos estudantes sobre a realidade e sobre a escola. A diversidade representada por cada um dos sujeitos envolvidos em processos formativos. O pertencimento e protagonismo na formação do estudante. Ser adulto e ser jovem: modos de ser e de aprender. O aprendizado do adulto. Limites e possibilidades da aprendizagem.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Serão privilegiadas as narrativas sobre seus percursos escolares e de formação fora da escola também. Essa unidade tem como objetivo favorecer o encontro dos estudantes com suas memórias a respeito de processos escolares, processo de aprendizados, processo de encontros com diferentes campos do saber humano. Serão desafiados a descrever e analisar seus modos de estudar e suas visões sobre escola. Serão orientados também a desenvolver habilidades de observação, registro, escuta e a elaboração de Portfólio.

SESI DE EDUCAÇÃO

Faculdade SESI-SP de Educação

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, M. **Meu quintal é maior que o mundo**: Antologia. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2015.

BONDIA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ**., Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, Apr. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf.

CHRISTOV, L. H. S. (Org.). Narrativas de Educadores: mistérios, metáforas e sentidos. 1. ed. São Paulo: Porto de Ideias Editora, 2012.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Moderna, 2003.

HARPER, B. (Org.) **Cuidado: Escola!** Desigualdade, domesticação e algumas saídas. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUMAN, Z. **Sobre educação e juventude: conversas com Riccardo Mazzeo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BOSI, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHRISTOV, L. H. S. Espera, experiência e palavra. **Revista** @mbienteeducação, v. 1, p. 1-10, 2008. Disponível em: http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/573/541.

LARROSA, J. **Experiência e Alteridade em Educação**. Revista do Departamento de Educação e Pós-Graduação em Educação UNISC, 2011: v. 19. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2444

OZELLA, S. (Org.). Adolescências construídas: a visão da psicologia sóciohistórica. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

1.2 - UNIDADE CURRICULAR

MULTILETRAMENTOS: BRASIL

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

Site www.faculdadesesi.edu.br | Email: faculdadesesisp@sesisp.org.br



A. EMENTA

Estudo interdisciplinar, intertextual e intercultural de manifestações artísticas e literárias brasileiras que tematizam elementos das próprias culturas brasileiras. Tais elementos aparecem multifacetados e iluminados por múltiplas significações nos textos literários, caracterizados sobretudo pela amplitude e diversidade. Análise literária e dramatúrgica de peça(s) teatral(ais) de brasileira(s) de referência, em diálogo com adaptações para cinema e teledramaturgia, e experimentação de encenação de peça teatral, com exploração de elementos textuais, gestuais, visuais e sonoros.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta unidade curricular tem o importante papel de introduzir e sensibilizar o estudante do curso de Linguagens em relação à diversidade das manifestações culturais brasileiras, com ênfase nas relações entre artes e literatura. Em relação à literatura, os gêneros poesia e prosa (contos e crônicas) e a temática modernista foram escolhidos para o desenvolvimento do trabalho. Em relação às artes, a ideia é promover uma convergência de linguagens através do teatro, entendido como linguagem literária e cênica, sendo que a encenação também permite a integração entre linguagens visuais e sonoras. Há um rico conjunto de autores brasileiros neste trânsito entre a literatura e outras artes; no entanto, a sugestão é que este curso tenha este eixo de convergência através da obra de Ariano Suassuna, por meio de sua peça teatral icônica "O Auto da Compadecida". A peça em si já se justifica como obra referencial não apenas no teatro, mas na cultura brasileira como um todo, e esta importância se potencializa a partir da popularmente conhecida adaptação cinematográfica, feita em 2000, por Guel Arraes, onde há a mescla com elementos de outra peça do autor, "O Santo e a Porca". A ideia é então promover a leitura, fruição e análise das 02 peças teatrais de Suassuna e o filme de Arraes e realizar a encenação parcial de fragmentos das peças teatrais, explorando também os elementos visuais, através da cenografia e figurinos, e elementos sonoros, através de trilha sonora e musical. Um aspecto a ser destacado em relação à escolha de Ariano Suassuna é complementariedade entra as culturas erudita e popular, além da dita cultura de massa, a partir do diálogo com o cinema e a televisão.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ENSLEN, Joshua Alma. **A morte é um carnaval**: João Grilo e o espaço social "Auto da Compadecida". Romance Notes 50, n. 3, 2010, pp.345-53. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/43803157.



FARIA, João Roberto. **A história do teatro brasileiro**, vol II. Do modernismo às tendências contemporâneas. São Paulo: Sesc/Perspectiva, 2013.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. **O cabreiro tresmalhado**: Ariano Suassuna e a universalidade da cultura. São Paulo: Palas Athena, 2002.

SUASSUNA, Ariano. **O auto da compadecida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

FONS SASTRE, Martín B. Investigar la Dramaturgia del Actor: la antropología teatral y sus aplicaciones científicas. **Rev. Bras. Estud. Presença,** Porto Alegre, v. 9, n. 3, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-26602019000300205&Ing=en&nrm=iso

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERGSON, Henri. **O riso**: ensaio sobre a significação do cômico. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 24.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

TAVARES, Bráulio. **ABC de Ariano Suassuna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

MAGALDI, Sábato. Tendências contemporâneas do teatro brasileiro. **Estud. av**., São Paulo, v. 10, n. 28, pp. 277-289, Dez 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000300012&Ing=en&nrm=iso.

LYDAY, Leon F. The Barcas and the Compadecida: Autos past and Present. **Luso-Brazilian Review**, vol. 11, n. 1, 1974, p.84-88. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/3512654.

1.3 - UNIDADE CURRICULAR

ESTUDOS LINGUÍSTICOS E O PORTUGUÊS BRASILEIRO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

Site www.faculdadesesi.edu.br | Email: faculdadesesisp@sesisp.org.br

SESI DE EDUCAÇÃO

Faculdade SESI-SP de Educação

A. EMENTA

Linguagem, língua e suas inter-relações com a realidade, o pensamento, a sociedade, a cultura. Diferentes tipos de símbolos, linguagem verbal e linguagens não verbais. Introdução ao estudo científico da linguagem. A constituição histórica e a delimitação epistemológica da Linguística Contemporânea. O Curso de Linguística Geral e o projeto estruturalista de Ferdinand de Saussure: o signo linguístico, sincronia e diacronia, língua e fala, o sistema e o valor, as relações sintagmáticas e paradigmáticas. Os níveis de descrição linguística e sua relevância para o ensino de Língua Portuguesa. Perspectivas descritiva e prescritiva: o preconceito linguístico. A sociolinguística e as relações entre linguagem e sociedade. A constituição da língua portuguesa no Brasil, a formação étnica do povo brasileiro, com base na tríade indígena-europeu-africano e o português brasileiro. Variações linguísticas. Os conceitos de norma padrão, norma culta, variedades prestigiadas e desprestigiadas e as formas como devem ser abordadas no ensino. Quadro sociolinguístico brasileiro.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Os conteúdos abordados serão organizados em unidades ou sequências de tarefas que evidenciem um percurso lógico de questionamento, descoberta, síntese e reflexão tanto sobre aspectos da língua quanto sobre estratégias utilizadas em cada tarefa proposta. Os alunos produzirão diários de leitura dos textos lidos, seminários de apresentação de conteúdos e, ao final do curso, realizarão um trabalho de campo para coleta, tratamento e análise de dados linguísticos de português brasileiro falado e escrito. Ao final de cada sequência de tarefas, deverá ser proposta uma reflexão sobre o conteúdo tratado e a forma como foi encaminhado. Tal reflexão também possibilitará ao discente avaliar seu aproveitamento no curso de modo processual e buscar alternativas de superar dificuldades.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DE OLIVEIRA, Josane Moreira; DA SILVA SOUZA, Marcelo; DE FARIAS ARAUJO, Silvana Silva. O contato entre línguas na constituição da realidade sócio histórica do português brasileiro: aspectos para um estudo sociolinguístico. **A Cor das Letras**, v. 19, n. 4, especial, p.12-22, 2018. Disponível em: http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/2856/pdf.

FILHO, J. C. P. de A.; OLVEIRA, H. F. de. Que área sustenta a formação de professores nas licenciaturas em letras (linguagem)? **Revista Linguagem e Ensino**.

Site www.faculdadesesi.edu.br | Email: faculdadesesisp@sesisp.org.br



Pelotas, v. 19, n. 1, p.197-215, jan./jun. 2106. Disponível em: http://www.rle.ucpel.edu.br/index.php/rle/article/view/1360.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras, v. 1. 9 ed rev. São Paulo: Cortez, 2012.

PFEIFFER, Claudia Castellanos; NUNES, José Horta (org.). Introdução às ciências da linguagem: linguagem, história e conhecimento. Campinas/ SP: Pontes, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** 34 ed. São Paulo: Cultrix. 2012.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 54 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

DE SOUSA PEREIRA, Maria Lidiane; DOS SANTOS, Jaqueline Rocha. Concepções de linguagem que norteiam o trabalho de professores no ensino médio. Afluente: **Revista de Letras e Linguística**, v. 3, n. 9, p.89-107, 2018. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/10461

FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística I:** objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2006.

MOREIRA, Michelli Maia. **O Processo sociocultural do ensino da língua portuguesa e a prática pedagógica**. Seminário Interlinhas 4.1 (2018), p.235-242. Disponível em: http://www.revistas.uneb.br/index.php/asipc/article/view/4866/3094.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. O (orgs.) Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

1.4 - UNIDADE CURRICULAR ESTUDO E PESQUISA EM LÍNGUA INGLESA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA



Desenvolvimento de estratégias de busca e validação de informações na internet. Exploração de dicionários e tradutores online. Construção e análise de jogos pedagógicos e objetos de aprendizagem digitais. Reflexão sobre as possibilidades e limitações dos recursos utilizadas e sua utilidade para o ensino de línguas.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

As aulas desta unidade curricular serão realizadas em laboratório de informática. Os alunos resolverão tarefas utilizando diferentes recursos. Após compartilhar e comparar os resultados obtidos, poderão refletir sobre sua qualidade e sua utilidade para a resolução da tarefa. Poderão também socializar estratégias de validação de informações e de aplicação das ferramentas para o ensino de Língua Inglesa. As tarefas propostas versarão sobre necessidades frequentes de aprendizes de inglês, conforme as experiências dos estudantes.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COLL, César; MONEREO, Carles. Psicologia da Educação **Virtual**: Aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Artmed Editora, 2010. CAP. 1. Disponível em: http://srvd.grupoa.com.br/uploads/imagensExtra/legado/C/COLL_Cesar/Psicologia_Educacao_Virtual/Liberado/Cap_01.pdf

MACHADO, F. R. **O** uso de ferramentas de **TIC** em cursos de Letras Inglês: crenças de professores e alunos. Anais do CENSUL, 2008. Disponível em: http://www.celsul.org.br/Encontros/08/utilizacao_ferramentas_tic.pdf.

MATEUS, Elaine Fernandes. Os professores na era digital e os (des) usos do computador na fase de formação inicial. **The Especialist**, v. 25, n. 2, 2004. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/esp/article/view/9375

KAJEE, Leila. Teacher education students engaging with digital identity narratives. **South African Journal of Education**, v. 38, n. 2, p. 1-9, 2018. Disponível em: https://www.ajol.info/index.php/saje/article/download/173120/162531

GEE, James Paul. Bons video games e boa aprendizagem. **Perspectiva**, v. 27, n. 1, p. 167-178, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2009v27n1p167 Acesso em: 11/09/2019.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Faculdade SESI-SP de Educação

EDWARDS, R. **Rethinking contexts for learning and teaching**. Communicates, activities and networks.USA: Routledge,2009.

CANI, Josiane Brunetti; SANTIAGO, Maria Elizabete Villela. O papel do quadro comum europeu de referência para idiomas: aprendizagem, ensino e avaliação (QCER) na internacionalização das IES: uma análise sob a perspectiva do Letramento Crítico e dos Multiletramentos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, n. 2, p. 1164-1188, 2018.

SWAN, Michel. Practical English usage. Oxford: Oxford University Press, 1996.

DUBOC, Ana Paula Martinez. Avaliação da aprendizagem de línguas e os multiletramentos. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 26, n. 63, p. 664-687, 2015. Disponível em:

http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/download/3628/3123

FINARDI, Kyria; PREBIANCA, Gicele. Políticas linguísticas, internacionalização, novas tecnologias e formação docente: um estudo de caso sobre o curso de Letras Inglês em uma universidade federal. **Leitura**, v. 1, n. 53, p. 129-154, 2019. Disponível em: http://seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/viewFile/6927/4841. Acesso em: 11/09/19.

1.5 - UNIDADE CURRICULAR O TEXTO LITERÁRIO (EAD)

Carga horária semanal: 3 aulas - Carga horária total: 60 horas

A. EMENTA

Levantamento de conceitos fundamentais para a especificação das características do texto literário (prosa e poesia). Considerações sobre a natureza e funções da literatura. Relação entre História da literatura e do cânone literário. Entendimento da experiência modernista brasileira e suas rupturas estéticas e conceituais. Questionamento dos padrões que determinam o que é considerado literário ou não literário, por meio de leitura e análise de textos diversificados e de leituras teóricas

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Leitura, fruição e análise de obras modernas e contemporâneas que questionam o cânone literário, por questões estilísticas e outros tipos. Por exemplo, domínio de

Faculdade SESI-SP de Educação

textos chaves do modernismo brasileiro e textos da atual literatura de massa, textos autobiográficos, textos da chamada literatura popular, best sellers etc. Através de recursos virtuais, elaboração, em grupos, de apresentações desses textos que, em discussão conjunta entre professores e alunos, serão avaliados em sua dimensão ética e estética.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACÍZELO DE SOUZA, Roberto. Teoria da Literatura. São Paulo: Ática, 2007.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ABREU, Marcia. Cultura letrada: literatura e leitura. São Paulo: UNESP, 2006.

LOYOLA, Juliana. Literatura, ensino e a formação do leitor: a experiência da alteridade. Entrevista audiovisual. FronteiraZ – **Revista do programa de estudos pósgraduados em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP**, n.14, 2015. Disponível em http://revistas.pucsp.br/index.php/fronteiraz/issue/view/1358

ARANHA, Gláucio & BATISTA, Fernanda. Literatura de massa e mercado. **Revista Contracampo**, Niterói, nº 20 agosto de 2009 semestral, pp.121-131. DOI: https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i20.11

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

WOOD, James. Como funciona a ficção. São Paulo: Cosac Naïf, 2011.

COMPAGNON, Antoine; MOURÃO, Cleonice Paes Barreto; SANTIAGO, Consuelo Fortes. **O demônio da teoria:** literatura e senso comum. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MOREIRA DUMONT, Lígia Maria. A opção pela literatura de massa: simples lazer ou alienação? **Investigación Bibliotecológica** v. 14, n. 28 enero/junio de 2000, pp.166-177.

PERRONE-MOISÉS, L. Literatura para todos. **Literatura e Sociedade**, v. 11, n. 9, p. 16-29, 6 dez. 2006. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i9p16-29.



1.6 - UNIDADE CURRICULAR

ARTE NO BRASIL

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudo panorâmico e histórico das diferentes linguagens artísticas no Brasil partindo do Barroco até o Tropicalismo, a partir de seus elementos constitutivos e principais eixos (visual, sonoro, gestual e audiovisual) com destaque para as práticas contemporâneas de caráter híbrido. Experimentação, numa abordagem teórico-prática e intercultural, de diferentes manifestações artísticas, entendidas como conhecimento e elementos integrantes das culturas brasileiras e suas influências internacionais.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta unidade curricular tem o complexo papel de introduzir o estudante do curso de Linguagens no amplo cenário histórico das linguagens artísticas no Brasil e suas práticas contemporâneas híbridas. Sugere-se destacar as relações entre arte, religião, arquitetura e música do Barroco Mineiro, as relações entre arte e política da Missão Artística Francesa e da implantação da Academia Imperial de Belas Artes (assim como as tensões entre o "popular" Barroco de artistas negros e o "erudito" Neoclassicismo de artistas brancos europeus), as rupturas provocadas pelos artistas, músicos e arquitetos modernistas (assim como questionar seu pretenso aspecto universalizante de uma arte brasileira produzida apenas em São Paulo) e as experimentações dos tropicalistas em seus enfrentamentos à ditadura militar. Um estudo mais extensivo sobre o Tropicalismo é fundamental para se compreender o hibridismo da arte contemporânea no Brasil. Nesse sentido, podemos destacar as estreitas relações entre teatro ("O Rei da Vela" do Teatro Oficina), música (Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Bethânia e Gal Costa), artes visuais (o Neoconcretismo de Hélio Oiticica, Lygia Clark e Lygia Pape) e o cinema (o Cinema Novo). A proposição de atividades de produção e exercícios práticos em torno dos temas discutidos em sala podem contribuir para que os estudantes compreendam melhor as propostas dos artistas estudados.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARAL, Aracy. **Artes Plásticas na Semana de 22**. São Paulo: Editora 34, 2010. (8 EXEMPLARES, ACERVO)

Faculdade SESI-SP de Educação

GUINSBURG, Jacó; PATRIOTA, Rosângela. **Teatro Brasileiro**: ideias de uma história. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BASUALDO, Carlos. **Tropicália: uma revolução na cultura brasileira (1967-1972)**. Editora Cosac Naify, 2007.

PEREIRA, Sonia Gomes. Revisão historiográfica da arte brasileira do século XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 54, p. 87-106, 1 mar. 2012. Acesso em http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/49114

WISNIK, José Miguel. Entre o erudito e o popular. **Revista de História**, v. 157, p. 55-72, 2° semestre de 2007. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19062.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DE CARLI, Ana Mery Sehbe; RAMOS, Flávia Brocchetto. **Tropicália**: gêneros, identidades, repertórios e linguagens. EDUCS, 2008. (PEARSON)

BALLERINI, Franthiesco. Cinema brasileiro no século 21: reflexões de cineastas, produtores, distribuidores, exibidores, artistas, críticos e legisladores sobre os rumos da cinematografia nacional. Summus Editorial, 2012. (PEARSON)

RAMOS, Fernão Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila (Org.). **Nova história do cinema brasileiro**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2018. v.1 e v.2

TOLEDO, B. Essência e Alcance das Manifestações Barrocas no Universo Luso-Brasileiro. **Revista Música**, v. 11, p. 29-44, 17 dez. 2006. Disponível em http://www.revistas.usp.br/revistamusica/article/view/55096.

GARDEL, André. Poética Antropofágico-Perspectivística para uma Re-Visão do Teatro Brasileiro: a cena de origem. **Revista Brasileira dos Estudos de Presença**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-26602019000200300&Ing=en&nrm=iso

REVISTA ARS. v. 15, n. 30, 2017. **Dossiê Hélio Oiticica**. Disponível em http://www.revistas.usp.br/ars/issue/view/10255.

2º Semestre

Faculdade SESI-SP de Educação

2.1 - UNIDADE CURRICULAR DEMOCRACIA, ÉTICA NA EDUCAÇÃO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Democracia e ética. Distinções entre ética e moral. Ética como palavra que acompanha necessariamente o encontro com o diverso e a perspectiva da inclusão. Formação de valores. Verdade, bondade e beleza revisitados. Escola como espaço do encontro com o diverso e como experiência de relações democráticas e de cidadania.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Refletir sobre a Democracia como palavras polissêmicas e seus valores no mundo contemporâneo. Estudos e pesquisas em documentos históricos de diferentes tempos e espaços, bem como as representações dos estudantes sobre o tema. Análise das estruturas democráticas e/ou antidemocráticas presentes na relação com a vida contemporânea.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUI, M. S. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, E.A.B. **Democracia como "Ídolo"?** Ensaios sobre um projeto de democracia possível. São Paulo: Tese (Doutorado em Direito) Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: [s. n.] 2015. Disponível em: https://bdpi.usp.br/item/002731487

TEIXEIRA, A. C. **Para além do voto**: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975 – 2010). Campinas: Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.[s.n.], 2013. Disponível em: http://pct.capes.gov.br/teses/2013/33003017039P0/TES.PDF

Faculdade SESI-SP de Educação

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUMAN, Z. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar. 2011.

CHRISTOV, L. H. Escola como espaço para a aprendizagem da convivência democrática e do respeito à diversidade. In Saber em ação 2012: aprendizes do século XXI: autonomia e autoria no processo de ensino e de aprendizagem. São Paulo: SESI-SP editora, 2012.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 111 p. ISBN 9788577531707. Classificação: 370.1 F934e 2.ed. Ac.733863

GARDNER, H. O verdadeiro, o belo e o bom redefinidos: novas diretrizes para a educação no século XXI. Rio de Janeiro: Rocco, 2012. 223 p. ISBN 8532527271

RIOS, T. A. Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2010.

2.2 - UNIDADE CURRICULAR

MULTILETRAMENTOS: ALTERIDADE E CRIATIVIDADE (EAD)

Carga horária semanal: 3 aulas - Carga horária total: 60 horas

A. EMENTA

Análise estético-literária de canções em inglês. Apreciação e ampliação de repertório de encontros interculturais em canções em língua inglesa. Contextualização sócio histórica e discussão sobre a intencionalidade de cada encontro cultural. Discussão sobre alteridade, criatividade e hibridismo cultural. Estudo e ampliação de critérios de análise de canções. Experimentações artísticas que revelem encontro intercultural.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A unidade curricular proporá a apreciação e análise de encontros interculturais e híbridos na produção musical de língua inglesa. A leitura de textos sobre o papel da interação na produção criativa, sobre alteridade e hibridismo cultural subsidiará teoricamente as discussões propostas. Os discentes serão convocados a buscar e analisar canções oriundas de encontros culturais (sugere-se o estudo de artistas não-estadunidenses ou não-europeus) e a refletir sobre as possibilidades e a relevância do uso desse tipo de recurso em aulas de linguagens, destacando as relações de conflito e



poder que tais encontros proporcionam. É sugerido o exercício processual de experimentações artísticas híbridas, na língua inglesa, tendo o som como base.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2003.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHAFER, Murray. O ouvido pensante. São Paulo: UNESP, 2013.

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. A grammar of multimodality. **International Journal of Learning**, v. 16, n. 2, 2009. Disponível em https://www2.scopus.com/record/display.uri?eid=2-s2.0-

77950171921&origin=inward&txGid=e7a09be18cf8ceb8dbcf5c45c8ffca2c

TATIT, Luiz. Elementos para a análise da canção popular. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 1, n. 2, 2003. Disponível em https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/623

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Ana Amália Tavares Bastos. **Ensino de artes e de inglês**. São Paulo: Cortez, 2007.

BURKE, Peter. Hibridismo cultural. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.

RICHTER, Ivone Mendes. Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das artes visuais. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

DUNCUM, Paul. Visual culture isn't just visual: Multiliteracy, multimodality and meaning. **Studies in art education**, v. 45, n. 3, p. 252-264, 2004. Disponível em https://www.jstor.org/stable/1320972

BOND, Vanessa L. Culturally responsive education in music education: A literature review. **Contributions to Music Education**, v. 42, p. 153-180, 2017. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/26367441

2.3 - UNIDADE CURRICULAR

ESTRUTURA DO PORTUGUÊS: PRÁTICAS DE ANÁLISE



Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estrutura e funcionamento da LP. Níveis de análise linguística. Fonética, fonologia, morfologia e sintaxe do Português. Os fonemas do português. Noções básicas de depreensão dos morfemas e reconhecimento de aspectos e processos morfofonológicos. Tipos e classificação dos morfemas. Flexão e derivação. Categorias gramaticais e a morfologia flexional do nome e do verbo. Formação de palavras. Princípios básicos para o estudo morfológico e sintático da LP e suas decorrências para o ensino. Classes de palavras. As categorias estruturais da oração: os tipos de sintagmas e seus elementos constitutivos. Diversas abordagens de estudo da língua.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Nesta unidade curricular, o objetivo será o de favorecer a construção de uma relativa representação do sistema da língua portuguesa, apresentando sempre as vantagens e os limites da descrição linguística realizada pelas gramáticas tradicionais e de base sintaticista. Em um primeiro momento, será necessário retomar os conhecimentos gramaticais que os estudantes trazem de sua formação anterior para, em seguida, avaliar aqueles que precisam ser retomados mais sistematicamente. Uma vez definidos, os aspectos gramaticais serão abordados de diferentes formas e os discentes vivenciarão cada proposta didática em circuitos de atividades ou em atividades em grupos. As atividades podem ser propostas na forma de oficinas de observação e análise de estruturas linguísticas do português, transcrição fonética, identificação e classificação de morfemas; criação de uma língua hipotética; análise de materiais didáticos; prática de análise morfológica e sintática; práticas de ortografia, acentuação e pontuação em textos escritos. Ao final de cada seguência de tarefas, deverá ser proposta uma reflexão sobre o conteúdo tratado e a intencionalidade das escolhas didáticas feitas, de modo que o discente possa compreender as implicações que cada escolha didático-metodológica traz para o ensino-aprendizagem de línguas, tanto materna, como estrangeiras.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, Thais Cristófaro. **Fonética e fonologia do Português**: roteiro de estudos e guia de exercícios. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA E SILVA, Maria Cecilia Perez de; KOCH, Ingedore G. Villaca. **Linguística** aplicada ao português: morfologia. São Paulo: Cortez, 1986.



TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Záira Bomfante dos. A Linguística Sistêmico-Funcional: algumas considerações. In SOLETRAS – **Revista do Departamento de Letras da FFP/UERJ**. Número 28, jul.-dez 2014.

VITORIANO, B. M.; ABREU-TARDELLI, L. S. Propostas sobre o Ensino de Gramática: as Vozes dos Especialistas. In: **Mosaico** (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP) São José do Rio Preto, SP – Brasil, 2017.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de língua sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Iniciação aos estudos morfológicos**: flexão e derivação em português. São Paulo: Contexto, 2011.

SOUZA E SILVA, Maria Cecilia Perez de. Linguística aplicada ao português: sintaxe. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Ione Moura. **O Ensino da Morfologia Portuguesa: uma Análise de Livros Didáticos.** Dissertação (Mestrado). 2006. Rio de Janeiro, UERJ.

RIBEIRO, Kelly R.; NASCIMENTO, Silvana S. (Org.) Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Língua Portuguesa (e)m debate. [recurso eletrônico]. Rio Grande: Ed. da Furg, 2018.

2.4 - UNIDADE CURRICULAR

A PERFORMANCE E O BRINCAR EM LÍNGUA INGLESA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Vivência de brincadeiras, jogos e teatralizações. Estudo do conceito de brincar em Vygotsky e suas implicações para o desenvolvimento. O papel da regra no brincar e sua relação com os tipos de dramatização nas aulas de inglês. Seleção e análise de textos artísticos e literários para o trabalho com performance. Oficinas de jogos para trabalhar aspectos específicos da língua.

Faculdade SESI-SP de Educação

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A experimentação de diferentes jogos e brincadeiras e posterior reflexão sobre o modo como articulam os conhecimentos será o ponto de partida para uma aproximação com o conceito do brincar e seu papel no desenvolvimento. A submissão à regra, mas também a possibilidade de negociá-la, a inserção em um contexto dado, assim como a possibilidade de criá-lo, são aspectos que remetem à gestão em sala de aula, na medida em que evidenciam quem detém o controle da tarefa. Assim, a intencionalidade na escolha de um *role play* mais ou menos estruturado precisa considerar o objetivo de aprendizagem. Poemas, músicas, esquetes, entre outros, poderão ser usados em performances de caráter artístico, como apresentações em saraus, *flashmobs*, apresentações de música ou teatralizações. Propor a criação de jogos físicos, performáticos ou mesmo digitais, com objetivos didáticos claros para o ensino de Língua Inglesa, comporá o percurso avaliativo na unidade curricular, já que evidenciará na prática a compreensão dos conceitos estudados.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NEWMAN, F.; HOLZMAN. **Brincando na/com a ZDP**. In: NEWMAN, F.; HOLZMAN. Lev Vygotsky: cientista revolucionário. São Paulo. Loyola, 2002.

MIRANDA-ZINNI, A. V.; WEILER, S. **Produção oral e performance**: uma forma de aprender novas formas de pensar e agir no mundo. In: LIBERALI, F. C. Inglês: a reflexão e a prática no ensino. São Paulo. Blucher, 2012.

VIGOTSKI, L. S. **O papel do brinquedo no desenvolvimento**. In: VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. São Paulo. Martins Fontes, 2003.

DOGAN, Secil Horasan; CEPHE, Paşa Tevfik. A suggested syllabus for creative drama course in ELT. **Journal of Language and Linguistic Studies**, v. 14, n. 2, p. 305-324, 2018. Disponível em: http://www.jlls.org/index.php/jlls/article/download/901/386.

GAO, Xuesong; CAO, Xinyu. Teaching in low-resource classrooms: Voices of experience, Richard Smith, Amol Padwad and Deborah Bullock (Eds.), London, British Council (2017), 68 pp.| **Teaching in low-resource classrooms**: Voices of experience, Richard Smith, Amol Padwad, Deborah Bullock (Eds.), British Council, London (2017), p. 68.

2018.

Disponível em:



https://englishagenda.britishcouncil.org/sites/default/files/attachments/pub_30325_bc_t each_in_low_resource_report_a4_v4_online.pdf

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HUIZINGA, J. Homo Ludens. São Paulo. Perspectiva, 2012.

HALLIWELL, Susan. **Teaching English in the primary classroom**. Longman, 1992.

LOBMAN, C.; LUNDQUIST, M. **Unscripted learning**: using improv activities across the K-8 curriculum. Teachers College Press, 2007.

VIEIRA, Ana Paula de Jesus. A formação inicial do professor de língua inglesa e os desafios educacionais no contexto brasileiro. 2018. Tese de Doutorado.

VAN OERS, B. Implementing a play-based curriculum: Fostering teacher agency in primary school. **Learning, Culture and Social Interaction**, volume 4, 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.lcsi.2014.07.003

2.5 - UNIDADE CURRICULAR

ARTE, HISTÓRIA E ENSINO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudo acerca da história do ensino de arte no Brasil, em diálogos com a história da arte no Brasil e com linguagens artísticas. Abordagem teórico-prática, sintética e numa perspectiva intercultural da história da arte e seu ensino no Brasil. Experimentação poética de linguagens artísticas com destaque neste processo histórico.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta unidade curricular tem o relevante papel de contextualizar os estudantes do curso de Linguagens em relação à história do ensino de arte no Brasil, aliada à história da arte no país. Tendo em vista o caráter desta graduação, as unidades curriculares em artes em geral trabalham conteúdos eminentemente teóricos e conteúdos voltados à experimentação prática de linguagens artísticas, como neste caso. A sugestão para o desenvolvimento do curso é: como ponto de partida, o estudo experimental da arte préhistórica brasileira, a partir da pintura rupestre; o uso do teatro e da música pelos jesuítas no início da colonização; o contexto do barroco brasileiro em produções

Faculdade SESI-SP de Educação

tridimensionais (escultura), além da música; o contraponto dos padrões neoclássicos visuais bidimensionais (desenho e pintura), sonoros (música) e gestuais (teatro) do neoclássico (século XIX) e do modernismo (primeira metade séc. XX); o advento do audiovisual na contemporaneidade (segunda metade do século XX à atualidade). No que se refere à história do ensino de artes no Brasil, poderão ser refletidas as concepções de mestre-aprendiz da tradição clássica; a proposta modernista de ensino; a abordagem triangular de Ana Mae Barbosa e as propostas de produção coletiva e participativa de artistas contemporâneos como Viola Spolin e Joseph Beuys. O uso de recursos digitais poderá permear todo o processo na composição de um portfólio virtual de documentação do todo o projeto, como recurso para avaliação de toda a produção dos estudantes.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BARBOSA, Ana Mae. Tópicos utópicos. Belo Horizonte: C/ Arte, 2007.

GOMBRICH, Enerst. A história da arte. São Paulo: LTC, 2000.

SUASSUNA, Ariano. Uma teoria da arte rupestre. In: CLIO - Série Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, Recife, n. 4, p. 127-131, 1991. Número extraordinário dedicado aos Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro, Recife, 1991. Disponível em: https://www3.ufpe.br/clioarq/images/documentos/1987-N4/1987a29.pdf

LIMA, Márcio Santos; MATTAR, Sumaya. **Relação mestre-aprendiz**: um caminho possível para a transmissão de conhecimento em artes. Campinas: 26° Encontro Nacional da ANPAP, 2017. Disponível em http://anpap.org.br/anais/2017/PDF/EAV/26encontro____LIMA_M%C3%A1rcio_Sant os__MATTAR_Sumaya.pdf

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEWEY, John. Arte como experiência. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

EFLAND, Arthur. **History of art education**. Nova York: Teachers College Pres, 1990.

SPOLIN, Viola. **Jogos teatrais:** o fichário de Viola Spolin. Editora Perspectiva, 2001.

ROSENTHAL, Dália. Joseph Beuys: o elemento material como agente social. **ARS** (São Paulo), v. 9, n. 18, p. 110-133, 2011. Disponível em http://www2.eca.usp.br/cap/ars18/v9n18a08.pdf

Faculdade SESI-SP de Educação

HILLESHEIM, G. B.; DA SILVA, M. C.; MAKOWIEKY, S. Ensino de arte: um olhar para os espelhos retrovisores. **ARS** (São Paulo), v. 11, n. 21, p. 62-79, 30 jun. 2013. Disponível em http://www.revistas.usp.br/ars/article/view/64456

2.6 - UNIDADE CURRICULAR

LITERATURAS CONTEMPORÂNEAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Fruição de obras em prosa e poesia da literatura escritas na contemporaneidade em Língua Portuguesa que, ao mesmo tempo, revelam características e complexidades da sociedade lusófona atual, ressignificando a ideia de nação na literatura. Contemplação dos gêneros romance, crônica, conto e poema, incluindo autores e poetas que circulam no mundo virtual e que testam os limites do texto escrito. Entendimento dos desafios e possibilidades da escrita e leitura literária na contemporaneidade. Reconhecimento do texto literário contemporâneo em materiais escolares.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Ampliação do gosto pela leitura de textos literários atuais, assim como do repertório pessoal do estudante, a fim de que cada um se torne uma "vela acesa", como proposto por Bloom (2001), em sua sala de aula quando professor. Leituras semanais de obras contemporâneas e de principais críticos brasileiros. Discussões em aula. Apresentações em grupo. Postagens e alimentação de nuvem de autores e obras contemporâneos. Primeiro registro de leitura pelos alunos-leitores: escritas de mapas consolidantes para cada gênero literário visto. Primeiras análises do material das escolas Sesi em relação à Literatura.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDIDO, Antonio [et. al]. **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

COSTA PINTO, Manuel da. **Antologia comentada da poesia brasileira do século 21**. São Paulo: Publifolha, 2006.

BOSI, Alfredo. "Situação e formas do conto contemporâneo". In: O conto brasileiro contemporâneo (Ed. revista e ampliada). São Paulo: Cultrix/Edusp, 2008.



ALVES DA SILVA, Ana Amália. "A efemeridade como experiência estética: Arnaldo Antunes e sua arte midiática". **Cadernos do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**. Vol. XIX, Nº 08 — História da Literatura e Crítica Literária. RJ, 2015. Disponível em http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/08/002.pdf

OLIVIERI-GODET, Rita. "O ameríndio como personagem do outro na literatura brasileira contemporânea: Órfãos do Eldorado e Nove noites." In: **Revista Brasileira de Literatura Comparada,** v. 11, no. 15, 2009, pp. 89-112. Disponível em: www.abralic.org.br

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Nelly Novaes: A literatura feminina no Brasil contemporâneo. São Paulo: Siciliano, 1993.

CASTRO ROCHA, João Cezar. **Por uma esquizofrenia produtiva**: da prática à teoria. Chapecó: Argos, 2015.

CANDIDO, Antonio. "A nova narrativa". In: A educação pela noite e outros ensaios. São Paulo: Ática, 1987.

KIRCHOF, Edgar R. "Como ler os textos literários na era da cultura digital?" In: **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 47, pp. 203-228, jan./jun. 2016. Disponível em http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10098/8924.

THOMAZ, Paulo C. "Des-reterritorialização: percursos possíveis do romance afro-brasileiro recente". In: **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 45, p. 21-35, jan./jun. 2015. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10003/8836

3º Semestre

3.1 - UNIDADE CURRICULAR

CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Faculdade SESI-SP de Educação

Contribuições das Ciências da Educação, da Filosofia, da Sociologia e da Psicologia geral e da Educação enquanto campos de formação de educadores para o aprofundamento dos estudos sobre o processo de formação integral do sujeito. Panorama das teorias clássicas da psicologia da aprendizagem, do desenvolvimento e da psicologia social: Piaget, Vygotsky, Wallon, Gardner, Pichon Riviére e Paulo Freire. O paradigma do conhecimento como construção. Metodologias de ensino e aprendizagem. Gestão de grupos e sala de aula.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A crítica à ideia de tabula rasa e à ideia de educação bancária. Sala de Aula como espaço para a re-invenção, a re-criação e a re-significação. Aula como espaço de se encontrar com a própria inteligência. Para tanto, é fundamental que os estudantes possam se expressar por escrito, oralmente e por diferentes linguagens. Investigação e análise das situações vivenciadas no contexto escolar frente às diferentes correntes teóricas.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, M. G.; SILVA, M. R.(Org.). **Corpo infância**: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/fef/article/download/26642/17742/.

GAUTHIER, C., TARDIF, M. A Pedagogia – Teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. Petrópolis, RJ: Editora Vozes., 2010.

ILLERIS, K (ORG). **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013.

LA TAILLE, Y. de, OLIVEIRA, M. K. de, DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon** – teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 2009.

OSTROWER, F. **Fayga Ostrower, uma vida aberta à sensibilidade e ao intelecto**. Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde, vol.13, supl.0, Jan./Out. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702006000500017.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, J. S. F. de. Construtivismo. Uma pedagogia esquecida da escola. Porto Alegre: Artmed, 2001.



CORAZZA, S. M.; AQUINO, J. G. (Org.). Dicionário das ideias feitas em educação. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. v. 1. 175p.

CUNHA, M. V. John Dewey: Democracia e Educação. São Paulo: Ática, 2007.

LEÃO, G.M.C. O Processo de ensino-aprendizagem: múltiplas inteligências, poucas metodologias. **EDUCERE: IV Seminário Internacional de Profissionalização Docente**, 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/22950_12028.pdf.

WEBWR, T.B. Comportamento de consumo infantil: uma revisão sistemática da literatura. **9th Latin American Retail Conference**. CLAV 2016. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ocs/index.php/clav/clav2016/paper/view/5735/1635.

3.2 - UNIDADE CURRICULAR

MULTILETRAMENTOS: LINGUAGENS, TRADIÇÃO E RUPTURA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudo interdisciplinar, intertextual e intercultural de produções artísticas e literárias brasileiras e estrangeiras de diferentes movimentos que compõem o chamado Modernismo, que se deu na primeira metade do século XX. Abordagem com ênfase no processo de rompimento destas manifestações com a tradição clássica e a institucionalização de novas tradições e a influência destas na contemporaneidade. Confluência em exposição de trabalhos de experimentações literárias e artísticas.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta unidade curricular tem o papel de provocar o interesse do estudante do curso de Linguagens ao conhecimento do processo cíclico de configuração de tradições e o rompimento destas no desenvolvimento das culturas ocidentais, tomando como eixo as vanguardas históricas e suas possíveis reverberações no Brasil, a partir de diferentes movimentos e manifestações artísticas e literárias deste contexto. Para que os estudantes do curso possam melhor entender a perspectiva de rompimento do Modernismo, a ideia é partir de um panorama inicial acerca do contexto de retorno à tradição clássica do final do séc. XIX (expresso sobretudo pela poesia parnasiana), para então adentrar às ditas Vanguardas Artísticas. Além dos antecedentes, a ideia é poder identificar em produções contemporâneas a influência do pensamento modernista (e

Faculdade SESI-SP de Educação

também o rompimento com este). Serão estudadas as principais vanguardas (o impressionismo, o expressionismo, o fauvismo, o futurismo, o cubismo, o construtivismo russo, o muralismo mexicano, o surrealismo e dadaísmo) e a possível forma antropofágica como foram "deglutidos" pelos modernistas brasileiros, sobretudo em Macunaíma de Mário de Andrade. Durante o percurso, serão realizadas experimentações visuais, literárias e híbridas de modo contínuo e processual e que sejam capazes de refletir sobre as questões teóricas levantadas ao longo das aulas. O resultado do processo pode ser apresentado em uma exposição organizada pelos estudantes.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMBRICH, Ernst H. A História da arte. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

ANDRADE, Mário. Macunaíma. São Paulo: Penguin Companhia, 2016.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**: do Iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

REVISTA do Instituto de Estudos Brasileiros. n. 57. jul/dez. de 2013. **Dossiê Mário de Andrade**. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/5865

REVISTA do Instituto de Estudos Brasileiros. n. 55. 2012. **Dossiê Modernismo em Debate**. Disponível em http://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/4487

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COUTINHO, Afrânio (Dir.); COUTINHO, Eduardo de Faria (Coord.). **A literatura no Brasil**. São Paulo: Global, 1998.

CÂNDIDO, Antônio. Oswald viajante. In: _____. Vários escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e Modernismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

LOPEZ, Telê Porto Ancona. Arlequim e modernidade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 21, p. 85-101, 1979. Disponível em http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69575 Acesso em 10 set. 2019.

REVISTA da USP. n. 94. 2012. **Dossiê Semana de Arte Moderna**. Disponível em http://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/3679 Acesso em 03 set. 2019.



3.3 - UNIDADE CURRICULAR

ENSINO E APRENDIZAGEM EM LÍNGUA INGLESA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Experimentação e a análise crítica de diferentes abordagens de ensino e aprendizagem de inglês. Distinção de diferentes estratégias para se trabalhar com as quatro habilidades comunicativas. Reflexão sobre as concepções de linguagem presentes em diferentes abordagens. Produção de novas propostas didáticas que ilustrem diferentes abordagens de ensino e aprendizagem de inglês.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A sistematização de aspectos gramaticais, a ampliação de vocabulário, a compreensão de textos orais e escritos e a produção de textos orais ou escritos serão abordados de diferentes formas e os discentes vivenciarão cada proposta didática em circuitos de atividades ou em atividades em grupos. Serão então sugeridas tarefas comparativas e de síntese que evidenciem os conteúdos abordados e descrevam estratégias vivenciadas, as habilidades comunicativas acionadas e as concepções de linguagem em que elas implicam. Os discentes farão então suas próprias propostas didáticas para trabalhar com outros conteúdos e discorrerão sobre a relevância de cada técnica e suas limitações considerando em sua análise os aspectos abordados durante o curso. Ao final de cada sequência de tarefas, deverá ser proposta uma reflexão sobre o conteúdo tratado e a intencionalidade das escolhas didáticas feitas, de modo que o discente possa estabelecer relações entre esses conteúdos e questões da vida cotidiana e compreender as implicações que cada escolha didático-metodológica traz para o ensino e aprendizagem de LI.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. 5 ed. Campinas: Pontes, 2008.

MARQUES, Florinda Scremin. **Ensinar e aprender inglês**: o processo comunicativo em sala de aula. Curitiba: Ibpex, 2011.

RICHARDS, Jack C.; RODGERS, Theodore S. **Approaches and methods in language teaching**. Cambridge university press, 2014.

Faculdade SESI-SP de Educação

SIQUEIRA, Domingos Sávio Pimentel; DOS ANJOS, Flávius Almeida. Ensino de inglês como língua franca na escola pública: por uma crença no seu (bom) funcionamento. **Muitas Vozes**, v.1, n.1, p.127-149, 2012. Disponível em: https://www.revistas2.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/3607

SCHEYERL, Denise. **Materiais didáticos**: para o ensino de línguas na contemporaneidade: contestações e preposições. EDUFBA, 2012. Disponível em: http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16424.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KUMARAVADIVELU, B. **Beyond Methods**: Macrostrategies for Language Teaching. New Haven and London: Yale University Press, 2003.

NUNAN, D. **Task-Based Language Teaching**: A comprehensively revised edition of Designing Tasks for the Communication Classroom(4th ed.). Cambridge: Cambridge University press, 2009.

PENNYCOOK, A. **Critical Applied Linguistics**: a critical introduction. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O ensino de línguas estrangeiras como uma questão política. **Espaços linguísticos**: resistências e expansões. Salvador: Edufba, p. 17-24, 2006.

ASSIS-PETERSON, Ana Antônia; COX, Maria Inês Pagliarini. Standard English & World English: entre o siso e o riso. **Calidoscópio**, v. 11, n. 2, p. 153-166, 2013.

3.4 - UNIDADE CURRICULAR

LINGUAGEM E COGNIÇÃO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Diferentes formas de entender a relação entre pensamento e linguagem. Determinismo linguístico. Língua, cultura e identidade. A tradução entre línguas. Principais teorias psicolinguísticas sobre aquisição de linguagem e suas implicações para o ensino de línguas (materna e estrangeira): behaviorismo, inatismo, construtivismo-cognitivista e construtivismo-interacionista. Procedimentos linguísticos

Faculdade SESI-SP de Educação

na apropriação da língua materna e no aprendizado de línguas estrangeiras. Concepções de língua e suas inter-relações com o ensino e a aprendizagem.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Também nesta unidade curricular os conteúdos abordados serão organizados em unidades ou sequências de tarefas que evidenciem um percurso lógico de questionamento, descoberta, síntese e reflexão tanto sobre aspectos da língua quanto sobre estratégias utilizadas em cada tarefa proposta. As tarefas podem se concretizar em produção de diários de leitura de textos; cotejamento de textos traduzidos; observação e registro de crianças em processo de aquisição e desenvolvimento de linguagem, discussão dos dados observados, cotejamento entre os dados observados e o modelo teórico em discussão; relatos sobre processos pessoais de aprendizagem da língua estrangeira. Serão então sugeridas tarefas comparativas e de síntese que evidenciem os conteúdos abordados e descrevam as estratégias vivenciadas.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEL RÉ, Alessandra. (Org.) **Aquisição da linguagem:** uma abordagem psicolinguística. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs). Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. V. 2. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MONTOYA, Adrián. **Pensamento e linguagem: percurso piagetiano de investigação**, In: http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a14. Acesso em 01.08.2019.

SIGARDO, Angel. **O social e o cultural na obra de Vigotski. In:** http://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a03v2171.pdf. Acesso em: 01.08.2019.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Aurino; RÉGNIR, Nadja. Contribuição de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação. In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602010000100003&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 01.08.2019.

NEGRÃO, E.; SCHERR, A.; VIOTTI, E. A competência linguística. In: Fiorin, José Luiz (Org.) **Introdução à linguística I:** objetos teóricos. SP: Contexto, 2002.

SILVA, Renata. **Linguagem e ideologia: embates teóricos**. In: http://www.scielo.br/pdf/ld/v9n1/a08v9n1.pdf .



VYGOTSKY, Lev Seminovitch. **Pensamento e Linguagem**. Trad. Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev Semenovich; JOHN-STEINER, Vera; SCRIBNER, Sylvia; SOUBERMAN, Ellen. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

3.5 - UNIDADE CURRICULAR

OFICINA DE ESCRITA E LEITURA LITERÁRIA (EAD)

Carga horária semanal: 3 aulas - Carga horária total: 60 horas

A. EMENTA

A história da escrita; os diferentes sistemas de escrita. Noções gerais sobre processos de apropriação e desenvolvimento da língua escrita e suas consequências para o ensino. A história da leitura como prática social. Diferentes concepções de leitura: como decodificação, como compreensão cognitiva, como interação ou réplica ativa. Capacidades de leitura. Competências leitoras e escritoras. Linguagem, escrita e poder. O brasileiro, a leitura e a escrita. Analfabetismo funcional no Brasil. O estado ou condição de quem participa de práticas de leitura e escrita: em direção ao conceito de letramento. O papel da leitura e da escrita no processo de ensino-aprendizagem das disciplinas escolares. Noções sobre esfera de atividade humana e gêneros do discurso.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A função desta unidade curricular será dupla: introduzir noções básicas sobre os processos envolvidos na construção das competências leitora e escritora, pontuando o lugar central que elas assumem na vida, na escola e no cenário brasileiro e, simultaneamente, propiciar situações concretas de leitura e de escrita que levem os alunos a (re)pensarem a si mesmos enquanto sujeitos leitores e escritores. Trata-se, portanto, de oferecer apenas os subsídios teóricos, análises e reflexões que sejam essenciais para o estudante aproximar-se do tema e, ao mesmo tempo, refletir sobre o próprio processo de compreensão e produção de textos orais e escritos, com vistas a ampliar o seu universo cultural e o seu grau de participação em práticas letradas, particularmente na esfera acadêmica, por meio da exploração de alguns gêneros ali utilizados. Assim, o material será explorado por meio de oficinas de leitura e escrita que privilegiem um fazer. Os alunos serão levados a produzir diários reflexivos das leituras e atividades desenvolvidas em sala de aula ou fora dela e a utilizar procedimentos de

Faculdade SESI-SP de Educação

apoio à compreensão de textos: grifar, anotar, elaborar quadros sinópticos, esquemas, sínteses e resumos. Trabalharão também com resenhas críticas e seminários.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUIAR, M.J. de.; FISCHER, A. A pedagogia dos multiletramentos: uma proposta para a formação continuada de professores. **Revista do programa de pós-graduação em linguagem e ensino**. Leia Escola, Campina Grande, v. 12, n. 2, 2012. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/Leia/article/view/285. Acesso em 26 set. KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever:** estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. **O texto e a construção de sentidos**. São Paulo: Contexto, 2012.

LEITE, R. de C. D.; MARTINS, P.S.R.; PINHEIRO, A.M.V. Alfabetização no Brasil: caminhos a seguir para o ensino efetivo da leitura. Paidéia. **Revista do curso de pedagogia da Universidade FUMEC**, Belo Horizonte, n. 19, p. 69-82, jan/jun 2018. Disponível em: http://fumec.br/revistas/paideia/article/view/6317/3130. Acesso em 27 set.

MARCUSCHI, Luís Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, M. G. et al. Leitura e Produção de texto na perspectiva do letramento. **Revista da Administração** v. 4. p.68-80, 2019. Disponível em: https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/administracao/article/view/1041/803

ELIAS, Vanda Maria (org.). **Ensino de Língua Portuguesa**: oralidade, escrita e leitura. São Paulo: Contexto, 2011.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura:** teoria e prática. 14 ed. Campinas/ SP: Pontes, 2012.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

TABAQUIM, M. de L. M. et al. Concepção de professores do ensino fundamental sobre dislexia do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**



(online), Brasília, v. 97. n. 245, p.131-146, jan/abr. 2016. Disponível em: http://emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/2650/pdf.

3.6 - UNIDADE CURRICULAR ARTE E EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudo sobre produções artísticas e culturais pela perspectiva intercultural. Abordagem de aspectos fundamentais sobre as culturas indígenas e culturas afrobrasileiras. Destaque para a diversidade de tais manifestações culturais e suas reflexões relacionadas ao ensino de linguagens.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta unidade curricular tem o importante papel de refletir sobre conjuntos de conteúdos vitais à formação do licenciado em Linguagens: diversidade cultural; culturas e manifestações artístico-culturais indígenas brasileiras; e culturas e manifestações artístico-culturais afro-brasileiras.

Investigaremos como as culturas e cosmologias indígenas podem nos ensinar sobre uma educação mais plural e inclusiva. Investigaremos também como a produção artística negra amplia e potencializa os debates sobre as questões sociais, políticas e estéticas da arte no Brasil e seu ensino.

O eixo condutor é o ensino de arte intercultural no contexto brasileiro, mas com ênfase na perspectiva de grupos oprimidos (indígenas e afro-brasileiros), que também deve se buscar feminista, problematizando também a opressão feminina em todo este processo histórico. No que diz respeito às culturas e manifestações artístico-culturais dos grupos em questão, obviamente, será realizado um recorte, tendo em vista ser impossível abordar em profundidade universos tão amplos.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JUNQUEIRA, Carmen. Antropologia indígena: uma nova introdução. **Série Trilhas**, v. 2, 2008.



KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

CARNEIRO, Suelaine. Mulheres negras na educação: desafios para a sociedade brasileira. Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, **Ecos**, Geledés, Fundação Carlos Chagas, p. 121-186, 2016. (Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/12/generoeducacao_site_completo.pdf

ARTE & Ensaios. **Dossiê ÍNDIXS-NEGRXS**, n.38, 2009. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/issue/view/1194/showToc

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MATTOS, Regiane Augusto. **História e Cultura Afro-Brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007. (PEARSON)

WITTMANN, Luisa T. **Ensino d(e) história indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (PEARSON)

ARTE & Ensaios. **Dossiê NEGRXS-ÍNDIXS**, n. 37. 2019. Disponível em https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/issue/view/1193/showToc

OLIVEIRA, Míria Gomes de; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Educação Étnico-Racial e Formação Inicial de Professores: a recepção da Lei 10.639/03. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 183-196, mar. 2017. Disponível em https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/61123

4º Semestre

4.1 - UNIDADE CURRICULAR

A ESCOLA E O CURRÍCULO SEGUNDO DIFERENTES ABORDAGENS

Faculdade SESI-SP de Educação

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Teorias de currículo. Abordagens tradicional, crítica e pós-crítica. Escola como espaço de cultura. Escola como espaço de reprodução e resistência. Escola como refúgio. Relações entre concepções de conhecimento e concepções de escola. Relações entre concepções de sociedade e de escola. A territorialização dos saberes e suas implicações. Diversidade. Culturas juvenis. Currículo e inclusão.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

O contato com teorias de currículo e diferentes abordagens sobre escola exige necessariamente a proposição de registros e debates para que os estudantes identifiquem e questionem suas representações anteriores aos estudos dessa unidade e ainda para que possam analisar e comparar distintas visões teóricas confrontando-as com o que observam na experiência da residência em escolas da educação básica.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M.; ANTUNES, C. **Em defesa da escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. (PEARSON)

MOREIRA, A. F. B. Currículos e programas no Brasil. 18.ed. Campinas: Papirus, 2012.

ROSA, M. I. P. Currículo como Narrativa: inspirações teóricas a partir de Walter Benjamin e Michel de Certeau, **Teóricos e o Campo do Currículo**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2012, p. 141–151. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=52156.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2013. (PEARSON)

VASCONCELLOS, C. S. **Currículo**: a atividade humana como princípio educativo. 3. ed. São Paulo: Libertad, 2011. 259 p. (Cadernos pedagógicos da Libertad).

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, F. P. M. O Currículo e a Prática Docente. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. São Paulo, ano 02, Vol. 01. pp. 508-526, abril de 2017. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/o-curriculo-e-a-pratica-docente.



CANCLINI, N. G. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. Rio De Janeiro: UFRJ, 2015.

CUNHA, I. B. **O** currículo escolar e as reformas da rede pública municipal de **São Paulo**. São Paulo: Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22102015-142950/pt-br.php.

GOODSON, I.F.; BRUNETTA, A. (Trad.). **Currículo:** teoria e história. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. 160 p. (Ciencias sociais da educação).

SAUL, A. M.; SILVA, A. F. G. O pensamento de Paulo Freire como referência para pesquisar políticas de currículo, **Teóricos e o Campo do Currículo**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2012, p. 13 – 30. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=52156.

4.2 - UNIDADE CURRICULAR

MULTILETRAMENTOS: O OBJETO ARTÍSTICO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudo sobre objeto artístico, com base no pensamento de Walter Benjamin, acerca de sua "unicidade", "singularidade", "autenticidade" e "experiência", em contraponto à cópia e a reprodutibilidade que a tecnologia industrial e, mais recentemente, a virtual permitem. Ampliação da reflexão sobre o tema a partir do pensamento de a obra de Andy Warhol, a *Pop Art* e seus reflexos na contemporaneidade, com exploração de técnicas de reprodução de imagens, de forma artesanal e digital.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta unidade curricular tem o papel de conscientizar os estudantes sobre um debate fundamental que permeia toda a produção artística e literária contemporânea: a contraposição entre a perspectiva do objeto artístico como singular e único em relação ao conceito de objeto reprodutível, pós-revolução industrial e, mais recentemente, na cultura digital. A base conceitual desta reflexão são dois textos referenciais de Walter Benjamin, A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica (2012) e O contador de histórias (2018), em diálogo com autores como Jorge Larrosa, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Fredric Jameson. A ideia é estabelecer conexões entre o estudo e a análise

Faculdade SESI-SP de Educação

de produções do artista norte-americano Andy Warhol, entre outros, que problematizam questões como a dita "aura" de uma obra de arte, imbricando ainda mais as complexas relações entre arte, indústria, comércio e cultura de massa. A proposta é que a produção imagética de Warhol, de outros expoentes da *Pop Art* e artistas contemporâneos influenciados por esta estética sejam referência para a exploração de técnicas de criação e redução de imagens, tanto artesanal como digitalmente. Como técnica artesanal e linguagem visual uma opção é usar a xilogravura ou técnicas similares, posto que a serigrafia – usada por Warhol – demanda de aparato técnico muito específico. Como possibilidade digital, são inúmeras as opções de *softwares*, inclusive *online*, que poderão ser escolhidos junto ao grupo, aproveitando também os conhecimentos prévios e experiências dos estudantes, mas que serão potencializados pelas experiências estéticas junto às obras analisadas.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Porto Alegre: Zouk, 2012.

CHAVES, J. C.; RIBEIRO, D. R. Arte em Herbert Marcuse: formação e resistência à sociedade unidimensional. In: **Psicologia & Sociedade**, 26(1), 2014. p. 12-21.

HEBEL, Johann Peter. O almanaque de Johann Peter Hebel. Novos estudos - **CEBRAP**, São Paulo, n. 72, p. 233-242, julho 2005.

LAROSSA, Jorge. Linguagem e educação após Babel. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENJAMIN, Walter; LAVELLE, Patrícia. **A arte de contar histórias**. São Paulo: Hedra, 2018.

CEVASCO, Maria Elisa. Diálogos pertinentes: marxismo e cultura. In: **Dez Lições sobre Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

DANTO, Arthur. O filósofo como Andy Warhol. **ARS** (São Paulo), v. 2, n. 4, p. 99-115, 2004.



LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2002, n.19, p. 20-28

PEDROSA, Célia. **Ensaios sobre poesia e contemporaneidade**. Niterói: Editora da UFF, 2011.

4.3 - UNIDADE CURRICULAR

ORALIDADE E ESCRITA: PRÁTICAS SOCIAS E ENSINO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Sociedades ágrafas e sociedades grafocêntricas. Tradição oral versus tradição letrada. Modalidades oral e escrita da língua como parte de um contínuo tipológico. Estudo da modalidade oral da língua portuguesa, sob a perspectiva enunciativa-discursiva, examinando os gêneros orais: da conversação aos gêneros formais e públicos, nos diferentes contextos de uso. Práticas de pesquisas sobre oralidade e uso da língua. Práticas sociais, multimodalidade e uso da modalidade oral da língua. Ensino da oralidade na escola.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Seleção e curadoria de textos orais - impressos e/ou virtuais - produzidos em situações formais e informais de uso da língua. Práticas de transcrição de textos falados. Leitura e discussão de pesquisas linguísticas sobre oralidade e sobre o português brasileiro falado. Análise e proposição de atividades didáticas voltadas para o ensino da oralidade. Durante o curso, e em um diálogo interdisciplinar com a unidade curricular *Multiletramentos: o saber, as ciências e a pesquisa*, os alunos realizarão uma pesquisa em grupos envolvendo coleta, tratamento, descrição, análise e comparação de dados linguísticos do português brasileiro produzido em diferentes práticas sociais formais e informais.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BULLA, G. da S.; SCHULZ, L. Análise da Conversa Etnometodológica e Educação Linguística: algumas contribuições para a formação de professores. **Calidoscópio**, V. 16, n. 2, p. 194-205, mai/ago, 2018.



KAZUE, S.M.B. Tratamento da oralidade em sala de aula: contribuições para o ensino de língua. **Filol. Linguíst. Port.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 75-99, 2015

MARCUSCHI, L. A. Análise da Conversação. 6.ed. São Paulo: Ática, 2007.

MARCUSCHI, L. **Da fala para a escrita:** atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010 [2001].

PRETI, D. (Org.) **Análise de textos orais**. 7. ed. São Paulo: Humanitas – Projeto NURC/SP, 2010. Série Projetos paralelos, v.1.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTILHO, A. T. Estudos de Língua Falada: uma entrevista com Ataliba Teixeira de Castilho. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL**. v. 3, n. 4, 2005.

LEAL, T. F.; GOIS, S. A oralidade na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MARCUSCHI, L.A. Oralidade e escrita: uma ou duas leituras do mundo? **Linha D'água**, n.15. p.41-62, 2001.CASTILHO, A. T. Estudos de Língua Falada: uma entrevista com Ataliba Teixeira de Castilho. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL**. v. 3, n. 4, 2005.

ELIAS, V.M. **Ensino de língua portuguesa**: oralidade, escrita e leitura. São Paulo: Contexto, 2011.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim (Org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras. 2004.

4.4 - UNIDADE CURRICULAR GÊNEROS DO DISCURSO (EAD)

Carga horária semanal: 1 aula - Carga horária total: 20 horas

A. EMENTA

Introdução à pesquisa e ao trabalho pedagógico com gêneros do discurso, a partir do aprofundamento deste conceito, do estudo de procedimentos para a descrição de gêneros e para a elaboração de atividades didáticas. Concretização de uma perspectiva enunciativo-discursiva para os estudos linguísticos e/ou para o ensino de línguas. Esferas de circulação e contexto de produção. Conteúdo temático, forma composicional e estilo. Ensino de produção de textos orais e escritos na escola. Tipologias textuais,

Faculdade SESI-SP de Educação

gêneros textuais e gêneros do discurso. Fundamentos da Linguística Textual. As dimensões macro e microestruturais do texto. Textualidade e textualização. Coesão e coerência. Referenciação. Os gêneros do discurso como objeto de pesquisa: seleção de gêneros, coleta de corpus, critérios e procedimentos para descrição e análise de gêneros. Gêneros do discurso nos documentos curriculares oficiais.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Observação e da análise de exemplares concretos de gêneros de diferentes esferas de atividade humana (literária, jornalística, publicitária, científica, acadêmica-escolar, burocrática, empresarial etc.) para a depreensão das dimensões constitutivas do gênero e de seu caráter relativamente estável. Análise de sequências didáticas para ensino de gêneros. Elaboração de atividades de uma sequência didática de trabalho com gêneros. Análise de diferentes propostas curriculares de língua portuguesa para observação dos critérios de organização e progressão dos gêneros. Critérios para escolha de gêneros do discurso; critérios para o estabelecimento de agrupamentos de gêneros e de progressões curriculares.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAKTHIN, M. "Os gêneros do discurso". In **Estética da Criação Verbal**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

BARBOSA, Jacqueline P. Sequência didática: artigo de opinião. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/255-4.pdf.

DIONÍSIO, A. P., MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2002.

DOLZ, J., NOVERRAZ, M. & B. SCHNEUWLY (2001) Sequências didáticas para oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In ROJO, R. H. R. & Cordeiro, Glaís S. (org.) **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MARUCI, F. A. de Souza. Desvendando o processo de referenciação no gênero artigo de opinião produzido por alunos da educação básica. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_3/2551-2563.pdf

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Autêntica, 3 ed. 2018.

COSTA VAL, M. da Graça. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.



DOLZ, J. & B. SCHNEUWLY. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In ROJO, R. H. R. & Cordeiro, Glaís S. (orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

ROJO, R. H. R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In MEURER, J. L., BONINI, A., MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) **Gêneros**: teorias, métodos, debates. SP: Parábola Editorial, 2005.

ARAÚJO, Denise Lino. "O que é (e como faz) sequência didática?." **Entrepalavras.,** 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321.3.3.1.322-334

LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia. "A produção escrita de gêneros discursivos em sala de aula: aspectos teóricos e sequência didática." **Signum: Estudos da Linguagem** 15.3, p.223-245. 2012. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/13039/12518

4.5 - UNIDADE CURRICULAR ESCRITA E LETRAMENTO (EAD)

Carga horária semanal: 2 aulas - Carga horária total: 40 horas

A. EMENTA

A escrita enquanto objeto de estudo e enquanto objeto de ensino e aprendizagem. Constituição e diferenciação dos sistemas de escrita (pictográfico, ideográfico e fonográfico); as diferentes formas de relação entre o som, o significado e o signo gráfico. O sistema de escrita do português: a descrição de um sistema fonográfico, de base alfabética e de natureza ortográfica. A relação entre o oral e o escrito. Teorias de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita: a escrita como código, como sistema e como discurso. A natureza multifacetada do processo de alfabetização: o processo de ensino e aprendizagem, os métodos de alfabetização, o aluno, o professor e o contexto sociocultural. Alfabetização e (an)alfabetismo. Analfabetismo funcional: os conceitos políticos ligados à alfabetização e ao letramento. O conceito de letramento, letramentos múltiplos e de multiletramentos.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Faculdade SESI-SP de Educação

Análise de situações de sala de aula que ilustram diferentes etapas do processo de construção do sistema de escrita. Coleta e análise de dados de crianças em processo de alfabetização, em atividades de produção de textos escritos e em práticas sociais letradas. Análise de materiais didáticos que focalizam a alfabetização, as capacidades leitoras e de produção de textos. Observação e análise de base de dados que demonstram os índices de alfabetização e alfabetismo da população brasileira e as metas visadas pelas políticas públicas. Elaboração de sequências de atividades didáticas que tematizam a alfabetização, o alfabetismo e os letramentos.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRO, E. Reflexões sobre a alfabetização. SP: Cortez, 1985.

KLEIMAN, A. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

ROJO, R. H. R. **Letramentos Múltiplos, escola e inclusão social**. SP: Parábola Editorial, 2009.

CARDOSO, R.H; SUTIL, C.G.F. A construção da ortografia durante o processo de alfabetização. In: **Revista Professare**, Caçador, v.3, n.2, p. 53-75, 2014.

HAUPT, C. & DUARTE, L. de J. A. O ensino da ortografia na alfabetização. **Guavira Letras**, Três Lagoas, n. 21, p.149-165, jul./dez., 2015.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, J. P. Os diferentes tipos de letramentos: (novos) desafios para a escola. In **Boletim 18: Programa Salto para o Futuro**, TV Escola/SEED/MEC, outubro de 2007.

MOLLICA, Maria Cecília. **Fala, letramento e inclusão social**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROJO, R. H. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagem na escola, in: ____. MOURA, E. (org.). **Multiletramentos na escola**: São Paulo: Parábola, 2012, p. 11-31.

GAUTHIER DE SOUZA, Luciana Garcia; BORTOLUZZI, Valeria Iensen; ALVES, Marcos Alexandre. Os multiletramentos e a contemporaneidade: reflexões para o ensino de humanidades e linguagens. **Ensino & Pesquisa**, [S.I.], mar. 2019.

SOARES, M. B. Língua escrita, sociedade e cultura. **Revista Brasileira de Educação**. Belo Horizonte, p. 5-16, ANPED, 1995.



4.6 - UNIDADE CURRICULAR PRODUÇÃO ESCRITA E AVALIAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Análise de diferentes situações de ação e suas implicações para a produção textual em língua escrita. A produção de texto escrito como performance. Propostas de produção textual. Escrita processual e tipos de intervenção. Concepções de erro e avaliação e suas implicações para a produção de textos. Avaliação colaborativa e seus instrumentos.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

As aulas desta unidade curricular serão realizadas em laboratório de informática. O processo de ensinar a produzir textos escritos passa pela experimentação do ser escritor. Por isso, um levantamento das experiências dos discentes com a escrita e as concepções e sensações formadas a partir delas poderá aclarar as dificuldades a serem transpostas nesse percurso. Uma experimentação seguida de análise reflexiva de diferentes propostas de produção escrita, incluindo algumas descontextualizadas e não repertoriadas, será proposta, de modo que os alunos possam pensar em pressupostos para a produção escrita. Na sequência, serão apresentados artigos que ajudem a ampliar a reflexão sobre a produção escrita como processo trabalhoso que aciona saberes, valores e sentimentos e que produz algo novo, algo que não existia antes. É, portanto, uma performance. Durante esse processo, a intervenção de colegas e professores é fundamental. No entanto, é preciso se ter clareza dos objetivos de intervenção para que esta não se torne um impedimento à continuidade do processo. Uma reflexão sobre o que se entende por erro e a concepção de avaliação sob a qual almeja agir são determinantes nos momentos de intervenção. Instrumentos de peer correction, peer evaluation e self evaluation serão objeto de análise e experimentação no exercício de produção textual proposto e vivenciado pelos alunos.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAILEY, K. M. Learning about language assessment: dilemmas, decisions and directions. Boston: Newbury House, 1998.

Faculdade SESI-SP de Educação

DE EDOCAÇÃO

BROWN, K.; HOOD. S. Writing Matters: writing skills and strategies for students of English. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CARVALHO, Márcia P. de; GUERRA, Mônica G. G.; SCHETTINI, Rosemary H. O processo avaliativo na disciplina de língua inglesa. In: **Inglês**: Linguagem em atividades sociais, v. 2, pp. 163-185, 2016.

SANTANA, Michele Cruz Santos; SANTOS, Jane dos. Why Music?: O Uso da Música como Estratégia de Ensino-aprendizagem de Língua Inglesa. In: **Anais Eletrônicos Do IV Seminário Formação de Professores e Ensino de Língua Inglesa.** VOL. 4, 2018 | ISSN: 2236-2061. Maio, SÃO CRISTÓVÃO/SE, UFS, 2018.

VIEIRA, Paula Franssinetti de Morais Dantas. **A correção dialogada entre professora e alunos como ferramenta para a promoção da autonomia do aprendiz.** Tese (Doutorado). 262 f. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2015.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COE, N.; ERNEST, P.; RYCROFT, R. **Writing skills**. São Paulo: Cambridge do Brasil, 1983.

MAJCHRZAK, Olga. Learner Identity and Learner Beliefs in EFL Writing. Suíça: Spinger Nature, 2018.

NATION, I. S. P. Teaching ESL/EFL **Reading and Writing**. Nova York/Londres: Routledge, 2009.

CÔRTEZ, Leticia Martins. **Correção de erros em língua inglesa: do colaborativo ao individual**. Dissertação (Mestrado). 155f. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2013.

SULTANA, Asifa. Peer Correction in ESL Classrooms. **BRAC University Journal**, vol. V1, no. 1, 2009, pp. 11-19.

4.7 - UNIDADE CURRICULAR

PRODUÇÕES E PRÁTICAS ARTÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas



A. EMENTA

Estudo sobre a produção artística contemporânea. Reflexões sobre os borramentos entre as fronteiras das linguagens artísticas: visual, sonora, corporal e audiovisual. Experimentação de produção de obras/objetos artístico-culturais de caráter híbrido.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Nessa unidade curricular, os estudantes terão um contato mais efetivo com a arte contemporânea e suas experimentações. A partir do estudo de consolidados artistas e suas produções, deverá ser percebido o enfraquecimento das fronteiras entre as linguagens artísticas dos últimos 50 anos.

O principal foco dessa unidade curricular é a produção prática. Portanto, sugerese que os estudantes experimentem exercícios básicos das linguagens artísticas, mas que se detenham com mais profundidade em práticas híbridas como a performance, a instalação, a vídeo-arte, a dança-teatro, a paisagem sonora e etc.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BULHÕES, Maria Amélia. **Arte contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: C/Arte, 2019.

SCHAFER, Murray. O ouvido pensante. São Paulo: UNESP, 2013.

COHEN, Renato. **Performance como linguagem:** criação de um tempo-espaço de experimentação. Editora Perspectiva, 2011.

FABRINA, Cynthia; ALBERNAZ, Roselaine. Favorecer-se outro: Corpo e filosofia em Contato Improvisação. **Educação Revista do Centro de Educação UFSM**, v. 34, n. 3, 2009, p. 543-557. Disponível em https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/867

SARZI-RIBEIRO, Regilene. O corpo no vídeo e o corpo do vídeo: diálogos estéticos, arte eletrônica. **Revista Poiésis**, v. 15, n. 23, p. 105-114, 2014. Disponível em: https://periodicos.uff.br/poiesis/article/view/24349

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009, p. 55-73.

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e percepção visual:** uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MACHADO, Arlindo. **Pré-cinemas e pós-cinemas**. Campinas: Papirus, 2011. (PEARSON)

MARZLIAK, Natasha.; RIBEIRO DE PAIVA, José Eduardo; MILARÉ VERONESE, Marcelo Antônio. A arte transmídia de instalação nas décadas de 1960/1970 e na contemporaneidade (André Parente e Kátia Maciel). **Visualidades**, v. 14, n. 1, 6 set. 2016. Disponível em https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/35932

PEREIRA, Sayonara. O Teatro da Experiência coreografado por Pina Bausch. Bras. Estud. Presença, Porto Rev. Alegre, 8, n. 3, p. 487-٧. 521. Set. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237- 26602018000300487&Ing=en&nrm=iso>. https://doi.org/10.1590/2237-266076215.

5º Semestre

5.1 - UNIDADE CURRICULAR

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Aspectos históricos, princípios e funções da avaliação educacional. Qualidade social da Educação e sua implicação nas políticas educacionais de avaliação. Diferentes níveis da avaliação educacional. Avaliação de sistema e efeitos sobre currículo. Avaliação formativa: princípios e práticas para aprendizagem. O uso pedagógico das avaliações externas e internas. Avaliação institucional na escola e avaliações multidimensionais. Compreensão dos indicadores educacionais: conceito e aplicações em processos institucionais.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Faculdade SESI-SP de Educação

O ponto de partida para o estudo da avaliação educacional serão as representações dos estudantes e suas experiências com relação as práticas avaliativas vidas na educação básica e no próprio ensino superior, sendo a aula, espaço de construção do conhecimento e superação da visão de avaliação como processo de exclusão.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONAMINO, A. / SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola, **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf.

DEPRESBITERIS, L. TAVARES, M. R. **Diversificar é preciso...** Instrumentos e Técnicas de Avaliação de Aprendizagem. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

FREITAS, D. N. T. Avaliação e Gestão Democrática na Regulação da Educação Básica Brasileira: uma Relação a Avaliar, **Educação & Sociedade**. Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade, v. 28, n. 99, maio-agosto, 2007, pp. 501-521. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a11v2899.pdf.

FREITAS, L. C. de. *et al.* **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 4ªed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

SANTOS, L. (org.). **Avaliar para aprender**: relatos de experiências de sala de aula do pré-escolar ao ensino secundário. Porto: 2010.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HOFFMANN, J. Avaliação mediadora: uma prática em construção da préescola à universidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUSA, S. Z. Avaliação nas Políticas Educacionais Atuais Reitera Desigualdades, **Revista Adusp**. São Paulo: Revista Adusp, p. 53-59, 2010. Disponível em:

http://www2.fct.unesp.br/pos/especializacao/cursos/Gestao_Educacional/Materiais%20 das%20Disciplinas/Avalia%E7%E3o%20Institucional/AVALIA%C7AO%20ZAKIA%20e% 20LOPES.pdf.

SOUSA, S. Z. Concepções de Qualidade da Educação Básica Forjadas por meio de Avaliações em Larga Escala, **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior,



Campinas, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n2/a08v19n2.pdf.

VILASBOAS, B. F. (org.). **Avaliação formativa: Práticas inovadoras**. Campinas, SP: Papirus, 2011.

5.2 - UNIDADE CURRICULAR

VIVÊNCIAS PARA A PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE (EAD)

Carga horária semanal: 3 aulas - Carga horária total: 60 horas

A. EMENTA

A Instituição escola: sua dinâmica e equipe. Inserção ressignificada do estudante na escola: de aluno para professor em formação. A complexidade inerente ao trabalho educacional: o processo de ensino e de aprendizagem, gestão da sala de aula, da escola e das relações profissionais a partir do contexto vivenciado e de percepções e inquietudes detectadas pelo residente. Relação entre o ambiente escolar e as comunidades interna e externa à escola. Relato descritivo-analítico da instituição escolar.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Socialização sistemática das questões identificadas pelos estudantes nos diferentes processos da Residência Educacional e da respectiva orientação nos subgrupos. Organização da investigação que tem como foco central as escolas em que se desenvolve a Residência Educacional. Produção e análise de narrativas, diário de campo, entrevistas, gravações em vídeo ou áudio, fotografias outras formas de registro. Construção de um portfólio pelo residente com o registro e reflexões sobre o percurso de formação vivenciado.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FAZENDA, I. C. A; TAVARES, D. E.; GODOY, H. P. Interdisciplinaridade na pesquisa científica. Campinas, SP: Papirus, 2015. (Coleção Práxis).



GILSON OLIVEIRA, G.; OLIVEIRA, A. L.; GOMES DE MESQUITA, R. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. **Educação & Realidade**, vol. 38, núm. 4, octubre-diciembre, 2013, pp. 1327-1349, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

ANDRE, Marli D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 2005.

SKLIAR, C. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros". **Ponto de Vista** - Revista de Educação e processos inclusivos, Florianópolis, n.5, 2003, p.37-49

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES DA SILVA JR, C. **A escola pública como objeto de estudo**. Revista Pesquisa Qualitativa, v. 4, n. 4, 2016.

AQUINO, Julio Groppa. **Instantâneos da escola contemporânea**. Campinas: Papirus, 2007.

ZANETTE, Marcos Suel. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 65, p. 149-166, jul./set. 2017.

PEIXOTO, Ana Maria Cassanata; PASSOS, Mauro (Org.). **A escola e seus atores**: educação e profissão docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 224 p.

VILLAS BOAS, B.M.F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2005.

5.3 - UNIDADE CURRICULAR

MULTILETRAMENTOS: CULTURAS JUVENIS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudo interdisciplinar, intertextual e intercultural de produções artísticas e literárias que sejam voltadas ou busquem dialogar com os adolescentes e jovens brasileiros. Investigação de conceitos e pesquisas educacionais voltadas a este público e suas manifestações culturais, sobretudo no contexto da cultura digital. Pesquisa sobre os espaços de produção de culturas juvenis na Grande São Paulo.

Faculdade SESI-SP de Educação

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta unidade curricular visa proporcionar um processo de investigação acerca das manifestações culturais produzidas por adolescentes e jovens tanto no espaço urbana como nos meios digitais. Algumas questões pontuam esta investigação: O que o jovem faz? Lê? Que textos produz? Que mídias utiliza? Que manifestações artísticas valoriza/produz/consome? Como mapear as manifestações culturais, em circuito comercial e alternativo, produzidas por jovens em possíveis diálogos com as culturas tidas como valorizadas pela escola e pela sociedade? Reflexões acerca de identidades juvenis, tribos, perspectiva profissional, projeto de vida, relações entre centro e periferia e protagonismo juvenil, com inevitável análise de fenômenos culturais do contexto digital, como os *youtubers* e sua sobreposição ao universo midiático contemporâneo. A proposta é que os estudantes pesquisem, a partir do estudo teórico, espaços físicos e digitais de manifestações das culturas juvenis e que experimentem meios de abordar tais práticas nas aulas de linguagens.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORELLI, Silvia & FREIRE FILHO, João (orgs.). **Culturas juvenis no século XXI**. São Paulo: Educ, 2008.

GARCÍA CANCLINI, Néstor; Francisco CRUCES; Maritza URTEAGA (org.). **Jóvenes, cultura urbana y redes digitales**: prácticas emergentes em las artes, las editoriales y la música. Madrid/Barcelona: Fundación Telefonica/Editorial Ariel, 2012. Disponível em https://www.fundaciontelefonica.com/arte_cultura/publicaciones-listado/pagina-item-publicaciones/itempubli/164/

FAVERO, Osmar et. al.(Org.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO/MEC/ANPEd, 2007. (e-book) Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-vol16juvcont-elet-pdf&Itemid=30192

FEIXA, Carles; NOFRE, Jordi. Culturas juveniles. **Sociopedia. isa**, p. 1-20, 2012. Disponível em http://www.sagepub.net/isa/resources/pdf/Youth%20Cultures%20-%20Spanish.pdf

LARANJEIRA, Denise H. P.; IRIART, Mirela Figueiredo; LUEDY, Eduardo. Arte como política de resistência: dispositivos cartográficos na apreensão de práticas culturais juvenis em uma cidade do Nordeste do Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, v. 22, n. 2, p. 427-452, jun. 2018 Disponível em

Faculdade SESI-SP de Educação

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612018000200010&Ing=pt&nrm=iso

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACCIA-BAVA, Augusto; FEIXA, Carles; CANGAS, Yanko Gonzáles (Org.). **Jovens da América Latina**. São Paulo: Escrituras, 2004.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda. (Org.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

EDARTE. E-book. + q knsmdrs d imgns. Mapeando y evaluando la investigación sobre jóvenes productores de cultura visual. Pamplona: Universidade de Navarra, 2015. Disponível em https://academica-e.unavarra.es/bitstream/handle/2454/19888/Mapeando%20y%20evaluando.pdf?sequen ce=1&isAllowed=y

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel et al. Culturas juvenis e temas sensíveis ao contemporâneo: uma entrevista com Carles Feixa Pampols. **Educar em Revista**, v. 34, n. 70, p. 311-325, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/er/v34n70/0104-4060-er-34-70-311.pdf

PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo; GARBIN, Elisabete Maria. Culturas juvenis assembleianas. **Educação em revista,** v. 33, 2017. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-e164623.pdf

5.4 - UNIDADE CURRICULAR

ARTE E ENSINO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudo das principais abordagens sobre o ensino de arte contemporâneo no Brasil e as tendências pedagógicas que as embasam. Abordagem das principais características em relação ao ensino de arte nos diferentes níveis de ensino: ensino fundamental (ciclo 1 e 2); ensino médio e educação de jovens a adultos (EJA). Processos avaliativos no ensino de arte.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Faculdade SESI-SP de Educação

Questões sobre o ensino de arte, suas principais abordagens, tendências e o desenvolvimento de metodologias são o foco desta unidade curricular, embora o assunto seja, de alguma forma, tratado em todas as unidades curriculares de arte. Porém, nesta unidade curricular, os estudantes terão contato com outras abordagens para o ensino de artes para além da Abordagem Triangular. Assim, poderão ser abordadas as noções de professor-artista e da educação para a cultura visual. Nesse sentido, os estudantes poderão retomar suas produções artísticas e as influências da cultura visual para refletir sobre a sua formação enquanto docente de linguagens e o papel da arte nesse processo. Em consonância com a residência educacional, a sala de aula também pode ser vista como um espaço rico para a pesquisa. Abordar a A/r/tografia e a Pesquisa Baseada em Arte (PBA) contribuirá significativamente para esse processo.

Outro tópico fundamental a ser abordado é a compreensão e reflexão sobre o sensível processo de avaliação em artes.

Nesta unidade curricular, o estudante poderá articular elementos aprendidos nas demais unidades curriculares do curso e nas vivências em escolas, mais especificamente em relação ao ensino de arte em escolas sob um perspectiva interdisciplinar. Sugerimos a produção de exercícios cartográficos, portfólios e planos de aula para mobilizar os conhecimentos produzidos pelos estudantes.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Arte/educação contemporânea**: consonâncias internacionais. São Paulo Cortez, 2005.

HERNÁNDEZ, Fernando. Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DIAS, Belidson; IRWIN, Rita L. **Pesquisa Educacional Baseada em Arte**: A/r/tografia. Santa Maria: UFSM, 2013.

MACHADO, Marina Marcondes. **Fazer surgir antiestruturas: abordagem em espiral para pensar um currículo em artes**. In: https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/9048 .

HOFSESS, Brooke Anne. The Map of True Places: Moving Onward In Artist-Teacher Preparation. **Visual Arts Research**, v. 41, no. 1, 2015, p 1-15. Disponível em: www.jstor.org/stable/10.5406/visuartsrese.41.1.0001.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Faculdade SESI-SP de Educação

BARBOSA, Ana Mae (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2012.

MATTAR, Sumaya; ROIPHE, Alberto. **Arte e educação**: ressonâncias e repercussões. São Paulo: ECA USP, 2018. Disponível em http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/273

ZAGONEL, Bernadete (Org.). **Avaliação da aprendizagem em arte**. Curitiba: Intersaberes, 2012. (PEARSON).

CRUVINEL, Tiago. A avaliação qualitativa do ensino de Arte no Ensino Médio. **Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas**, [S. I.], v. 1, n. 34, p. 077-095, 2019. DOI: 10.5965/1414573101342019077. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573101342019077.

PERES, José Roberto Pereira. Questões atuais do Ensino de Arte no Brasil: O lugar da Arte na Base Nacional Comum Curricular. **Revista do Departamento de Desenho e Artes Visuais**, v. 1, n. 1, p. 24, 2017. Disponível em :https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/revistaddav/article/view/1163

5.5 - UNIDADE CURRICULAR

LINGUAGEM, SIGNIFICAÇÃO E DISCURSO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Introdução às ciências do léxico e ao universo da lexicografia. A palavra como unidade da língua. Ensino de vocabulário e de aspectos do léxico na Educação Básica. Ensino de vocabulário e de aspectos do léxico por meio de dicionários escolares. Os dicionários monolíngues de português. Estudos semânticos. O problema do significado nas línguas naturais. As diferentes abordagens semânticas. O significado e a tradução entre línguas. A significação das palavras: sinonímia, antonímia e hiponímia. Ambiguidade e duplo sentido. Teorias de base semântica. A relação sujeito-predicado. A gramática de casos. Significação e contexto. A virada pragmática. Teorias pragmáticas. Enunciado e enunciação. A perspectiva enunciativa da linguagem: a língua, o aparelho formal da enunciação e as marcas de subjetivação na linguagem. O ensino de questões lexicais e semânticas de uma perspectiva enunciativo-discursiva. A teoria dos Atos de Fala. As máximas conversacionais. A perspectiva da análise do discurso de linha francesa (AD): as condições de produção, a heterogeneidade discursiva e o sujeito

Faculdade SESI-SP de Educação

como efeito da linguagem. Dialogismo e polifonia. Formação ideológica e formação discursiva. O eu e o outro, o sujeito cindido.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Valendo-se da ideia de abordar um mesmo objeto sob diferentes perspectivas ou ainda que são os diferentes pontos de vista que determinam o que e o como se vê, nesta unidade curricular, a língua e a linguagem serão observadas e analisadas desde diferentes modelos teóricos, os quais terão em comum as questões da significação e da enunciação. Análise de materiais didáticos para ensino de Língua Portuguesa e de dicionários escolares. Proposição de atividades didáticas voltadas para o estudo de questões semânticas e lexicais. Práticas de análise de textos falados e escritos segundo as diferentes abordagens teóricas focalizadas.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Ed. da Unicamp/Pontes, 1988.

FERRAREZI JR., C.; BASSO, R. (Orgs.) Semântica, semânticas: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2013.

FIORIN, J. L. Introdução ao pensamento de Bakhtin, SP: Ática, 2006.

FLORES, V. do N. A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual. **D.E.L.T.A.**, n. 34, p.395-417, 2018.

VALENTIM, D.; ONOFRE, M. B. Modos de enunciação: indicações de uma prática didática reflexiva. **Veredas, Revista de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 22, n. 2, p.59-73, 2018.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Irandé. **Território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2012.

RAJAGOPALAN, K. O Austin do qual a linguística não tomou conhecimento e a linguística com a qual Austin sonhou. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.30, p.105-115, 1996.

BAKTHIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec, 1979.

Faculdade SESI-SP de Educação

ILARI, R. Semântica e pragmática: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da significação. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v.9, n.1, p.109-162, 2000.

ORLANDI, E. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

5.6 - UNIDADE CURRICULAR

POESIA EM LÍNGUA PORTUGUESA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudo comparativo da poesia lírica barroca, romântica, simbolista, prémodernista *versus* arcádica, neoclássica e parnasiana, nos diversos contextos histórico-político-sociais e em seus fundamentos estéticos. Desafios e possibilidades do trabalho da poesia na sala de aula.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Reconhecimento dos procedimentos estéticos dessas escolas (o barroco, o romantismo, o simbolismo, o pré-modernismo, o arcadismo, o neoclassicismo e o parnasianismo), por meio de leitura de textos teóricos e poéticos, sempre estabelecendo relações entre a produção literária, seus elementos estéticos e os momentos históricos a que pertencem. Apresentação de um fórum de poesia brasileira, com seminários de alunos, orientados pelo professor, de seus principais autores e textos. O material resultante deste trabalho ajudará a compor o arquivo que os alunos-leitores, no final do curso, organizarão, para criarem seus memoriais da unidade curricular. Breves atividades e/ou sequências didáticas que visem a formação do aluno leitor e escritor de poesia deverão ser estimuladas.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ÁVILA, Affonso. **O lúdico e as projeções do mundo barroco**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007.

Faculdade SESI-SP de Educação

PIGNATARI, Décio. **O que é comunicacao poética**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

HANSEN, J. A.. Autoria, obra e público na poesia colonial luso-brasileira atribuída a Gregório de Matos e Guerra. **Ellipsis** (Online), v. 12, p. 95-117, 2014. DOI: https://doi.org/10.21471/jls.v12i0.62.

HANSEN, J. A.. As Liras de Gonzaga: entre Retórica e Valor-de-troca. Via Atlantica, v. 01, p. 40-52, 1997. DOI: https://doi.org/10.11606/va.v0i1.48669.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COUTINHO, Afrânio. "Do Barroco ao Rococó". In: **A literatura no Brasil**, São Paulo: Global, 2003.

MOURA, Murilo Marcondes de. **O mundo sitiado**: a poesia brasileira e a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Editora 34, 2016.

SECCHIN, Antonio Carlos. **Percursos da poesia brasileira – do século XVIII ao século XXI**. Belo Horizonte: Autência Editora / Editora UFMG, 2018.

COMBE, Dominique. A referência desdobrada: o sujeito lírico entre a ficção e a autobiografia. **Revista USP**, São Paulo, n.84, p. 112-128, dezembro/fevereiro 2009-2010. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i84p113-128

PIRES, Antônio Donizeti. Lugares-comuns da lírica, ontem e hoje. **Linguagem – Estudos e Pesquisas**, Catalão, vols. 10-11 – 2007.

6º Semestre

6.1 - UNIDADE CURRICULAR ESTADO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Compreensão da organização do Estado: setores, território e desigualdades. Como se organizam educação e escolas no Brasil contemporâneo. Políticas educacionais atuais no Brasil. Movimentos e lutas em torno de políticas públicas que

Faculdade SESI-SP de Educação

organizam sistemas de ensino. Compreensão de aspectos históricos da educação. Políticas públicas inclusivas voltadas às classes populares: direito à educação, universalização da educação básica e atendimento às pessoas com deficiência. Educação de Jovens e Adultos.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A partir de Estudos de caso, refletir sobre a Educação e escola como experiências históricas e de contextos sociais específicos. Análise de fontes históricas: documentos, legislação, imagens, literatura, filmes e estudo do meio.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. dISPONÍVEL EM: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases _2ed.pdf.

CABANES, R.; GEORGES, I.; TELLES, V. **Saídas de Emergência.** Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Ed. BOITEMPO, 2011.

FELTRAN, G. S. Crimen y castigo en la ciudad. Repertorios de la justicia, Pcc y reducción de homicidios en São Paulo. In: RENOLDI, B.; ÁLVAREZ, S.; MALDONADO ARANDA, S. (org.). **Estado, violencia y mercado**: conexiones etnográficas en América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Antropofagia, 2017, p. 99-123.

MARX, Karl.; ENGELS, Friederich. **Manifesto Comunista em quadrinhos**. (Adaptação: Martin Rowson). São Paulo: Ed. Veneta, 2018.

PALMA FILHO, J. C. **Política Educacional Brasileira** - Educação Brasileira numa década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos. São Paulo: CTE - Editora, 2005.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, P. Pedagogia da indignação. São Paulo: UNESP, 2000.

KOGA, D. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social & Sociedade.** v.16, n.1, p. 30-42,



2013. Disponível em:

http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/17972/14622.

L'ECUYER, C. Educar na Realidade. São Paulo: Ed. Loyola, 2019.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: politicas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção docência em formação).

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a15.pdf.

6.2 - UNIDADE CURRICULAR

LIBRAS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Conhecimento básico sobre aspectos teóricos e práticos da Língua Brasileira de Sinais nos seus aspectos gramaticais e linguístico-discursivos. Reconhecimento da expressão corporal como elemento linguístico. Papel da LIBRAS na constituição da pessoa surda e na sua educação. Presença ou ausência das línguas de sinais ao longo da história e seus efeitos na educação dos surdos. Direitos do cidadão surdo. Características culturais das comunidades surdas. Reconhecimento e aplicabilidade da LIBRAS em contextos escolares.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Os conteúdos abordados serão organizados em unidades ou sequências de tarefas que evidenciem um percurso lógico de questionamento, descoberta, síntese e reflexão tanto sobre aspectos da língua quanto sobre estratégias utilizadas em cada tarefa proposta. Preferencialmente, ao invés de falar sobre os conteúdos que caracterizam a LIBRAS, os alunos vivenciarão situações reais ou realistas de seu uso. O que se pretende é levá-los a conhecer os aspectos linguísticos básicos da Língua Brasileira de Sinais de forma a poder estabelecer uma conversação básica com pessoas surdas. Deverão também conhecer e refletir sobre o papel da Língua de Sinais na constituição da identidade da pessoa surda, assim como sobre este mesmo papel na educação dos alunos surdos.

Faculdade SESI-SP de Educação

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAUJO. A.S.; MENEZES. A.M.C. de; ARAUJO. A.C.S. A Educação de surdos. Formação de Professores na Língua Brasileira de Sinais. (Libras). Id on Line. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. v. 11, n. 38, 2017. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/892/1261.

GESSER, A. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GONÇALVES, H.B.; FESTA, P.S.V. Metodologia do professor no ensino de alunos surdos. Ensaios Pedagógicos. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET**. Curitiba, 2013. Disponível em: http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n6/ARTIGO-PRISCILA.pdf.

LODI, A. C. B.; MELO, A. D. B. de; FERNANDES, E. (org.). Letramento, bilinguismo e educação de surdos. Porto Alegre, R. S.; Editora Mediação, 2012.

LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, F. dos (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** São Carlos, S/P: Edufscar, 2014.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FERNANDES, S. Educação de Surdos. Editora IBPEX, 2011.

GOES, A. M.; LODI, A.C.B.; KOTAKI, C. S.; LACERDA, C.B.F. de; CAETANO, J. F.; Harrison, K. M. P.; SANTOS, L. F. dos; MOURA, M. C. de; CAMPOS, M. de L.I.L. Língua Brasileira de Sinais – Libras – uma introdução. São Carlos: UAB- UFSCar. 2011.

LODI, A.C.B.; MELO, A.D.B. de; FERNANDES, E. (org.). Letramento, bilinguismo e educação de surdos. Porto Alegre, R. S.; Editora Mediação, 2012.

MOURA, M.C. VERGAMINI, S.A.A.; CAMPOS, S.R.L. de. **Educação para Surdos:** Práticas e Perspectivas II. São Paulo: Livraria Santos, 2011.

6.3 - UNIDADE CURRICULAR

MULTILETRAMENTOS: O SABER, AS CIÊNCIAS E A PESQUISA



Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudo das concepções de conhecimento através da história. A compartimentalização das ciências e o lugar da linguagem. O papel da produção científica. A constituição do professor como pesquisador. O estado da arte das pesquisas em educação. Desenvolvimento de pesquisa em educação.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A unidade curricular proporá a discussão de diferentes visões de conhecimento por meio da investigação histórica da evolução desse conceito. Por meio de leituras e apresentações de educadores-pesquisadores convidados, debaterá sobre a importância da pesquisa na educação e a sala de aula/escola como lócus de investigação. Os insumos servirão também para formar um panorama das pesquisas em educação, assim como temáticas de interesse atual. Paralelamente, a unidade curricular funcionará como espaço colaborativo para exposição e discussão de objetivos, desenhos metodológicos, fundamentação teórica e produção e análise de dados dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que, a esta altura do curso, os alunos estarão definindo e estruturando.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORTONI-RICARDO, Stella M. **O professor pesquisador:** introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola.

FERRAÇO, C. E. Pesquisa com o cotidiano. **Educ. Soc., Campinas**, v.28, n.98, p.73-95, jan./abr. 2007.

PARAÍSO, M. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, v.34, n.122, p.283-303, maio/ago. 2004.

ROCHA, C. H.; MACIEL, R.F. Língua estrangeira, formação cidadã e tecnologia: ensino e pesquisa como participação democrática. In: ROCHA, C. H.; MACIEL, R.F. Língua estrangeira e formação cidadã: por entre discursos e práticas. Coleção INPLA vol.33. Campinas: Pontes, 2015.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2010.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Faculdade SESI-SP de Educação

FERRAÇO, C. E. Currículos, culturas e cotidianos escolares: afirmando a complexidade e a diferença nas redes de conhecimento dos sujeitos praticantes. **Leitura: teoria e prática**, v.31, n. 60. 2013.

MAGALHÃES, M.C.C. Vygotsky e a pesquisa de intervenção no contexto escolar: a pesquisa crítica de colaboração-PCCOL. In: LIBERALI, F.C. et al. **A teoria da atividade sócio-histórico-cultural e a escola:** recriando realidades sociais. Campinas: Pontes, 2012.

MACHADO, Anna Rachel (coord.), LOUSADA, Eliane, ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Trabalhos de pesquisa.** Diários de leitura para a revisão bibliográfica. São Paulo: Parábola, 2007.

RICHARDS, Jack C. and NUNAN, David. **Second language teacher education**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

VINCI, C. F. R. G.; RIBEIRO, C. R. Experimentações com a pesquisa educacional Deleuze-Guattariana no Brasil. **Educação e Realidade**, Vol.43, n.01, Porto Alegre, Jan./Mar. 2018.

6.4 - UNIDADE CURRICULAR

(RE)APRENDENDO O OLHAR: DISPOSITIVOS INVESTIGATIVOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO (EAD)

Carga horária semanal: 1 aula - Carga horária total: 20 horas

A. EMENTA

Essa UC atende a demanda de introduzir os estudantes no contexto de pesquisa e ambientá-los para o TCC. Tipos de produções de conhecimento científico. O método científico e a produção do conhecimento A pesquisa na universidade. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa. Caminhos do método científico. Percurso quantitativos e qualitativos. Produção de dados (quantitativo e qualitativo). Leitura dos dados (quantitativo e qualitativo). As linguagens e a expressão da pesquisa. Fundamentos éticos e legais na pesquisa. Escrita e normas acadêmicas

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A disciplina proporciona aos estudantes o conhecimento sobre os diferentes tipos de pesquisa (quantitativa e qualitativa), abarcando seus pontos fundantes auxiliando na

Faculdade SESI-SP de Educação

escolha daquele que mais se alinhe às pretensões da pesquisa, desde o levantamento do problema até a produção e análise dos dados. Faz-se presente também o reconhecimento da escrita acadêmica como uma das possibilidades de escrita da pesquisa, apresentando as múltiplas linguagens e suas potencialidades para tais pretensões, considerando as temáticas legais, como termos, autorizações, uso de

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

imagens e comissões de ética.

BARROS, A. J. F.; LEHFELD, N. A. S. **Metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson, 2006.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Pesquisa qualitativa**: teorías e abordagens. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, B.; IRWIN, R. L. (Orgs.) Pesquisa Educacional Baseada em Arte: A/r/tografia. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

ECO, U. Como se faz uma tese. 22ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **Pesquisa pedagógica**: do projeto à implementação. São Paulo: Artmed, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodología científica. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, I. B.; ALVES, N.; BARRETO, R. G. (orgs). **Pesquisa em educação: métodos, temas e linguagens**. Reio de Janeiro: DP&A, 2005.

ZAMBONI, S. **A pesquisa em arte**: um paralelo entre arte e ciência. Campinas: Autores associados, 2012.

MASCHLEIN, J. O aluno e a infância: a propósito do pedagógico, **Educ. Soc.**, Campinas, vol.24, n.82, p.281-288, abril 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a19v24n82.pdf.

SESI

Faculdade SESI-SP de Educação

6.5 - UNIDADE CURRICULAR CURRÍCULOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Ensino de Língua Portuguesa no Fundamental II, Ensino Médio e EJA. Leitura crítica de leis, propostas curriculares de língua portuguesa, de documentos oficiais e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para depreensão das diferentes concepções de linguagem e de língua e perspectivas metodológicas e reflexão sobre suas decorrências para o ensino. Subsídios para a elaboração de planos de ensino com base na leitura crítica dos documentos analisados. Níveis de concretização do currículo: documentos oficiais, propostas de estados, municípios e redes particulares de ensino, projeto político pedagógico, planos de ensino de língua e sua concretização em aula. Transposição didática como atividade do professor reflexivo. Práticas avaliativas historicamente constituídas na área. Instrumentos de avaliação em língua e literatura: limites e possibilidades

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Os alunos produzirão linhas do tempo e infográficos utilizando ferramentas digitais para sistematizar os conhecimentos sobre os diferentes materiais de referência, propostas curriculares e leis que norteiam o currículo, com enfoque em competências, capacidades e habilidades relativas às práticas linguísticas e produzirão dossiês sobre os materiais oficiais mais recentes, identificando objetivos, metas, estratégicas, adequação, méritos e problemas. Também se prevê que os estudantes analisem e produzam planos de ensino de Língua Portuguesa.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDAO, Helena Nagamine; CHIAPPINI, Ligia (Coord.). **Gêneros do discurso na escola**: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa (Org.). **Currículo**: políticas e práticas. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. 2 ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010. 239 p. (As faces da linguística aplicada).

Faculdade SESI-SP de Educação

STIEG, V; ALCÂNTARA, R. G. de. O percurso histórico do ensino de língua portuguesa e os documentos oficiais: da lei 5692/71 à Base Nacional Comum Curricular. **Revista de Estudos de Cultura**, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, n.7, p.15-29, 2017.

ROJO, R. Entre plataformas, odas e protótipos: novos multiletramentos em tempos de web2. **The ESPecialist**: Descrição, Ensino e Aprendizagem, v. 38, n. 1, p.1-20, jan./jul., 2017

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, I. C.M de; DAMACENO, T.M. dos S. S. Desafios do BNCC em torno do ensino de língua portuguesa na educação básica. **Revista de Estudos de Cultura**, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, n.7, p.83-92, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Ministério da Educação, Brasília, 14 de dezembro de 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/

images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

GERALDI, J. W. O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 381-396, 2015.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Currículo Paulista. São Paulo: SE, 2019.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade**: Ensino Fundamental: componente curricular Língua Portuguesa. 2.ed. São Paulo: SME / COPED, 2019.

6.6 - UNIDADE CURRICULAR

NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA (EAD)

Carga horária semanal: 3 aulas - Carga horária total: 60 horas

A. EMENTA

Materiais didáticos digitais e ensino de língua inglesa. As novas tecnologias e o ensino de língua inglesa. O material didático como meio para o desenvolvimento de habilidades comunicativas em língua inglesa em diferentes contextos. Possibilidades e limitações de ambientes virtuais para o ensino e aprendizagem de língua inglesa.

Faculdade SESI-SP de Educação

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

De modo interativo e organizadas para a resolução de um problema ou solução de uma tarefa, as atividades proporão análise, avaliação e produção de materiais didáticos para o ensino de língua inglesa. Ao final de cada ciclo de tarefas, os estudantes avaliarão as possibilidades de aprendizagem geradas pelas propostas e suas limitações de aplicação em classes de ensino regular.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TOMLINSON, B. Materials development in language teaching. 2.ed. Cambridge: CUP, 2011.

NUNAN, David. **Task-based language teaching**. 6. ed. New York: Cambridge University Press, 2010. 222

SANTIAGO, C.; LIBERALI, F. C. Fórum de discussão a distância como atividade para a produção de conhecimento. **Revista Scitis**, v. 1, p. 22-33, 2014

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. 'Design'in principle and practice: A reconsideration of the terms of design engagement. **The Design Journal**, v. 14, n. 1, p. 45-63, 2011. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2752/175630610X12877385838768

SCHEYERL, D.; SIQUEIRA, S. (org.). **Materiais didáticos para ao ensino de línguas na contemporaneidade**: contestações e proposições. Salvador: Edufba, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16424/1/materiaisdidaticos_repositorio.pdf

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HADLEY, Alice Omaggio. **Teaching language in contexto**. 3 ed. Boston: Heinle & Heinle. 2000.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.) Linguística Aplicada na modernidade recente: festschift para Antonieta Celani. SP: Editora Parábola e Cultura Inglesa, 2013.

PEREIRA, A.; GOTTHEIM, L. (Org.) Materiais didáticos para o ensino de língua estrangeira. Mercado de Letras, 2013.

BIESTA, Gert. On the weakness of education/Biesta, Gert. **Philosophy of Education Yearbook**, p. 354-362, 2010. Disponível em: http://orbilu.uni.lu/bitstream/10993/7817/1/112%20PUB%20PES%202010%20Weaknes s.pdf



ESTEBAN-GUITART, Moisès; COLL, César; PENUEL, William R. Learning across settings and time in the digital age. **Digital Education Review**, n. 33, 2018. Disponível em: http://revistes.ub.edu/index.php/der/article/download/22351/pdf

6.7 - UNIDADE CURRICULAR PROSA EM LÍNGUA PORTUGUESA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Experiência coletiva de leitura de um romance romântico e um realista da literatura brasileira, ambos icônicos em termos de representatividade de ambos os estilos. Discussão sobre tais obras, com levantamento de questões pertinentes ao conhecimento dos projetos romântico e realista, em termos estéticos e sócio-político-culturais. Aprofundamento sobre possibilidades de ensino dos romances romântico e realista.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Fruição, leitura e análise das obras, por meio da utilização de um diário de leitura, posteriormente transformado em ficha de leitura e, num terceiro momento, em resenha crítica. Os alunos trabalharão todas essas fases orientados pelo professor, que lhes fornecerá parâmetros para que encontrem temas e subtemas a serem aprofundados e apresentados à classe. Posteriormente, tais textos de caráter analítico devem ser avaliados entre os alunos, com a orientação do professor e depositados no arquivo da classe. Este arquivo servirá como repertório comum para criação de aulas ou atividades modelo sobre o romance brasileiro realista em relação à tradição europeia.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCAR, José de. Lucíola. São Paulo: Ática, 1988.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor, as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

ZOLA, Emilie. **Do Romance**. São Paulo: Edusp/Imaginário, 1995.



PELOGGIO, Marcelo. José de Alencar e a crítica realista. Terra Roxa e Outras

Terras: Revista de Estudos Literários. Volume 16 (set. 2009) - ISSN 1678-2054. DOI:

http://dx.doi.org/10.5433/1678-2054.2009v16p5.

CARDOSO, André Cabral de Almeida. A transparência do concreto: a linguagem imagística de Iracema. O Eixo e a Roda: **Revista de Literatura Brasileira**. v. 21, n. 2 (2012). DOI: http://dx.doi.org/10.17851/2358-9787.21.2.65-83.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**: autobiografia literária em forma de carta. Porto Alegre: Marcado Aberto, 1998.

GUIMARÃES, Ana Rosa G. P. A poesia em Iracema: gestos de vanguarda e construção de um mito. **Cadernos do CNLF**, Vol. XIX, Nº 06 – Estilística e Língua Literária, pp.50-70. Anais do XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2015. Disponível em http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/06/004.pdf.

ABREU, Mirhiane Mendes de. **Ao pé da página: a dupla narrativa em Jose de Alencar**. 2002. 185 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270091.

7º Semestre

7.1 - UNIDADE CURRICULAR

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (EAD)

Carga horária semanal: 1 aula - Carga horária total: 20 horas

A. EMENTA

Faculdade SESI-SP de Educação

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso tendo como referência as Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema na área da educação, prioritariamente, voltado para a educação básica; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação de relatório de pesquisa.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Analisar e propor alternativas a partir de problemáticas encontradas no âmbito da educação e educação básica. Desenvolvimento de pesquisa envolvendo os diferentes atores que permeiam o contexto escolar. Apresentações e discussões das etapas do desenvolvimento da pesquisa pelos discentes e outras técnicas que se fizerem necessárias.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRE, M. (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 12.ed. Campinas: Papirus, 2012.

BUENO, B.O.; SARTI, F.M.; ARNOLDI, E.S. Contribuições da etnografia educacional para o estudo de minorias/maiorias. Pedagogía y Saberes, n.49. Universidad Pedagógica Nacional. 2018, p.151-164. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0121-24942018000200151&Ing=pt&nrm=iso.

CUNHA, M. I. da. O bom professor e sua prática. 24 ed. Papirus Editora, 2012.

STANO, R.C.M.T. A pesquisa do cotidiano escolar pelas trilhas da formação docente: uma articulação universidade-escola. **Revista Ibero-americana de estudos em educação**, v.12, n.01, p.529-540, 2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8156.

VEIGA, I. P. A.; AMARAL, A. L. (Org.). **Formação de professores**: políticas e debates. 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. (PEARSON)

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESTRELA, A. **Teoria e prática de observação de classes**: uma estratégia de formação de professores. 4. ed. Porto, PT: Porto Editora, 1994.



DE EDUCAÇÃO

FAZENDA, I.; SILVA JUNIOR, C. A.; FENELON, D.; MASINI, E.; FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 21.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 333 p.

FRIGOTTO, G.; MARTINS, J.; ANDRE, M.; NORONHA, O.; LUNA, S.; GAMBOA, S.(Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 174 p.

LARROSA, J. Palavras desde o limbo. Notas para outra pesquisa na educação ou, talvez, para outra coisa que não a pesquisa na educação. **Revista Teias**, v.13, n.27, p.287-298, jan/abr. 2012. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24265/17244.

MASCHLEIN, J. O aluno e a infância: a propósito do pedagógico, **Educ. Soc.**, Campinas, vol.24, n.82, p.281-288, abril 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a19v24n82.pdf.

7.2 - UNIDADE CURRICULAR

GESTÃO E PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA (EAD)

Carga horária semanal: 3 aulas - Carga horária total: 60 horas

A. EMENTA

Gestão escolar: aspectos históricos e a Gestão Democrática e Participativa. A gestão do currículo e a construção do Projeto Político Pedagógico. Trabalho Coletivo e os canais de participação na escola: conselhos, colegiados, grêmios. Interação família e escola. Modelos de participação. Os Projetos Políticos Pedagógicos - gestão participativa e a autonomia das escolas. A relação entre dados de avaliações externas e o projeto pedagógico. Gestão cultural e as interfaces com a diversidade no contexto da escola.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Analisar e propor alternativas a partir de espaços de vivências das escolas de referência e licenciaturas, Projetos educativos com a participação de pais, professores, alunos e comunidade local. Estudos de caso e estudo do meio.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2018.



GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 5ªed. São Paulo: Cortez: Instituto Pulo Freire, 2002. (Guia da escola cidadã).

SANTOS, W. S. O caráter organizacional e cultural da gestão escolar: breves anotações, **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 31, n. 2, p. 151-157, 2009. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/5065/5065.

VEIGA, I. P. A. (Org.). Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico. 2ª ed. Campinas (SP): Papirus, 2012.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática Novos marcos para a educação de qualidade, **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/109/298.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GADOTTI, M. O Trabalho Coletivo como Princípio Pedagógico. **Revista Lusófona de Educação**, v. 24, p. 160-164, 2013. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-2502013000200011.

GANZELI, P. Gestões escolares - planejamento e gestão na escola pública: espaço de disputa democrática. In: Mazza, D. (org). (Org.). Relação entre a Universidade pública e a rede Municipal de Educação - uma experiência formativa. Curitiba: Appris editora, 2016, v. 1, p. 37-50.

MARTINS, F. J. Diversidade: conceitos e práticas presentes na educação, gestão e movimentos sociais, **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 245-261, jan./jun. 2011. Em: https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/15039/9325.

MORIN, E.; CARVALHO, E. de A. (Revisor). **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. Editora Ática, 2012.

7.3 - UNIDADE CURRICULAR

MULTILETRAMENTOS: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas



A. EMENTA

O papel da língua como elemento de identidade nacional e na constituição dos Estados. O Estado e suas políticas linguísticas educacionais. Políticas linguísticas educacionais para ensino de línguas estrangeiras. Multilinguismo. O inglês como língua estrangeira, internacional, global e franca: anglofonia. A língua portuguesa no cenário internacional: lusofonia. Políticas linguísticas para ensino da língua portuguesa no Brasil. Ensino do Português como língua estrangeira.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Após levantamento inicial da visão dos alunos sobre o papel da língua na constituição da identidade e da unidade nacionais, os alunos analisarão documentários e lerão textos para conhecer e discutir medidas estatais de controle e uso da língua no Brasil e em outras nações. Os alunos poderão produzir linhas do tempo ou infográficos utilizando ferramentas digitais para sistematizar os conhecimentos sobre políticas linguísticas nacionais e internacionais e dossiês sobre políticas linguísticas aplicadas em determinados países ou regiões do mundo, identificando seus objetivos, metas, estratégicas, adequação, méritos e problemas, assim como a estreita relação que mantêm com as políticas educacionais. Esta unidade curricular proporá também o estudo das concepções de inglês como Língua Nacional, como Língua Estrangeira, como Segunda Língua e como Língua Internacional e como Língua Franca, abordando as questões políticas e de atribuição de poder implicadas em cada escolha. Também serão abordadas as diferentes propostas de inserção da Língua Inglesa na grade curricular de escolas públicas e privadas. As experimentações práticas, que funcionarão como trabalhos avaliativos, poderão envolver o esboço de uma proposta de política linguística, em seus elementos básicos, voltada para o ensino de Língua Portuguesa ou Língua Inglesa na escola brasileira.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CALVET, L.J. (2007). As Políticas Linguísticas. São Paulo: Parábola.

SILVA, Tomaz Tadeu et al. A produção social da identidade e da diferença. SILVA, T.T (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

CAVALCANTI, Marilda C.; MAHER, Terezinha M. **Multilingual Brazil**: Language resources, identities and ideologies in a globalized world. Routledge, 2017.



JORDÃO, Clarissa Menezes. ILA-ILF-ILE-ILG: Quem dá conta?. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 14, n. 1, p. 13-40, 2014.

GRADDOL, David. English next. London: British Council, 2006.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGNO, M. e Lagares, J. C. (org.) **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

CRYSTAL, D. **English as a Global Language**. New, updated ed. Cambridge: Cambridge UP, 2003.

FARACO, C.A. (org.). **Estrangeirismos – guerras em torno das línguas**. São Paulo: Parábola, 2001.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016. [www.revel.inf.br]

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; LAGARES, Xoán Carlos. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. **Gragoatá**, v. 17, n. 32, 2012.

7.4 - UNIDADE CURRICULAR

ANÁLISE LINGUÍSTICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

A análise linguística como prática de reflexão sobre a língua e a linguagem. Síntese das teorias e descrições linguísticas disponíveis e seu reflexo no material didático e nas práticas de sala de aula. Os objetos de ensino tomados como ocorrências linguísticas em suas instâncias de uso, na dinâmica do discurso e/ou na materialidade do texto. Os mecanismos morfossintáticos da língua, o conhecimento lexical, a organização do texto, os processos de construção dos sentidos, o funcionamento do discurso. As teorias linguísticas e as gramáticas. Gramáticas da língua portuguesa: gramática normativa, gramáticas de uso e do português brasileiro falado. Norma padrão, variedades linguísticas prestigiadas e desprestigiadas. O movimento metodológico uso → reflexão → uso e a renovação da análise linguística.

Faculdade SESI-SP de Educação

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Levantamento de questões-chave para o reconhecimento do papel dos conhecimentos lexicais, gramaticais, semânticos e pragmáticos na compreensão e produção de textos orais e escritos. Práticas de análise linguística e gramatical, estreitamente relacionadas com o desenvolvimento produtivo das práticas de oralidade, leitura e escrita. Procedimentos de intervenções para a solução de situações-problemas relacionadas à estrutura e ao funcionamento dos usos linguísticos no contexto da sala de aula. Análise e proposição de planos de ensino e/ou unidades de material didático em que se observa o movimento metodológico uso \rightarrow reflexão \rightarrow uso no trabalho com análise linguística e o deslocamento do foco da norma padrão para a consideração das variedades linguísticas, numa perspectiva de adequação às condições de produção do discurso.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, C.; LINDLEY, C. **Nova Gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017. (Biblioteca digital da Pearson)

FARACO, A. F. Gramática e ensino. **Diadorim**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, p.11-26, 2017.

MARTELOTTA, M.E. **Conceitos de gramática.** In: MARTELOTTA, M.E. (Org.). Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2008, p.43-71.

NEVES, M.H.M. A disciplina gramatical. In: NEVES, M.H.M. **A vertente grega da gramática tradicional**: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. São Paulo: UNESP, 2004. p. 111-124.

PERINI, M.A. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GERALDI, J. W. A ambiguidade dos letrados e o ensino da língua materna no Brasil. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.5, p. 108-121, 2013.

MATEUS, M. H. M. Diversidade linguística na escola portuguesa. **Revista Lusófona de Educação**, n.18, p.13-24, 2011.

NEVES, M. H. de M. Que gramática estudar na escola? 4. ed. São Paulo: **Contexto**, 2011.



NEVES, M. H. de M. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2011.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 2. ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012. (Leituras no Brasil).

7.5 - UNIDADE CURRICULAR

LITERATURA E ENSINO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Reflexão sobre o ensino da Literatura no contexto escolar (Ensino Fundamental, Médio e Eja), considerando o referido contexto como mediador entre a obra e o leitor. Desenvolvimento do gosto pela leitura, a sensibilização do aluno para a incorporação dessa prática e sua travessia por diversos tipos e níveis de texto são as principais funções deste trabalho. Modelos de apreensão do literário: os redutores e os críticocriativos e suas repercussões na educação literária. O ensino da literatura e seu papel na construção de um sujeito agente do próprio conhecimento. Aprofundamento da compreensão sobreo ensino de literatura nos currículos de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, Médio e EJA. A pesquisa voltada para a didática da literatura na escola.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Compreensão do processo de escolarização da educação literária no Brasil, por meio da reflexão sobre a educação literária como representação cultural e social. Formação do aluno como leitor literário e como professor formador de leitores literários, tendo em vista a homologia de processos. Incentivo aos alunos para que utilizem recursos virtuais para darem seus seminários-aula e posterior discussão crítica das performances. Se quiserem, poderão trabalhar textos do memorial, teóricos e literários, em suas apresentações, bem como reavaliar suas produções didáticas dos semestres anteriores, pondo-as em prática e recebendo devolutivas de seus pares.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CECHINEL, André; SALES, Cristiano (Org.). **O que significa ensinar literatura?** Florianópolis: EdUFSC; Criciúma: Ediunesc, 2017.

LEAHY-DIOS, C. **Educação literária como metáfora social**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

Faculdade SESI-SP de Educação

MARTINS, A. A. et. al. (orgs.) A escolarização da leitura literária – o jogo do livro infantil e juvenil. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ARAÚJO, Nabil. Literatura e ensino – da crítica literária. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, vol.19, n. 32, 2017. Disponível em http://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/428/599

MORAIS, Ana Carolina de Oliveira. **Uma experiência de leitura literária no Ensino Fundamental II: A hora da estrela**, de Clarice Lispector. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8162/tde-11072018-124824/publico/2018_AnaCarolinaDeOliveiraMorais_VOrig.pdf

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.

ECO, Umberto. **Lector in fabula**: a cooperação interpretativa nos textos narrativos. Trad. Attílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 2012.

KRAMER, Sonia. Por entre as pedras: arma e sonho na escola. São Paulo, Ática, 2006.

VALLE NETO, Júlio de Souza. Crítica literária na escola: caminhos e descaminhos. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, São Paulo, v.34, n.68, p.65-78, 2016. Disponível em https://ltp.emnuvens.com.br

DALLA-BONA, E. M.; SOUZA, R. J. de. Apresentação: Literatura infantil e ensino polêmicas antigas e atuais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 7-17, nov./dez. 2018. DOI: 10.1590/0104-4060.62816.

7.6 - UNIDADE CURRICULAR ESTÉTICA, TEORIA E CRÍTICA DA ARTE

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudo introdutório sobre a estética, teoria e crítica de arte. Abordagem sobre a experiência estética, no processo de fruição de obras de arte, nas diferentes linguagens artísticas, assim como em manifestações culturais diversificadas e nas manifestações

Faculdade SESI-SP de Educação

da Cultura Visual. Experimentação de propostas de mediação cultural voltadas ao exercício consciente da fruição.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A fruição de obras de arte – e/ou leitura de obra e/ou simplesmente apreciação, como preferem outras linhas de pensamento – é algo presente nas culturas da humanidade muito provavelmente desde o início de sua existência. No entanto, no que diz respeito ao ensino de arte, há uma forte tradição de associar este apenas ao fazer artístico, muitas vezes numa perspectiva de mera atividade. O dito movimento de arte/educação, dos anos 1980 para a atualidade, reiterou a importância do entendimento da arte como cultura e conhecimento, sendo reducionista a perspectiva de apenas fazer arte, sem conhecer arte. Neste sentido, a fruição estética de diversas linguagens artísticas, de diferentes culturas e períodos é um objetivo prioritário do ensino de arte contemporâneo. Assim, deverá ser apresentado um estudo introdutório sobre noções básicas de estética, teoria e crítica de arte para que os estudantes possam se familiarizar-se com essas áreas fundamentais da arte.

A proposição para esta unidade curricular é proporcionar aos estudantes do curso de Linguagens um percurso em torno de diferentes manifestações artísticas e culturais, em diversas linguagens, de diferentes culturas e períodos, num exercício de mediação cultural, provocando a fruição e a experiência estética. Uma questão que deverá estar sempre em pauta é que estes estudantes serão professores, educadores e/ou mediadores culturais, consequentemente, futuros realizadores de propostas que provoquem a fruição. O foco nesta unidade curricular é proporcionar prioritariamente a fruição consciente dos próprios estudantes (promovendo também um conhecimento diversificado sobre manifestações artísticas e culturais), assim como possibilitar aos estudantes que conduzam processos de fruição.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Glória. Crítica de arte no Brasil: temáticas contemporâneas. Rio de Janeiro: Funarte, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. Lisboa: Orfeu Negro, 2010.

ROSENFIELD, Kathrin. Estética. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.

LOPONTE, Luciana Gruppeli. Tudo isso que chamamos de formação estética: ressonâncias para a docência. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.22, n.69, p.429-452, jun. 2017. Disponível em



http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000200429&Ing=pt&nrm=iso

FABBRINI, Ricardo Nascimento. Estética e transgressão: da arte radical à arte radicante, Artelogie, n. 8, 2016. Disponível em http://journals.openedition.org/artelogie/593; DOI: https://doi.org/10.4000/artelogie.593

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PILLAR, Analice Dutra (org.). A educação do olhar no ensino das artes. Porto Alegre: Mediação, 2014.

NOYAMA, Samon. Estética e filosofia da arte. Curitiba: Editora Intersaberes, 2016. (PEARSON)

ADORNO, Thedor. Teoria Estética. Lisboa: Edições 70, 2008.

MARTINS, Raimundo.; SÉRVIO, Pablo Passos. Polêmicas e indagações acerca de classificações da cultura: alta, baixa, folk, massa. Visualidades, v. 10, n. 1, 14 mar. 2013. Disponível em https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/23088

SARDELICH, Maria Emília. Leitura de imagens, cultura visual e prática educativa. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 451-472, ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000200009&Ing=en&nrm=iso

7.7 - UNIDADE CURRICULAR INGLÊS PARA FINS ACADÊMICOS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Leitura e produção de resumo e/ou fichamento de textos acadêmicos. Notação de informações obtidas em palestra ou videoaula. Produção de material de apoio para apresentação em conferência (pôster, powerpoint ou prezi). Produção de abstract que servirá de modelo ao que deverão executar para o Trabalho de Conclusão de Curso.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Faculdade SESI-SP de Educação

A unidade curricular será um lócus de preparação e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso no que tange ao uso da língua inglesa. Procedimentos essenciais para o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa, como o registro de informações essenciais de textos lidos ou a notação de informações obtidas em uma palestra, serão trabalhados. Os discentes utilizarão então esses procedimentos para ampliar o referencial teórico de suas pesquisas pessoais. A organização textual de gêneros acadêmicos, principalmente a de *abstracts*, será analisada e sistematizada para que possam, no futuro, produzir seus próprios. Por fim, os diferentes modos de comunicação de sua pesquisa serão discutidos.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COFFIN, Caroline et al. **Teaching academic writing**: A toolkit for higher education. Routledge, 2005.

DUBOC, A. P. M.; GATTOLIN, S. R. B. Letramentos e línguas estrangeiras: definições, desafios e possibilidades em curso. In: LUCAS, P. O.; RODRIGUES, R. F. L. **Temas e rumos nas pesquisas em linguística (aplicada)**: questões empíricas, éticas e práticas. Campinas. Pontes, 2015

HARTLEY, James. **Academic writing and publishing**: A practical handbook. Routledge, 2008.

HARTLEY, James; CABANAC, Guillaume. Thirteen ways to write an abstract. **Publications**, v. 5, n. 2, p. 11, 2017.

STREET, Brian. Dimensões "escondidas" na escrita de artigos acadêmicos. **Perspectiva**, v. 28, n. 2, p. 541-567, 2010.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DUDLEY-EVANS, T.; ST JOHN, M. J. **Developments in English for Specific Purposes**: a multi- disciplinary approach. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HUTCHINSON, T.; WATERS, A. **English for specific purposes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F. Língua estrangeira, formação cidadã e tecnologia: ensino e pesquisa como participação democrática. In: ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F. Língua estrangeira e formação cidadã: por entre discursos e práticas. Campinas. Pontes, 2015.

HYLAND, Ken. Specificity revisited: how far should we go now?. **English for specific purposes**, v. 21, n. 4, pp. 385-395, 2002.



LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação & Realidade**, v. 28, n. 2, 2003.

8º Semestre

8.1 - UNIDADE CURRICULAR

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (EAD)

Carga horária semanal: 1 aula - Carga horária total: 20 horas

A. EMENTA

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso tendo como referência as Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema na área da educação, prioritariamente, voltado para a educação básica; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação de relatório de pesquisa.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Analisar e propor alternativas a partir de problemáticas encontradas no âmbito da educação e educação básica. Desenvolvimento de pesquisa envolvendo os diferentes atores que permeiam o contexto escolar. Apresentações e discussões das etapas do desenvolvimento da pesquisa pelos discentes e outras técnicas que se fizerem necessárias.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRE, M. (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 12.ed. Campinas: Papirus, 2012.

BUENO, B.O.; SARTI, F.M.; ARNOLDI, E.S. Contribuições da etnografia educacional para o estudo de minorias/maiorias. **Pedagogía y Saberes**, n.49. Universidad Pedagógica Nacional. 2018, p.151-164. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0121-24942018000200151&Ing=pt&nrm=iso.

Faculdade SESI-SP de Educação

CUNHA, M. I. da. O bom professor e sua prática. 24 ed. Papirus Editora, 2012.

STANO, R.C.M.T. A pesquisa do cotidiano escolar pelas trilhas da formação docente: uma articulação universidade-escola. **Revista Ibero-americana de estudos em educação**, v.12, n.01, p.529-540, 2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8156.

VEIGA, I. P. A.; AMARAL, A. L. (Org.). **Formação de professores**: políticas e debates. 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. (PEARSON)

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESTRELA, A. **Teoria e prática de observação de classes**: uma estratégia de formação de professores. 4. ed. Porto, PT: Porto Editora, 1994.

FAZENDA, I.; SILVA JUNIOR, C. A.; FENELON, D.; MASINI, E.; FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 21.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 333 p.

FRIGOTTO, G.; MARTINS, J.; ANDRE, M.; NORONHA, O.; LUNA, S.; GAMBOA, S.(Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 174 p.

LARROSA, J. Palavras desde o limbo. Notas para outra pesquisa na educação ou, talvez, para outra coisa que não a pesquisa na educação. **Revista Teias**, v.13, n.27, p.287-298, jan/abr. 2012. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24265/17244.

MASCHLEIN, J. O aluno e a infância: a propósito do pedagógico, **Educ. Soc.,** Campinas, vol.24, n.82, p.281-288, abril 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a19v24n82.pdf.

8.2 - UNIDADE CURRICULAR

CONSTRUÇÃO DA DOCÊNCIA E SUA PROFISSIONALIZAÇÃO

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Saberes docentes: as experiências; o conhecimento; as pesquisas e investigações didática; conhecimentos pedagógicos (reflexão sobre as práticas). Formação de professores: Políticas públicas, concepções e condições de efetivação.

Faculdade SESI-SP de Educação

Construção da Profissionalidade docente: história das lutas e conquistas. Professor como pesquisador: investigações didáticas no/do cotidiano escolar. Escola como espaço de formação docente.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Por meio da análise de experiências formativas, possibilitar o desenvolvimento profissional e a construção da autonomia docente.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, M, G. **Oficio de Mestre: Imagens e Auto-Imagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2000.

CASTRO, M. M. B. Uma retrospectiva da formação de professores: histórias e questionamentos. **Movimento**: Revista de Educação. Ano 3, n.4, 2016. Disponível em: http://www.periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32582/18717.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2014.

NÓVOA, A. Vidas de professores. Porto, PT: Porto Editora, 2013. (33)

VAGULA, E. **A formação profissional e a prática docente**, 2005. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTOS, M. J. A Formação de Professores para a Educação Básica. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 02, Ed. 01, Vol. 14, pp. 82-97, Janeiro de 2017. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/artigo-cientifico/pdf/formacao-de-professores.pdf.

CAMPOS, Flávio. (Org). **Inovações radicais na Educação**. Porto Alegre: Ed. Penso, 2019.

CARVALHO, A. M. P. de. **Formação de professores: múltiplos enfoques**. São Paulo: Sarandi, 2013.

DINIZ-PEREIRA, J. E.; ZEICHNER, K. M. (Org.). **Justiça social:** desafio para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LIBANEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2011.



8.3 - UNIDADE CURRICULAR

MULTILETRAMENTOS: OS CLÁSSICOS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

A civilização e o meio cultural em que surgiram algumas obras literárias clássicas e as prescrições genéricas e poéticas que presidiram a sua criação. Estudo comparativo da poesia épica portuguesa, de Camões ("Os Lusíadas") a Fernando Pessoa ("Mensagem"). Estudo da lírica camoniana e da poesia heteronímica de Fernando Pessoa. A dramaturgia na literatura inglesa e a obra de Shakespeare ("Hamlet").

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A lírica portuguesa (desde o período trovadoresco, passando pelo setecentismo e o oitocentismo), o gênero épico (do qual faz parte o romance português dos períodos romântico e realista) e o teatro shakesperiano serão objeto de leitura, fruição, encenação parcial, análise e/ou reflexão. Filmes e séries televisivas serão utilizados de forma a provocar o diálogo da literatura com o cinema e a televisão. A partir do contato com as três obras eleitas de Camões, Fernando Pessoa e Shakespeare serão realizadas experimentações artísticas, calcadas em artes visuais, que deverão culminar em uma exposição.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SHAKESPEARE. **William. Hamlet**. Adaptação e tradução Marilise Rezende Bertin e John Milton. Edição bilíngue. São Paulo: Editora Disal, 2015.

TUFANO, Douglas. **Camões na sala de aula**: lírica, épica. São Paulo: Moderna, 2015.

SARAIVA, Antonio José & LOPES, Oscar. **História da literatura portuguesa**. Porto: Ed. Porto, 2010.

BASDEKIS, Demetrius. Death in the Sonnets of Shakespeare and Camões. **Hispania**, pp. 102-105, 1963. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/336945?seq=1#page_scan_tab_contents

Faculdade SESI-SP de Educação

WILLIS, CLIVE. "The Lusiads and the Literature of Portuguese Overseas Expansion". In: **A Companion to Portuguese Literature, edited by Parkinson Stephen**, Alonso Cláudia Pazos, and Earle T. F., pp.72-84. Woodbridge, Suffolk; Rochester, NY: Boydell and Brewer, 2009. Disponível em http://www.jstor.org/stable/10.7722/j.ctt9qdnhq.10

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANTOS, Irene Ramalho. Poetas do Atlântico: **Fernando Pessoa e o modernismo anglo-americano**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CALVINO, I. Por que ler os Clássicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VIEIRA, Yara Frateschi et al. **O caminho de Santiago**: lírica galego-portuguesa. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

DA SILVA, Cézar Augusto. A cosmovisão barroca no universo dramático de Shakespeare. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 8, n. 30, 2009. Disponível em: www.unigranrio.edu.br

RIBEIRO, Nuno Pinto. **Os Autos de Camões e a Comédia de Shakespeare**: a Negociação do Espaço de Autonomia das Figuras Femininas (Reflexões acerca da tipicidade de motivos e da recorrência de situações). Versão adaptada de comunicação no colóquio internacional Sob o Signo de Camões, Crise e Superação, programa Guimarães Capital Europeia da Cultura, Guimarães/Portugal, 11 e 12/06/2012. Disponível https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11378.pdf

8.4 - UNIDADE CURRICULAR

MATERIAL DIDÁTICO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Ensino de língua e de literatura e material didático. Breve histórico do uso de material didático de Língua Portuguesa no Brasil. Análise de políticas públicas e programas governamentais (tais como o PNLD e o PNBE, atualmente) votados para a leitura literária e análise de livros didáticos de ensino de língua. Diferentes modalidades de atividades - atividades pontuais, atividades permanentes, sequências de atividades, sequências didáticas, projetos etc. – e diferentes tipos de materiais para o ensino-

Faculdade SESI-SP de Educação

aprendizagem de língua materna e de literatura — livros impressos e digitais, paradidáticos, adaptações, sequências didáticas, dicionários etc.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Análise de materiais didáticos diversos – livros didáticos, paradidáticos, sequências didáticas, dicionários – visando à caracterização de suas características e propósitos. Estudo orientado dos Guias de Livros Didáticos e de Dicionários escolares a fim de derivar seus critérios de organização, seleção e classificação. Selecionar, a partir desses guias, livros didáticos e dicionários para diferentes segmentos educacionais e realidades escolares diversas. A partir de uma grade de critérios de avaliação construída coletivamente, analisar materiais didáticos e elaborar breve parecer avaliativo sobre eles.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA VAL, M. da G.; MARCUSCHI, B. (Org.) Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005. 272 p. (Coleção Linguagem e Educação).

FERRO, J. Produção e avaliação de material didático em língua materna e estrangeira. Curitiba: Intersaberes, 2013.

LIMA, I. A. de O. Princípios teórico-metodológicos para elaboração de material didático de PLE e a necessidade de inclusão sistemática dessa discussão nos currículos de formação de professores. **Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes da UEFS Feira de Santana**, v. 18, n. 3, p. 194-206, 2017.

LUCCHESI, D. A ciência da linguagem e o ensino de língua portuguesa: o caso do livro de português do MEC. In: SCHEYERL, D.; SIQUEIRA, S. (orgs.). **Materiais didáticos para o ensino de línguas na contemporaneidade**: contestações e proposições. Salvador: EDUFBA, 2012, p.167-188.

RANGEL, E. de O. **A escolha do livro didático de português**: caderno do professor. Coleção Alfabetização e Letramento. Belo Horizonte: Ceale, 2006. (Digital). Disponível

em:

http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C 3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2014%20Escolha Livro Portugues.pdf

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Faculdade SESI-SP de Educação

SILVA, S. **Dinâmicas e jogos para aulas de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

REZENDE, N.L. de; OLIVEIRA, G.R. de. Um sujeito leitor para a literatura na escola: entrevista com Annie Rouxel. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 16, n.41, 2015.

Brasil. Ministério da Educação. **PNLD 2017**: língua portuguesa – Ensino fundamental anos finais / Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Brasília, DF: **Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica**, 2016. (Digital)

RANGEL, E. de O. **Dicionários em sala de aula** / elaboração Egon de Oliveira Rangel, Marcos Bagno. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica,2006. (Digital PNBE)

PERRONE-MOISÉS, L. Literatura para todos. **Literatura e Sociedade**, Universidade de São Paulo, v.11, n.9, p.16-29, 2015.

8.5 - UNIDADE CURRICULAR

TECNOLOGIAS DIGITAIS, CULTURA VISUAL E ENSINO DE ARTES (EAD)

Carga horária semanal: 3 aulas - Carga horária total: 60 horas

A. EMENTA

Estudo de tecnologias digitais contemporâneas em diálogo com produções em arte e tecnologia, dos séculos XX e XXI. Abordagem conceitual de arte e tecnologia na perspectiva da educação para a cultura visual. Experimentação de técnicas e linguagens artísticas a partir de meios digitais.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Unidade Curricular realizada em ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Esta unidade curricular visa proporcionar aos estudantes o conhecimento e a exploração de recursos digitais, a partir de um diálogo com a produção em arte e tecnologia, desde a segunda metade do séc. XX até a atualidade, tendo em vista que para melhor entender o cenário atual e digital, se faz necessário o conhecimento do desenvolvimento recente do uso de novas tecnologias nas artes. Toda a abordagem destes conteúdos deve ser feita na perspectiva da educação para a cultura visual que, por sua vez, também deve

online.

Faculdade SESI-SP de Educação

ser abordada como conteúdo. Isto porque a ideia de cultura visual remete a um campo expandido, que inclui o que é histórica e tradicionalmente entendido como arte, e também manifestações e artefatos de campos que convergem na visualidade, tais como a publicidade, o design gráfico, a moda, a cultura de massa e cultura digital em geral, entre tantos outros. Para além do uso de recursos audiovisuais, o diferencial desta unidade curricular poderá ser a criação de imagens digitais, exploração de técnicas de animação, a criação de músicas através de softwares, entre outros recursos menos cotidianos e que envolvem alguns conhecimentos mais específicos das ferramentas digitais disponíveis, potencializadas por um olhar mais estético, propiciado pelo estudo conjunto de obras de arte. A avaliação poderá se dar por um portfólio virtual que reúna

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DOMINGUES, D. **Arte e vida no século XXI:** tecnologia, ciências e criatividade. São Paulo: UNESP, 2003.

todas as produções desenvolvidas e que, preferencialmente, possa ser disponibilizada

HAN, Byung-Chul. **No enxame:** perspectivas do digital. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2018.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da cultura visual** – Proposta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2009.

ARANTES, Priscila. Arte e mídia no Brasil: perspectivas da estética digital. **ARS** (São Paulo), v. 3, n. 6, p. 52-65, 1 jan. 2005. Disponível em http://www.revistas.usp.br/ars/article/view/2941/3631.

MITCHELL, William J.T. Showing seeing: a critique of visual culture. **Journal of visual culture**, v. 1, n. 2, p. 165-181, 2002. Disponível em http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.116.1089&rep=rep1&type=pd f

BEIGUELMAN, Giselle. Redes reais: arte e ativismo na era da vigilância compartilhada. **Rapsódia**, n. 12, p. 65-78, 2018. Disponível em https://www.revistas.usp.br/rapsodia/article/view/153434

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Raimundo; MARTINS, Alice Fátima. **Trânsitos e Fronteiras em Educação da Cultura Visual**. Goiânia: UFG/FAV; FUNAPE, 2014.



MACHADO, Arlindo. **Pré-cinemas e pós-cinemas**. Campinas: Papirus, 2011. (PEARSON)

FURTADO, Beatriz; DUBOIS, Philippe (Org.). **Pós-fotografia, pós-cinema:** novas configurações das imagens. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

BARBOSA, Anna Mae Tavares Bastos. A cultura visual antes da cultura visual. **Educação**, v. 34, n. 3, p. 293-301, 2011. Disponível em https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/9288

FABBRINI, Ricardo Nascimento. "O que está acontecendo com as imagens?": arte, mídia e educação em Jean Baudrillard. **Filosofia e Educação**, v. 8, n. 1, p. 63-91, 2016. Disponível em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8643692

8.6 - UNIDADE CURRICULAR MEDIAÇÃO DE LEITURAS

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Estudo dos princípios, conceitos e temas da História da Leitura como prática cultural histórica e socialmente determinada. A leitura como direito. A leitura como processo de interlocução. O lugar central da leitura na vida cotidiana de uma sociedade letrada. A leitura como fator de coesão entre a escola, família e comunidade. As demandas sociais de leitura e os perfis dos leitores brasileiros: a função da escola, das bibliotecas e de outras agências de fomento ao livro e à leitura. O conceito de mediação. A natureza do trabalho com mediação de leitura. As práticas sociais letradas em diferentes contextos culturais. Textos de diferentes extensões, espessuras, gêneros, significados e estilos. A formação de leitores: a formação do leitor literário, do leitor de periódicos e do leitor de textos de divulgação científica. O leitor autônomo. Democratização de acesso à leitura e ao livro, à cultura e ao conhecimento. Políticas públicas educacionais e leitura.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Considerando a formação da História da Leitura como um domínio específico da História Cultural, esta programação pretende introduzir os estudantes à História da Leitura como campo de estudos e pesquisas, levando-os a refletirem sobre a leitura

Faculdade SESI-SP de Educação

como prática cultural histórica e socialmente determinada. O que se pretende é levar os estudantes a perceberem como os diferentes "modos de ler" – e, portanto, as diferentes formas de mediar livros e leitores - são determinados também por eventos históricos, tais como o aparecimento do livro e seu impacto sobre a leitura ou, contemporaneamente, o surgimento dos suportes digitais e a existência de um "leitor navegador". As experimentações práticas, que funcionarão como trabalhos avaliativos, poderão envolver o desenvolvimento de análises, proposição, desenvolvimento e avaliação de ações de fomento à leitura em contextos escolares e não escolares, acompanhadas da proposição, pelos estudantes, de eventos de leitura nas bibliotecas do entorno e entre os estudantes das demais licenciaturas da Faculdade SESI-SP de Educação, que poderão ser registradas em documentários audiovisuais.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORTONI-RICARDO, Stella M. e outros. **Leitura e mediação pedagógica.** São Paulo: Parábola, 2012.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. São Paulo: Editora 34, 2009.

SANTOS, F.; NETO, J. C. M. & RÖSING, T. M.K. **Mediação de leitura**: discussões e alternativas para a formação de leitores. SP: Global, 2009.

MAIA, Elizângela Tiago & FERNANDES, Célia Regina Delácio. Política pública de leitura, mediadores e a formação de leitores literários. **Raído** (online), Dourados, MS, v.8, n.17, jul. /dez. 2014.

GOMES, Mitizi. **Políticas de Leitura**: formação de mediadores de leitura na modalidade EAD. 2010. Disponível em: http://editora.pucrs.br/anais/IICILLIJ/6/MediadoresPUC.pdf

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, M. (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas/ SP: ALB, Mercado de Letras., 1999.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades / Ouro Sobre azul, 2004.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. São Paulo: Editora 34, 2009.

Ceribelli C, Nascimento LC, Pacífico SMR, Lima RAG. A mediação de leitura como recurso de comunicação com crianças hospitalizadas. **Revista Latino-Americana**

Faculdade SESI-SP de Educação

de Enfermagem, vol. 17, núm. 1, fevereiro, 2009. Disponível em https://www.redalyc.org/pdf/2814/281421904013.pdf.

ALMEIDA W, COSTA W, PINHEIRO M. Bibliotecários mirins e a mediação da leitura na biblioteca escolar. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.17, n.2, p.472-490, jul./dez., 2012. Disponível em https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/812/pdf_1.

8.7 - UNIDADE CURRICULAR

FORMAÇÃO CONTINUADA E ENSINO DE LÍNGUA INGLESA

Carga horária semanal: 4 aulas - Carga horária total: 66 horas

A. EMENTA

Reflexão sobre mercado de trabalho, carreira profissional e desejos pessoais. Análise das possibilidades de formação via educação formal, os testes internacionais e desenvolvimento de currículo vitae. As oportunidades de formação em serviço e entre pares. Discussão do papel da autoavaliação na condução da formação do professor.

B. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A unidade curricular proporá a análise das possibilidades empregatícias encontradas no mercado e reflexão sobre as expectativas e desejos dos futuros docentes, não com o intuito de demovê-los de seus sonhos, mas para que tracem um caminho que os aproxime deles. Assim, as vantagens e limitações de cursos de formação de professores ou de aprimoramento da proficiência na língua serão debatidas. Os alunos também vivenciarão simulados de testes internacionais e discutirão como a preparação para eles pode alavancar sua formação. Em seguida, analisarão exemplos de currículos vitae em inglês e produzirão o próprio. Por fim, outras formas de se dar continuidade à formação serão discutidas, entre elas a autoavaliação, a formação entre pares e a formação em serviço.

C. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURNS, A; RICHARDS, Jack C. The Cambridge Guide to Second language Teacher Education. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RICHARDS, Jack C. and NUNAN, David. **Second language teacher education**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Faculdade SESI-SP de Educação

UR, Penny. The English teacher as professional. In: RICHARDS; RENANDYA. **Methodology in language teaching**: An anthology of current practice. pp. 388-392, 2002.

ANCHIETA, Priscila Petian. Análise de testes de proficiência em língua inglesa: subsídios à elaboração de um exame para professores de inglês no Brasil. 2010. 217 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2010.

DUARTE, Saddi Magali. Formação Contínua de Professores de Inglês no Brasil: a prática reflexiva crítica em questão. 116p. Tese (Programa de Pósgraduação em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

D. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. de. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas.**5.ed. Campinas: Pontes, 2008.

ASHER, A. **Top Notch teacher' edition and lesson planner** (vol 1, 2, 3). São Paulo: Longman do Brasil, 2006.

LIBERALI, F.C. **Inglês**: linguagem em atividades sociais. Coleção A reflexão e a prática no ensino médio - Volume 2. São Paulo: Blucher, 2016.

GUANDALINI, Eiter Otávio. **O bem que ela nos faz: o papel da formação continuada no desempenho dos professores de língua estrangeira (Inglês)**. 128f. Dissertação (Mestrado). Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, 2013.

JORDÃO, Clarissa Menezes. A posição de professor de inglês no Brasil: hibridismo, identidade e agência. **Letras & Letras**, v. 26, n. 2, 2011.

1.10. Metodologia de Ensino

A proposta metodológica envolve docentes e futuros docentes num processo especificamente voltado para desenvolver os conhecimentos e saberes necessários para o ensino dos conteúdos específicos de Linguagens nos últimos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio

Faculdade SESI-SP de Educação

de escolas públicas e privadas, com base nas diretrizes curriculares e em outros documentos oficiais.

Como vimos, essa perspectiva, que coloca as Linguagens como uma área de conhecimento, exige um tratamento interdisciplinar dos conhecimentos específicos e didático-pedagógicos.

Assim, nossa proposta pressupõe uma prática pedagógica com diferentes atividades desafiadoras e que valoriza o desenvolvimento de projetos integradores que envolvam a pesquisa sobre os reais problemas enfrentados pelos docentes da Educação Básica e que resultem em propostas educacionais que colaborem na superação desses problemas.

Considerando a diversidade de contextos educacionais e a constante evolução dos conhecimentos, a metodologia proposta desenvolve também as competências necessárias para que os licenciandos possam se desenvolver profissionalmente no decorrer de sua atuação docente. Não há, portanto, a pretensão metodológica de esgotar todos os conhecimentos específico e didático-pedagógicos, mas sim preparar o futuro professor para a constante formação a que se submeterá para o pleno exercício de sua profissão.

Por esses motivos, a investigação centrada nos processos de ensino, de aprendizagem, do acolhimento e do trato da diversidade existentes nas escolas de Educação Básica é o ponto de partida das atividades de formação docente. Essas atividades devem promover o enriquecimento cultural, propor a elaboração, desenvolvimento e avaliação de atividades didáticas e de projetos que envolvam o uso de tecnologias da informação e da comunicação, materiais de apoio inovadores e o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho no coletivo.

Dessa forma, os conteúdos específicos de cada unidade curricular, trabalhados de maneira interdisciplinar, são considerados meio e suporte



para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao trabalho docente. Essas habilidades e competências devem aprimorar a qualidade dos projetos pedagógicos, do currículo, da avaliação, da organização institucional e da gestão, não só das Escolas da Educação Básica, mas também o do próprio curso de formação.

Assim, em conformidade com as referidas diretrizes de formação de professores (Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígenas, para a Educação em Direitos Humanos, para a Educação Ambiental e sobre a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), o desenvolvimento dessas habilidades e competências pressupõe uma metodologia que supere o mero ensino descontextualizado da Língua Portuguesa, da Língua Inglesa e das Artes e valorize um debate mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e ambientais.

A multireferencialidade⁸ também compõe as propostas dessas intervenções didáticas, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura e formas emergentes de produção do conhecimento, assim como o entendimento da complexidade da Educação e da formação de professores.

Em uma perspectiva de educação inclusiva, as abordagens metodológicas incorporam o princípio da diversidade humana, acolhedora de todas as diferenças, ao criar ambiente propício ao desenvolvimento das potencialidades individuais.

Neste sentido, o uso de tecnologias assistivas permitem a eliminação de barreiras para todas as pessoas, contribuindo para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais, promovendo autonomia e favorecendo a acessibilidade metodológica.

8 http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a06.pdf

Faculdade SESI-SP de Educação

Nesse processo, a avaliação orienta os planos de trabalho dos formadores, bem como a apropriação da autoavaliação na perspectiva dos futuros docentes construírem autonomia nos seus processos de aprendizagem, imprescindível num mundo onde, como observado anteriormente, o conhecimento é datado e provisório.

Nesse prisma, essa proposta de curso requer uma significativa diversidade de formas de ensinar para que sejam respeitadas as diversas formas de aprender nos mais distintos contextos educacionais existentes nas escolas e outros ambientes de educação não formal.

Esse projeto favorece o pensar e o planejar dos professores e futuros professores, em cada situação de aprendizagem, sobre a melhor forma para o ensino dos diferentes conteúdos teóricos e práticos.

A metodologia proposta nesse curso vai além de um conjunto de ações à disposição dos professores na tomada de decisão do "como" ensinar. Mediante a análise e reflexão sobre as práticas desenvolvidas, é também fonte de inspiração para a criação de meios que promovam o sucesso da aprendizagem dos estudantes.

A devida articulação das atividades leva a uma metodologia pluriarticulada com foco na elaboração de, pressupondo:

- a investigação dos saberes dos futuros professores;
- a resolução de problemas na forma individual e coletiva;
- a problematização;
- o uso de oficinas e laboratórios específicos;
- a interação por meio das tecnologias de informação e comunicação;
- a observação e participação em ações nas escolas públicas e privadas, em espaços de educação não formal e na comunidade;
- a vivência para a profissionalização docente, como fonte de experiência e investigação do ponto de partida e à chegada no processo de formação;



o respeito ao rigor científico de cada uma das áreas;

a autoria, individual e coletiva.

Cada vez mais o ambiente de vida e trabalho escolar configura-se como um contexto privilegiado de novas aprendizagens. Os desafios e problemas percebidos cotidianamente são estímulos para a produção de novos saberes e a constituição de novas competências. As interações, a imersão na prática, o uso de tecnologias e a busca de soluções para os desafios possibilitam uma relação educativa que ultrapassa, metodologicamente, os espaços e situações formais de aprendizagem.

Nesse sentido, a homologia dos processos no ensino e na aprendizagem é um pressuposto metodológico nuclear na orientação do curso, para que os licenciandos vivenciem durante o seu processo de formação justamente aquilo que se espera que ofereçam a seus futuros educandos.

Nesse contexto, as diferentes estratégias integram teoria e prática com foco no trabalho docente, de modo a estimular a interdisciplinaridade, a integração e a contextualização de informações, a apropriação de valores e saberes na construção de conhecimentos profissionais e pessoais. Nele, é valorizada a autonomia do docente responsável pela unidade curricular face ao conteúdo a ser ensinado e na interação com seus alunos, fortalecendo assim o compromisso com o sucesso na aprendizagem.

1.9.1. Fundamentos Técnicos e Pedagógicos

A formação interdisciplinar de professores para atuação na Educação Básica não é mais uma indicação, mas uma necessidade que se insere no contexto de uma sociedade complexa e em constante mudança. Nessa realidade, se reafirma a premência de um currículo de

FACULDADE

Faculdade SESI-SP de Educação

formação que promova a ruptura das fronteiras entre os conhecimentos das diferentes áreas do conhecimento.

A interdisciplinaridade permeia todo o curso de Licenciatura em Linguagens, estabelecendo um diálogo entre os saberes organizados em unidades curriculares que ora se aproximam ora se integram, ampliando conhecimentos teóricos e práticos, em situações reais vivenciadas pelos licenciandos desde o início do curso quando ocorre sua inserção na

escola.

Assim, o eixo orientador desse caminho interdisciplinar, em cada um dos oito semestres do curso, é a problematização das temáticas

observadas e vivenciadas durante a Residência Educacional.

Como se verá adiante, no item Residência Educacional, tais temáticas, assim como a metodologia para a coleta e sistematização de elementos a serem problematizados, são analisadas durante o trabalho de orientação de Residência, que posteriormente são usadas para pautar

o curso em todas as unidades curriculares.

Princípios Metodológicos:

desenvolvimento de projetos que visem à formação de docentes para a Educação Básica, em seu nível

fundamental (anos finais) e médio;

П. formação ampla em Educação, com conhecimento de

conteúdos e metodologias em articulação com outros

saberes necessários à construção da identidade profissional

docente;

III. interdisciplinaridade, contextualização, democratização,

relevância social, ética, sensibilidade afetiva e estética

como elementos básicos para consolidar, na prática, os



conhecimentos conceituais, procedimentais e de valores, atitudes e normas;

- IV. valorização da importância do conhecimento da escola como uma organização complexa que tem a função social de promover, com equidade, a aprendizagem e educação para e na cidadania;
- V. indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a garantir a qualidade social da formação inicial, introduzindo os licenciados nos processos investigativos em sua área específica e na prática docente;
- VI. desenvolvimento de competências sintonizadas com o conhecimento e a aplicação das tecnologias de informação e comunicação na escola e na relação dialógica com os estudantes.

1.11. Residência Educacional e Estágio Curricular Supervisionado.

A Residência Educacional constitui mais um aspecto inovador em nosso Projeto de Curso, uma vez que incorpora o conhecido Estágio Curricular Supervisionado, porém com modificações que garantem a presença do licenciando, futuro professor, em uma escola de Educação Básica ao longo dos 4 anos da Licenciatura.

Outras duas inovações são inerentes ao desenvolvimento da Residência Educacional:

 a carga horária semanal em escola básica desde o 1° semestre do curso, conforme Regulamento da Residência Educacional e Matriz Curricular;



 a orientação da Residência que ocorre semanalmente, em pequenos grupos de estudantes juntamente com o professor orientador, em que se realizam o acompanhamento, reflexões e sistematizações das atividades de Residência Educacional realizadas em cada semana.

Sendo assim, Estágio Curricular Supervisionado compõe parte do Programa de Residência Educacional, que está planejado de forma mais intensiva e rigorosa em termos, não apenas da carga horária para presença dos estudantes nas escolas básicas, como também no acompanhamento dos professores orientadores para o desenvolvimento de metodologia de ação-reflexão-ação, favorecendo a efetiva construção das relações entre teorias e práticas pedagógicas, assim como o envolvimento de qualquer professor do curso com a formação para a prática docente.

De fato, diferentes estudos (LIMA, 2006; PIMENTA e LIMA, 2008) a respeito de estágios curriculares supervisionados apontam a importância de se ampliar o tempo de presença na escola ao longo dos cursos que formam professores, bem como a necessidade de fortalecimento da parceria entre licenciaturas e escolas de educação básica para efetivo acompanhamento formativo dos futuros professores.

A inovação presente neste Programa de Residência Educacional para a Licenciatura em Linguagens da Faculdade SESI-SP de Educação considera as diversas análises e recomendações publicadas por pesquisadores e educadores (CARVALHO, 2013; D'ÁVILA e ABREU, 2014; MOREIRA *et al*, 2018) para o aperfeiçoamento da formação desenvolvida em licenciaturas, com destaque para a superação dos problemas e limites identificados nos estágios curriculares supervisionados.



A cada semestre e/ou a cada ano a Residência Educacional será realizada em uma escola diferente, até mesmo pela necessidade de contemplar a legislação que exige que o Estágio Curricular Supervisionado seja realizado em diferentes níveis de ensino, em realidades escolares diversas e espaços educacionais diferenciados, inclusive em instituições educacionais não formais. O coordenador da Residência indicará, a cada semestre, a escola de referência em que o estudante vai atuar.

As orientações da Residência Educacional são organizadas de modo a que um professor orientador atenda os estudantes em grupos de até 14 residentes uma vez por semana, fora do horário de aulas. Além disso, no espaço de realização da Residência Educacional (escola ou instituição educacional não formal), há um educador de referência, orientando os residentes e atuando como formador em parceria com os professores do curso.

As atividades curriculares vinculadas ao desenvolvimento da Residência Educacional são:

- A atuação do estudante nas escolas de referência de Educação
 Básica e em instituições educacionais não formais;
- A frequência às reuniões semanais com o professor orientador, em que se realizam discussões, planejamentos, preparações, análises e sistematizações das atividades desenvolvidas nas escolas de referência ou instituições educacionais não formais;

Nessa perspectiva, o Programa de Residência Educacional (incluindo o Estágio Curricular Supervisionado) é entendido como uma etapa fundamental para a formação do futuro docente, pois permite a aprendizagem do exercício profissional em espaços investigativos propícios ao trabalho em situação real, sendo acompanhado por um



educador de referência que cria condições para que o residente desenvolva competências próprias ao papel docente.

A avaliação do desempenho do licenciando na Residência Educacional é registrada e envolve três instrumentos:

- Avaliação do Residente preenchida pelo responsável do Local de Residência (Escola);
- Autoavaliação realizada pelo residente;
- Avaliação da Residência Educacional preenchida pelo orientador de residência.

As atividades de Residência Educacional observam a legislação específica para o Estágio Curricular Supervisionado (Lei Federal n. 11.788/2008) e são reguladas por documento específico da Faculdade SESI-SP de Educação, o *Regulamento da Residência Educacional*.

Todas as documentações referentes à realização da Residência Educacional são encaminhadas à Coordenação de Residência, responsável pela validação das horas de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Linguagens.

1.11.1. Estágio Curricular Supervisionado relação com a rede de escolas da Educação Básica

Os cursos de licenciatura da FASESP foram desenhados, desde a sua concepção, a partir da perspectiva de que a formação do futuro docente deveria estar intimamente pautada pela vivência da realidade escolar de forma integral: o discente não participa somente como observador passivo de determinada realidade educacional, mas a proposta é que atue ativamente em diversas ações dentro da escola, como participação em reunião de professores, monitorias aos alunos, suporte

Faculdade SESI-SP de Educação

aos docentes em sala, ou seja, que paulatinamente possa, através da prática, adquirir as competências necessárias para a atuação docente.

Para que o estágio possa oferecer aos discentes essas diversas realidades, a FASESP se vale, por um lado, das escolas da rede SESI-SP, e, por outro, de parcerias com escolas públicas. Assim, as horas do Estágio Curricular Supervisionado são divididas entre esses dois espaços, a partir da metade do curso. Entende-se que tal divisão pretende complementar a formação dos alunos, já que as escolas da rede SESI-SP, ainda que tenham autonomia para se adequar aos diversos contextos onde está presente, utiliza um mesmo sistema de ensino próprio, além de partilhar os mesmos valores, objetivos e missão. Essa realidade é distinta da escola pública, que apresenta uma diversidade de valores e objetivos que são próprios da realidade das comunidades em que estão inseridas.

O papel do Orientador de Residência nesse sentido é fundamental para que o estágio ou a residência sirvam de campo real de práticas das diversas reflexões teóricas discutidas dentro da faculdade, bem como as práticas, observações e reflexões advindas das escolas sejam discutidas semanalmente em grupos de até 14 alunos, cotejando e revisando a teoria. Dessa forma, tal organização semanal, que prevê duas horas de acompanhamento e mediação do orientador, propõe que as discussões possam desenvolver o pensamento crítico e analítico dos alunos, e oferecer múltiplas experiências de realidades educacionais distintas.

Para que as parcerias possam se efetivar, o processo se realiza a partir dos seguintes fluxos:

 Parceria com escolas da rede SESI-SP: diretores manifestam, através de e-mail, a intenção de participar, naquele semestre, do Programa de Residência Educacional. Enviam também o horário das aulas para que os estagiários ou residentes possam fazer a escolha das aulas.

Faculdade SESI-SP de Educação

• Parceria com a rede pública:

 a faculdade manifesta interesse em firmar parcerias, enviando os regulamentos e informações sobre o Programa de Residência. Assim com as escolas da rede SESI, o diretor da escola pública deve enviar o horário escolar para atribuição.

A escola manifesta interessem em firmar parceria e, a partir de uma reunião com a equipe gestora, delineiamse as ações que serão propostas, além de questões dos registros acadêmicos que serão apontados durante a parceria, tanto pelos alunos, quanto pelos responsáveis pelo acompanhamento dentro da escola.

A necessidade de que a **gestão da parceria** ofereça subsídios - tanto para a faculdade, quanto principalmente para a escola, das observações, percepções, reflexões e resultados do estágio ou da Residência, - além da discussão das próprias parcerias e a maneira como está sendo gerida, faz com a faculdade proponha as seguintes ações:

- Construção de equipes de diretores das escolas públicas e da rede SESI utilizando recursos de TIC, para compartilhamento de informações e reuniões bimestrais de alinhamento das parcerias.
- Encontros presenciais semestrais, para apresentação dos resultados e das ações das parcerias, com espaço para discussão de novos projetos.
- Nomeação de um observador, membro da CPA, que faz o relatório da gestão das parcerias.

Dessa forma, para que o Estágio ou a Residência possa acontecer de forma a ser campo de aprendizado e possibilidade de ações de melhoria das escolas parceiras, entende-se que a gestão da parceria deve

Faculdade SESI-SP de Educação

buscar ferramentas e processos que possam transpor os elementos burocráticos e organizacionais e ser, ela mesma, espaço de diálogo entre faculdade e escolas.

1.11.2. Estágio Curricular Supervisionado - relação teoria e prática

A legislação vigente se propõe a explicar as circunstâncias da teoria e da prática. Depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96, foram propostos muitos esclarecimentos para os termos "prática de ensino", "prática", "estágio supervisionado" e "teoria". Essa compreensão ou diferenciação tornou-se fundamental visto que cada um deles tem sua representatividade no universo curricular. No título VI da Lei 9394/96 que se refere aos profissionais da educação encontramos:

"Art. 61. A formação de profissionais da educação de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas inclusive mediante a capacitação em serviço;....

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas". (LEI 9394/96).

Podemos verificar que a colocação dos termos "teorias e práticas" e "prática de ensino" foi realizado em diferentes perspectivas. Com o objetivo de esclarecer o sentido, a Resolução CNE/CP Nº. 2, 2001 estabelece que:

Art. 1º. A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, em curso de licenciatura, de graduação



plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns: I- 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso; II- 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso; (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº. 2, 2002).

Nessa resolução aparecem a prática como componente curricular e o estágio curricular supervisionado. O que em alguns momentos foi marcado como sinônimo, por esse Parecer passa a ser diferenciado. Na perspectiva de avançar na compreensão da questão, tomamos os Pareceres CNE/CP Nºs 9 e 28/2001 que fundamentam a Resolução CNE/CP Nºs 01 e 02/2002. O Parecer CNE/CP Nº. 9/2001, no item 3.2.5, apresenta a concepção de prática no contexto da formação dos professores para a Educação Básica: Uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional (PARECER CNE/CP Nº. 9/2001, p.23). De acordo com o Parecer CNE/CP Nº. 9/2001, é necessário entender a prática como dimensão do conhecimento. Ela extrapola os limites da experiência, pois, não está ligada exclusivamente a atividade, mas, à dimensão do conhecimento.

No Parecer CNE/CP Nº. 9/2001, item 3.6, encontramos a afirmação: Assim, a prática na matriz curricular dos cursos de formação não pode ficar reduzida a um espaço isolado, que a reduza ao estágio como algo fechado em si mesmo e desarticulado do restante do curso. (...) Nessa perspectiva, o planejamento dos cursos de



formação deve prever situações didáticas em que os futuros professores coloquem em uso os conhecimentos que aprenderem, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros, de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes tempos e espaços curriculares (...) (PARECER CNE/CP nº. 9/2001, p.57). A explicação contida nos Pareceres CNE/CP Nºs 9 e 28/2001, ainda não trouxeram a necessária clareza que o Parecer CNE/CES Nº. 15/2005 2 tratou de realizar: Portanto, a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas fundamentos técnico-científicos correspondentes uma determinada área do conhecimento. (PARECER CNE/CES Nº. 15/2005).

Essas regulamentações que separam o estágio "ação docente" da prática "área curricular" tem o objetivo de dirimir as dúvidas quanto à diferença da "prática como área curricular" e a prática desenvolvida nos estágios. As orientações emanadas pela legislação não definem na realidade o trabalho a ser desenvolvido nessas instâncias de formação. A questão é mais ampla ainda porque abre espaço para entendimentos diferenciados. No entanto as orientações constantes na legislação não parecem dar conta do entendimento da questão. Nesse



contexto entendemos que a discussão sobre o conceito de práxis torna-se bastante pertinente. A compreensão de que estamos inseridos em um contexto social e que as atividades que desenvolvemos implicam e são implicadas pelo que os outros fazem é uma das perspectivas necessárias ao entendimento da indissociabilidade entre teoria e prática. Ou seja, quando entendermos que a prática será tanto mais coerente e qualificada, quanto mais consistente e desenvolvida for a teoria que a embasa - e que tal prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade de sua transformação e que proponha as formas da transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria.

A teoria não está desvinculada da prática, nem esta da teoria. Considerado dessa maneira o sentido do conhecimento que é desenvolvido em sala de aula é teórico-prático à medida que para ensinar o professor estabelece relações necessárias para desenvolver os conceitos. Dessa maneira o conhecimento não acontece em um momento teórico e em outro prático. Ele é ao mesmo tempo teóricoprático. Sánchez Vásquez (1968, p. 207) explicita ainda mais essa questão com a afirmação que a teoria em si não é capaz de mudar o mundo, mas contribui para sua transformação se assimilada por aqueles que por seus atos podem ocasionar a transformação: Entre a teoria e a atividade prática, transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização de meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação. Nessa direção é importante ressaltar a função do professor no processo de organização



do Estágio. As expressões coletadas na pesquisa como justificativas ou explicações para o problema que os mesmos encontram em significar o estágio, mostram que não compreenderam a função de professor de Estágio.

É necessário o posicionamento do professor quanto ao Estágio. Se o estágio for considerado como "espaço de problematização das ciências gerais e específicas, em que a práxis educativa é tomada como objeto de estudo e de compreensão da transição dos conhecimentos puros para os conhecimentos tecnológicos aplicados à realidade educativa" (SILVA, 2003, p. 17) sua significação ficará mais clara. Isso quer dizer que o estágio não está isolado na formação do professor. Não faz "somente a prática". O espaço do estágio suscita discussão, pesquisa, estudo, avaliação de teorias e conceitos formulados e estudados em todos os campos do conhecimento. Dessa forma, o Estágio Supervisionado passa a ter função fundamental que não é apenas levar os conhecimentos teóricos ao campo da prática, mas compreendê-los, elaborá-los, pensando a realidade vivida pelo futuro professor. Quais as implicações que esse encaminhamento traz ao trabalho do professor de Estágio Supervisionado? De que maneira isso pode ser efetivado? Para tanto entendemos que o professor precisa considerar o trabalho como princípio educativo. Nesse sentido poderá organizar suas ações no processo de ensino tendo como referência que o trabalho é o centro da formação humana, ou seja, "o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens" (SAVIANI, 2005, p. 13).

Dessa forma, o Estágio Supervisionado não pode ser pensado apenas a partir da ação prática do estagiário. Precisa ser elaborado considerando os condicionantes que essa ação traz em seu contexto.



Isso significa pensar o trabalho realizado no estágio como ação intencional. Saviani, (2005, p.11) especifica que: "[...] o trabalho instaura-se a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional." Entendemos como ação intencional no Estágio Supervisionado aquela realizada tendo como referência estudo e pesquisa. Deve considerar o saber e o saber sobre o fazer, que devem estar integrados na formação dos alunos.

Isso quer dizer que o futuro professor precisa ter conhecimento para conduzir um processo de transposição didática acerca dos conhecimentos científicos. Requer também dos professores que trabalham com os futuros professores, comprometimento com o que ensinam e a maneira como o fazem. Somente assim teríamos a práxis como princípio curricular promovendo em primeiro momento, a compreensão que o estágio, não é o momento de realizar a aplicação prática dos conhecimentos teóricos. Não se trata de organizar a aplicabilidade da ciência. A práxis pressupõe teoria e prática ao mesmo tempo. Sendo assim, as atividades do Estágio Supervisionado devem ser organizadas dialeticamente, ou seja, o saber e o saber sobre o fazer devem o tempo todo e ao mesmo tempo, estar em constante comunicação.

Nessa perspectiva devemos considerar [...] a práxis como uma prática fundamentada teoricamente. Se a teoria desvinculada da prática se configura como contemplação, a prática desvinculada da teoria é puro espontaneísmo. É o fazer pelo fazer (SAVIANI, 2005, p. 141). Isso quer dizer que não se pode partir da prática e permanecer nela. O processo de formação do professor precisa extrapolar esses limites. Isso implica dizer que não é possível separar a teoria da



prática. Nesse caso, defender a ideia de que é necessário estudar a teoria para depois realizar a prática, implica situar teoria e prática em diferentes perspectivas. Entendemos que é necessário compreender o movimento dialético que fortalece a relação teoria e prática. Sánchez Vasquez (1968, p. 210) explica "[...] enquanto a atividade prática pressupõe uma ação efetiva sobre o mundo, que tem por resultado uma transformação real deste, a atividade teórica apenas transforma nossa consciência dos fatos, nossas ideias sobre as coisas, mas não as próprias coisas". Conhecer teoricamente as concepções de avaliação, por exemplo, tomar consciência das mesmas, não garante a sua aplicação nas atividades que o estagiário ou o futuro professor irá desenvolver. Nessa situação é que constatamos a necessidade do professor de estágio como elemento mediador do processo de relação teoria-prática. Fazer com que o futuro professor possa, conforme nos indica Saviani (2007), transpor do senso comum à consciência filosófica. Se não acontecer a mediação do professor de estágio, possivelmente a ação docente via Estágio Supervisionado ou Prática de Ensino, se efetivará no senso comum em que o futuro professor se pauta mais na maneira como foi ensinado (senso comum, prática) do que nas formas que ele aprendeu a ensinar (estudo teórico).

Consideramos, finalmente, com Saviani (2008, p. 128) que o que se opõe de modo excludente à teoria não é a prática, mas o ativismo; do mesmo modo que o que se opõe de modo excludente à prática é o verbalismo e não a teoria. Pois o ativismo é a 'prática' sem teoria e o verbalismo é a 'teoria' sem a prática. Isto é: o verbalismo é o falar por falar, o culto da palavra oca; e o ativismo é a ação pela ação, a prática cega, o agir sem rumo claro, a prática sem objetivo. O estágio deve ser compreendido enquanto espaço que oportunize a efetivação do conhecimento e dos saberes necessários à prática docente. É um lugar



de produção do conhecimento. Por isso, é uma prática que precisa ser intencional e fundamentada. Somente desta forma é possível realizar a articulação teoria e prática. O professor que tem um trabalho intelectual, pensa sobre as ciências, sobre os instrumentos de ensino, sobre os recursos didáticos, elabora seu material e sabe selecionar o material já existente. Tem consciência do projeto educacional no qual está inserido e participa de sua elaboração. Formar esse professor poderá garantir o direito da criança ao saber que a escola deve socializar, no sentido da emancipação humana [...] (SILVA, 2003, p. 16).

Assim, essa prática não pode se dar de forma qualquer. Precisa ser supervisionada pelo professor da disciplina, com a colaboração de professores do Curso e dos professores que atuam no campo em que esse estágio acontecerá em forma de docência. A docência é entendida aqui como uma ação que envolve mais que regência de classe. É o conhecimento de todas as instâncias que envolvem o trabalho do professor. O conhecimento das questões que envolvem a docência está articulado com todas as disciplinas que envolvem a formação do aluno. Portanto, deve existir um canal aberto entre o professor de Estágio com os demais professores do curso. Isso nos remete pensar que ao trabalhar com cada uma das disciplinas que compõem o currículo, os professores desenvolvem um trabalho que envolve teoria e prática.

Formar o professor com conhecimentos necessários para atuar em sala de aula requer além de um Projeto Pedagógico pensado e organizado, professores com sólida formação e conhecedores de sua função, bem como a escolha de formas e condições adequadas para instrumentalizar a ação pedagógica. Requer acima de tudo intencionalidade. Sendo assim, ainda segundo Saviani (2005), o



professor precisa ter conhecimento para distinguir entre aquilo que é essencial e acidental, principal e secundário, fundamental e acessório na hora de definir os pressupostos de seu trabalho e os caminhos que seguirá. O autor chama atenção também que para poder fazer essa distinção é preciso ter noção de 'clássico' definindo-o como "aquilo que se firmou como fundamental, como essencial". Se quisermos que o Estágio Supervisionado deixe de ser apenas o cumprimento de tarefas e carga horária, precisamos nos posicionar quanto à sua função na formação do professor. O estágio é um dos momentos de formação do professor. Não é o único e nem o mais importante, entretanto é fundamental.

O estágio tem que ser pensado e planejado para que essa instância da formação do futuro professor, possa contribuir no sentido de possibilitar a integração do estagiário com seu campo e objeto de trabalho, superando a ideia de empirismo, prática pela prática, cumprimento de atividades e carga horária. Dessa forma, para que o Estágio ou a Residência possa acontecer de forma a ser campo de aprendizado e possibilidade de ações de melhoria das escolas parceiras, entende-se que a gestão da parceria deve buscar ferramentas e processos que possam transpor os elementos burocráticos e organizacionais e ser, ela mesma, espaço de diálogo entre faculdade e escolas.

Em termos de organização prática para a relação entre teoria e prática acontecer sistematicamente a faculdade e os cursos propõe as seguintes ações:

 os alunos são acompanhados por um Orientador de Residência e Estágio, docente da faculdade com experiência comprovada no ensino básico, pelo professor



responsável da escola, e discutem, semanalmente, com carga horária de 2 horas semanais, as experiências e reflexões ocorridas no espaço da escola.

- Os docentes são orientados e incentivados a trabalharem diversos produtos educacionais que possam ter aplicabilidade real e serem utilizados nas escolas parceiras.
- Os trabalhos de investigação científica, assim como propostas de extensão, devem estar intimamente ligados às questões próprias de formação de professores.
- A faculdade se propõe a realizar mostras dos trabalhos dos alunos, para público externo, como gestores e professores da escola básica, e para o "público interno", alunos do Ensino Médio da Escola Associada, incentivando-os a entender a docência como práxis fundamental para a sociedade, e incentivá-los a considerá-la uma carreira essencial para a Nação.

A Residência Educacional é parte constituinte do currículo e seu objetivo está centrado no desenvolvimento de ação-reflexão-ação. Para que haja a reflexão da prática educativa é necessário que os residentes registrem suas impressões sobre o ambiente escolar de forma a fomentar discussões nas orientações em grupo realizadas pelo professororientador.

As atividades desenvolvidas pelos estudantes envolvem inserção no contexto de profissionalização docente, observando e acompanhando situações de sala de aula bem como vivências de situações concretas do trabalho docente ou escolar que contribuam para a sua formação.

A vivência e a experiência desenvolvida pelo residente nas escolas de educação básica contemplam diferentes níveis de ensino, desde o

Faculdade SESI-SP de Educação

Ensino Fundamental I até o Ensino Médio, tanto em escolas públicas como particulares ou da própria rede SESI-SP, como forma de ampliação do conhecimento pedagógico dos estudantes. No que concerne ao acompanhamento do cotidiano escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as práticas de ensino desenvolvidas pelos professores contribuem para a compreensão do ensino por área de conhecimento, além de promover conhecimento sobre o desenvolvimento da aprendizagem e o percurso formativo dos estudantes da Educação Básica. Também é previsto que o residente possa desenvolver atividades em outros ambientes não formais de ensino, além de monitorias na graduação.

No primeiro ano, a orientação da Residência Educacional possui foco central na escola, suas dinâmicas e complexidades. Os discentes são solicitados a observarem, registrarem e refletirem sobre o processo de ensino e aprendizagem, a gestão da sala de aula, da escola e das relações profissionais e a relação entre o ambiente escolar e as comunidades internas e externas à escola.

Como são alunos ingressantes no curso e em formação espera-se dos residentes uma atitude mais observadora do ambiente e das relações que nele se desenvolvem. Os alunos podem auxiliar o professor em atividades dentro e fora da sala de aula, mas sempre com orientação e supervisão de um professor ou gestor.

Assim, as expectativas para atuação do residente no primeiro ano são:

- Observação e registro do cotidiano escolar
- Auxílio ao professor em atividades dentro e fora da sala de aula
- Participação em reuniões pedagógicas, conselhos de classe, reuniões de responsáveis, formações in loco

Faculdade SESI-SP de Educação

 Organização do espaço para o desenvolvimento da rotina em dias comuns e em eventos

No segundo ano, a orientação da Residência Educacional possui como foco central a reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem nas escolas, envolvendo o acesso aos planos de aula, critérios de avalição dos alunos e estratégias e protocolos de comunicação com as famílias, promovendo uma ressignificação da prática docente e inserindo-o na dinâmica formativa de forma mais potente.

Neste sentido, espera-se que o residente comece a se tornar protagonista de algumas atividades, podendo acompanhar ou desenvolver projetos, plantões de dúvidas, assistências em aula aos professores, desenvolvimento de atividades experimentais e extracurriculares. Estas atividades podem ser realizadas pelo residente sob orientação e supervisão de um professor ou gestor do local de residência.

Assim, as expectativas para atuação do residente no segundo ano são:

- Acesso e análise dos Planos de aula
- Conhecimento dos instrumentos e critérios de avaliação
- Acompanhamento de diferentes projetos na escola
- Preparação ou desenvolvimento de atividades de ensino
- Auxílio em práticas docentes
- Auxílio em atividades dentro e fora da sala de aula

A orientação da Residência Educacional a partir do terceiro ano discute a construção da autonomia na proposição e no acompanhamento de atividades pedagógicas. Para isso, os alunos devem atuar na regência de aulas na educação básica e em outros espaços da escola, bem como atuação em instituições não formais.

O centro da discussão está no processo de ensino e aprendizagem planejado e realizado pelos residentes em conformidade com os

Faculdade SESI-SP de Educação

documentos oficiais de currículo considerando as especificidades de cada escola. Nesse sentido, é importante que os residentes tenham espaço na escola para a proposição e regência de atividades em sala de aula, bem como acesso aos documentos oficiais da unidade (Projetos Pedagógicos, Plano de Desenvolvimento Institucional, Planejamentos bimestrais e anuais, livros ata e eventuais prontuários de alunos cujos casos forem discutidos em Conselho de Classe), que devem ser discutidos e refletidos em alinhamento tanto com o professor-orientador na faculdade quanto com o professor da educação básica que acompanha o residente na escola.

Assim, as expectativas para atuação do residente nos terceiro e quarto anos são:

- Análise do Projeto Político Pedagógico da escola
- Proposição e planejamento de práticas de ensino
- Desenvolvimento das práticas de ensino propostas
- Reflexão sobre a prática de ensino desenvolvida
- Atuação direta em atividades de monitoria na graduação ou na extensão

1.12. Núcleo de Estudos Integradores (Atividades Complementares)

O Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular, em conformidade com Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, tem por objetivo propiciar aos licenciandos a ampliação dos seus conhecimentos científicos, do seu universo cultural e o enriquecimento curricular de sua formação acadêmica e profissional. Assim, complementando a Residência Escolar, tais atividades possibilitam ainda

Faculdade SESI-SP de Educação

a incorporação de dinâmicas, vivências e espaços formativos variados, no sentido de promover a articulação da base conceitual específica da Licenciatura em Linguagens com a construção e aquisição das competências requeridas para a atuação profissional do egresso.

Com base nessa premissa, o Núcleo de Estudos Integradores permite aos alunos consolidar a sua formação acadêmica e científica, pelo aprofundamento de estudos e pela interligação entre ensino, pesquisa e extensão; constituir um repertório cultural diversificado, pelo contato com diferentes produções culturais e artísticas (cinema, jornal, literatura, teatro, exposições, espetáculos musicais, etc.) e construir um perfil profissional diferenciado, pelo enriquecimento da sua reflexão e prática docente e educativa. Dessa forma, os licenciandos podem, por esta ampliação do currículo, construir itinerários formativos próprios e flexíveis, em função de seus interesses, do projeto de curso da instituição e das necessidades científico-culturais inerentes à sua formação cidadã e à sua atuação profissional.

A diversidade de atividades do Núcleo de Estudos Integradores deve atingir o mínimo de 200h ao longo de todo o curso, e é sugerido que figue assim distribuída:

- 1º, semestre 15 horas
- 2º. semestre 15 horas
- 3º. semestre 30 horas
- 4°. semestre 30 horas
- 5°. semestre 30 horas
- 6°. semestre 30 horas
- 7°. semestre 25 horas
- 8°. semestre 25 horas

Faculdade SESI-SP de Educação

As atividades do Núcleo de Estudos Integradores (atividades acadêmico-científico-culturais) contam com regulamento próprio e compreendem ensino, pesquisa e extensão.

Ensino:

- 1. Visitas a museus, centros culturais, teatro, cinema, feiras culturais, bienal, monumentos, filmes etc;
 - 2. Participação em atendimento à escola pública;
- 3. Participação em cursos ou oficinas promovidas pela Faculdade ou por outras instituições;
- 4. Participação, com frequência e aprovação, em cursos de idiomas e de informática;
 - 5. Realização de monitoria na Faculdade por semestre de curso.

Extensão:

- 1. Participação em atividade de Extensão à Comunidade proposta e supervisionada pela Faculdade;
- Participação em projetos comunitários, sociais, culturais, ambientais etc;
- 3. Participação em evento acadêmico da Faculdade SESI-SP ou outra instituição;
- 4. Participação em congressos acadêmicos com apresentação de trabalho;
 - 5. Premiação de trabalho acadêmico e tecnológico;
 - 6. Organização de eventos artísticos, culturais e científicos;



7. Participação como membro titular ou suplente em órgão colegiado da faculdade ou de representação discente.

Pesquisa:

- 1. Produção de resenhas de livros literários, de divulgação científica, exposições e espetáculos, não vinculadas às unidades curriculares;
- 2. Participação como ouvinte em defesas de monografias, dissertações e teses; congressos, encontros e seminários; em estudo do meio ambiente etc;
- 3. Publicação em periódico científico, livro, capítulo de livro, relacionados aos objetivos do curso, como autor ou coautor;
 - 4. Realização de pesquisa de Iniciação Científica.

1.13. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é atividade obrigatória para a obtenção do título de Licenciatura em Linguagens da Faculdade SESI-SP de Educação e consiste em uma produção acadêmica desenvolvida pelos licenciandos sob a orientação de um professor do curso, que tem por objetivo fundamental estimular a reflexão sobre o ofício do professor da Educação Básica, com base em um processo de investigação sistemático de um problema teórico-prático de pesquisa.

Os objetivos gerais do Trabalho de Conclusão de Curso são:

Site www.faculdadesesi.edu.br | Email: faculdadesesisp@sesisp.org.br

SESI DE EDUCAÇÃO

Faculdade SESI-SP de Educação

 promover a reflexão sobre o ofício do professor na Educação Básica, com base em um processo de investigação sistemático de um problema de pesquisa;

- aplicar os conhecimentos apreendidos ao longo do curso na análise crítica e interpretativa de um objeto de pesquisa;
- incorporar a pesquisa como parte do processo de formação do professor;
- estimular a produção científica e a consulta de bibliografia especializada;
- despertar o espírito crítico e reflexivo no meio social onde está inserido;
- desenvolver autonomia para aprendizagem.

Dessa forma, o Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade de pesquisa intrinsecamente articulada com a prática e as atividades acadêmicas, colaborando para a formação da identidade do futuro professor como pesquisador e para o desenvolvimento de competências exigidas na prática profissional, especialmente quanto ao planejamento, organização, execução e avaliação do trabalho docente.

O desenvolvimento do TCC está vinculado às atividades das unidades curriculares *Trabalho de Conclusão de Curso I e II*, pois nelas o licenciando é orientado sobre procedimentos de pesquisa e elaboração do TCC, conforme Manual próprio. Nos 7º e 8º semestres, tanto o grupo de estudantes quanto o professor orientador permanecem juntos por 1 ano, para a consolidação do TCC.

Desta forma, ao iniciar o último ano do curso, é possível ao estudante optar por temática relacionada a um dos Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa e Extensão – NIPE, assim como pelos



professores que considera mais adequados para orientá-lo, por meio de um sistema em que o estudante indique pelo menos três opções de linhas de pesquisa e/ou temas e de professor orientador para que uma delas seja atendida.

O TCC consiste em pesquisa em grupo de um (1) a três (3) alunos, podendo envolver uma pesquisa de natureza *colaborativa* a ser desenvolvido a partir de produções individuais dos membros do grupo.

De fato, a pesquisa colaborativa em Educação tem sido apontada como forte tendência pelos mais recentes estudos da área. (JACQUES, 1992; HERON, 1987; GRÍGOLI, 2007; TICKS, 2010; MATTOS, 2011). Na prática, tal opção significa que o professor orientador de TCC vai conduzir os trabalhos de um grupo de tal forma que, embora fiquem preservados interesses, motivações, razões ou circunstâncias individuais para realizar uma determinada pesquisa, seja possível que o grupo encontre um denominador comum e trabalhe colaborativamente, de forma a chegar a um mesmo produto final.

O grupo deverá entregar o TCC em formato eletrônico e fazer uma apresentação pública do produto final a ser avaliada por uma banca composta de dois professores: o professor orientador e um segundo membro da banca que pode ser outro professor do Curso de Linguagens ou de outros cursos de graduação da Faculdade SESI-SP de Educação ou ainda de outras instituições. Pesquisadores colaboradores vinculados ao NIPE poderão ser aceitos, formalmente, como coorientadores de TCC.

A avaliação parcial do TCC de cada estudante, a ser registrada na unidade curricular *Trabalho de Conclusão de Curso I*, será composta pela participação individual do estudante no processo de orientação no 7° semestre do curso, a ser atribuída pelo professor-orientador, conforme critérios por ele estabelecidos.



A avaliação final do TCC de cada estudante, a ser registrada na unidade curricular *Trabalho de Conclusão de Curso II*, será composta por 3 dimensões:

- a) participação individual do estudante no processo de orientação nos dois últimos semestres do curso, a ser atribuída pelo professororientador;
- b) O Trabalho de Conclusão de Curso a ser avaliado pelos professores da banca;
- c) A apresentação pública a ser avaliada pelos professores da banca.

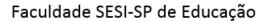
Os registros de desempenho dos alunos no TCC, poderá ter as seguintes menções:

- a) Os alunos que cumpriram com todas as exigências terão registrado como resultado final a expressão "APROVADO".
- b) Os alunos que deixaram de cumprir qualquer exigência terão registrado como resultado final a expressão "*REPROVADO*".

Será reprovado o aluno que deixar de entregar seu trabalho em tempo hábil e/ou que deixar de comparecer à apresentação oral, sem justificativa formalizada e aceita pelo coordenador de curso. No caso de reprovação, o aluno deverá cumprir a Unidade Curricular novamente, na forma de Programa de Formação Individual (PIF).

Os trabalhos aprovados serão arquivados em repositório próprio da Instituição e disponível à consulta pública.

A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do licenciando, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas no *Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso* da Faculdade SESI-SP de Educação, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.





1.14. Apoio ao Discente

Visando o melhor aproveitamento do estudante nos cursos é oferecida orientação para sua adequada inserção no Ensino Superior, na Faculdade e nos seus métodos de ensino, especialmente quanto à perspectiva de sua autonomia no desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Nesse sentido, estão previstos programas que possibilitam a criação de rotas alternativas de aprendizagem de modo que os estudantes possam superar as dificuldades decorrentes de sua formação com programas específicos de estudo, aproveitando os recursos já existentes na faculdade, como, por exemplo, a sala de informática e a biblioteca.

Esse atendimento tem o propósito de orientar o desenvolvimento de uma metodologia de estudo que favoreça o bom desempenho no processo de ensino e aprendizagem e será monitorado pelo coordenador do Curso, com ajuda dos docentes, cuja incumbência é de acompanhar, e apoiar o estudante, visando a sua integração, permanência e aproveitamento.

1.14.1. Programas de Apoio Pedagógico

A Faculdade busca desenvolver políticas de apoio discente que contribuam para a permanência e a continuidade dos estudos dos discentes. Entendendo o aluno como sujeito ativo do processo educativo, tais políticas visam acompanhar e orientar todo o percurso dos estudantes no curso, valorizando seu papel como protagonista no próprio desempenho acadêmico e na formação profissional.

Nesse sentido, podem ser oferecidos aos estudantes programas, planos, projetos, auxílios e ações estruturantes de orientação e integração à vida acadêmica que, articuladas com outras políticas institucionais, possibilitem a criação de rotas alternativas de



aprendizagem, de modo que os estudantes possam superar as

dificuldades decorrentes de sua formação.

Além dessas possibilidades, a Faculdade SESI-SP de Educação

busca também: promover projetos e atividades de acolhimento, recepção

e integração dos novos alunos; desenvolver planos de prospecção

periódica dos alunos com desempenho acadêmico insatisfatório,

propondo ações e estratégias pedagógicas que fortaleçam o processo de

ensino e de aprendizagem; e, por fim, acompanhar e analisar os fatores

de evasão para subsidiar projetos e ações estratégicas que garantam a

permanência dos estudantes nessa instituição.

O conjunto dessas ações é monitorado pelo Coordenador de Curso

e pelo Coordenador do Programa de Residência Educacional, sendo que

os docentes têm a incumbência de acompanhar e apoiar o estudante,

visando a sua integração, permanência e aproveitamento nas atividades

curriculares.

Os alunos podem ainda participar dos serviços oferecidos no

Centro de Atividades Gastão Vidigal do SESI-SP, na Vila Leopoldina, local

onde funciona a Faculdade SESI-SP de Educação, tais como: Atividade

Física (academia e dança), Centro de Reabilitação e Espaços de Livre

Utilização (piscina, quadras poliesportivas e espaços de convivência).

Todo o atendimento ao estudante visa orientar o aluno no

desenvolvimento de uma metodologia de estudo, de forma a favorecer o

bom desempenho no processo de ensino e de aprendizagem, utilizando-

se de recursos humanos e técnicos disponíveis na Faculdade.

Com o intuito de contribuir para o apoio psicopedagógico dos

alunos, constantemente, são promovidas ações pelas psicólogas da Rede

SESI-SP e convênios de cooperação técnica.



1.14.2. Programa de Nivelamento

O nivelamento é composto por programas e ações para apoiar estudantes que precisem de algum tipo de reforço educacional ao longo do curso, identificados pelos professores ou pela Coordenação do Curso.

Os programas de nivelamento ocorrem por meio de monitorias, concomitantemente ao desenvolvimento das Unidades Curriculares oferecidas pela Faculdade. Além disso, são desenvolvidas ações para promover a aprendizagem do estudante ao longo do semestre.

1.14.3. Programa de Monitoria

O Programa de Monitoria Institucional da Faculdade SESI-SP de Educação tem por objetivo o aprimoramento da formação do discente, visando contribuir para o desenvolvimento de competências didático-pedagógicas e intensificando a colaboração entre professores e alunos em atividades ligadas ao ensino.

O programa de monitoria pode estar relacionado ao Programa de Nivelamento, ao Programa Individual de Formação (PIF), ou ainda a uma Unidade Curricular específica. É constituído por dois tipos de Monitoria de Ensino: Monitoria Semestral e Monitoria Especial.

Na modalidade Semestral, as atividades são consideradas como horas do Programa de Residência Educacional, no semestre correspondente, seguindo as diretrizes desse Programa.

As atividades desenvolvidas na Monitoria Especial podem ser validadas como horas para o Núcleo de Estudos Integradores. Essa monitoria pode ocorrer a qualquer momento dentro do semestre letivo, conforme solicitação do docente responsável.

O professor responsável elabora, em conjunto com o estudantemonitor, um Plano de Atividades, que contém os objetivos a serem



alcançados, o cronograma de acompanhamento, as metodologias

utilizadas, incluindo, quando necessário, as atividades em laboratórios.

O programa de monitoria é regido por regulamento próprio

aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

1.14.4. Políticas de Educação Inclusiva

Como parte de seu compromisso social com a inclusão, a Faculdade

reconhece e acolhe a diversidade de estudantes, sem preconceito ou

discriminação de qualquer espécie.

Particularmente, partilha da preocupação do país com os interesses

e necessidades dos portadores de deficiência, tendo adequadas suas

instalações, com acessos garantidos para todos, para que possam

participar com autonomia de todas as atividades acadêmicas, de acordo

com as seguintes legislações:

Direitos Humanos - Resolução CNE/CP nº 01/2012;

Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro

Autista – Lei nº 12.764/2012;

Condição de Acessibilidade – Lei nº 10.098/2000, Decretos nº

5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e Portaria nº

3.284/2003.

A Faculdade respeita as necessidades dos alunos, docentes e

funcionários que apresentam necessidades especiais, promovendo

campanhas e reflexões, além de incluir, nos currículos dos cursos e

programas de formação de professores, conteúdos sobre a questão, bem

como o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Decreto nº 5.626/2005).



A matriz curricular do curso permite o amplo debate sobre esses

temas de forma transversal, visando a formação do egresso com

consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza

ambiental-ecológica (Lei nº 9.795/1999 e Resolução CNE nº 02/2012),

étnico-racial (Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº 01/ 2004), de

gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de

necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras.

1.14.5. Organização Estudantil

A Faculdade incentiva a organização estudantil, visando o

protagonismo, a formação de cidadãos conscientes do seu papel social e

participativos na comunidade em que estão inseridos.

Os representantes das turmas, eleitos por seus pares, participam

de reuniões periódicas, entre si e com representantes da Gestão

Acadêmica, com o objetivo de discutir questões pertinentes à vida

estudantil, registradas em atas.

A FASESP incentiva, ainda, a participação do alunado nos diversos

órgãos colegiados da Faculdade e do curso.

1.14.6. Acompanhamento dos Egressos

Será mantido banco de dados com informações dos ex-estudantes,

para fins de relacionamento, intercâmbio, promoções socioculturais e

divulgação de ações de formação continuada, com os seguintes objetivos:

Mensurar o impacto da formação na vida dos egressos e

direcionar ações de gestão;



Obter informações quanto às tendências do mercado a fim de

servir de base para manutenção da qualidade da formação que

oferece;

• Possibilitar o alinhamento do perfil proposto para o egresso de

cada curso com a realidade do mercado;

• Promover comunicação contínua com os egressos de forma a

estabelecer e fortalecer vínculos;

Identificar as demandas por cursos de especialização, extensão,

pós-graduação e outros, de forma a contribuir com a formação

continuada do egresso.

1.15. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e

externa

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é um importante

recurso para a qualificação das ações de ensino, pesquisa e extensão,

pois além de identificar os processos e resultados, permite problematizar

e buscar significados no trabalho desenvolvido no decorrer do curso.

Com esse enfoque, a avaliação assume um caráter formativo, pois

não se limita à medição de resultados ou ao cumprimento dos objetivos.

Possibilita também a reflexão sobre o processo e sobre as condições

objetivas, subjetivas e intersubjetivas sob as quais as ações se

desenvolvem.

A partir disto, temos como dimensões de qualidade a serem

analisadas no curso:

Corpo discente: estudantes, egressos e mercado de trabalho;



 Corpo docente: qualificação, dedicação, regime de trabalho e políticas de aperfeiçoamento;

 Gestão: gestão acadêmica, qualificação do coordenador, do pessoal técnico-administrativo;

• Currículo: estrutura curricular:

 Infraestrutura: infraestrutura física, instalações, biblioteca e acervo de referência, laboratórios e equipamentos.

Assim, na avaliação do curso é considerada a existência de pelo menos dois aspectos em que compreendemos passíveis de análise e os quais se desenvolvem concomitantemente: um que provoca ajustes cotidianos no trabalho desenvolvido e outro que requer dados avaliativos consolidados para subsidiar ações institucionais de maior envergadura, envolvendo os órgãos colegiados da Faculdade SESI-SP de Educação.

O primeiro caminho desse processo avaliativo é desenvolvido cotidianamente por alunos, professores, coordenadores e demais profissionais envolvidos. Nesse aspecto, a avaliação é usada para orientar, por meio do diálogo, ações que estão dentro dos limites da competência de cada um desses atores institucionais. Esse diálogo é fundamentado em processos de autoavaliação que, em instâncias individuais e coletivas, considera as informações obtidas por um olhar externo.

Assim, os professores, coordenadores de curso e de residência fazem constantemente avaliações diagnósticas e formativas no decorrer do semestre, orientando suas atividades. Os feedbacks e autoavaliações nesta dinâmica são permanentes, já que permitem ajustes no processo e clareza nos objetivos e nas formas de avaliar. Neste espectro, o coordenador do curso utiliza-se das reuniões pedagógicas junto aos



docentes para constantemente propor momentos de avaliação do trabalho realizado.

O segundo aspecto trabalha com as propostas de melhoria que requer um envolvimento institucional por meio de ações e decisões dos órgãos colegiados da instituição. Para fundamentar a elaboração dos planos de melhoria, é necessária a sistematização dos resultados encontrados durante o processo de avaliação desse curso. Os instrumentos para a coleta de dados e sua aplicação são sempre construídos e discutidos junto à CPA.

Essa sistematização e produção de dados é realizada semestralmente por meio das avaliações das unidades curriculares e da Residência Educacional e uma vez por ano na própria Avaliação Institucional. Ao final de cada semestre, os professores recebem relatórios individuais referentes às unidades curriculares que lecionam e produzem uma autoavaliação baseada em sua experiência no decorrer das aulas e nas avaliações dos discentes, através de critérios estabelecidos conjuntamente. Esse processo ocorre tanto no Núcleo Docente Estruturante como no Colegiado de Curso, onde há representação estudantil.

A avaliação da Residência ocorre em três instâncias: os alunos realizam semestralmente a avaliação do processo de Residência, os professores orientadores fazem uma avaliação junto aos seus orientandos e os responsáveis pelo local de Residência também fazem uma avaliação do processo.

Esta documentação serve como fundamento para a reflexão sobre o Projeto Pedagógico do Curso, avaliando a necessidade de continuidades e aprimoramentos. Todos esses processos e resultados, assim como os planos de ação elaborados, devem ser inseridos nos



Relatórios Parciais e no Relatório Integral da Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme Nota Técnica nº.65 do INEP/DAES/CONAES.

Complementando o processo de avaliação, as avaliações externas ao curso e à instituição, tais como Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o Sistema Nacional do Ensino Superior (SINAES), relatórios das Comissões de Avaliação ad hoc nomeadas pelo Ministério da Educação (MEC) e outros relatórios pertinentes, trazem informações que visam colaborar para a melhoria dos processos pedagógicos e administrativos da instituição. Os registros desses processos avaliativos são sistematizados pela CPA.

Nestes diversos caminhos que percorrem os processos de avaliação – ensino, infraestrutura, perfil de egressos e matriz curricular - a avaliação do trabalho docente e do coletivo subsidiam as ações na busca da formação de um profissional qualificado. Essas características da avaliação do curso buscam contemplar o contexto complexo, plural e polissêmico no qual se insere, consolidando o caráter social do processo avaliativo.

Diante disto, a proposta metodológica é que a avaliação se torne parâmetro e tenha um efeito multiplicador. Ou seja, o discente que hoje é avaliado em uma perspectiva formativa, tenderá um dia a utilizar destas mesmas premissas para a avaliação de seus futuros alunos. O propósito é criar uma avaliação que não tenha um fim em si mesma, mas que seja percebida dentro de um processo maior que vise a qualidade da educação.

Assim, a Faculdade SESI-SP de Educação, notadamente, por meio da CPA em sua estrutura, orienta-se pelas recomendações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e objetiva, no Curso de Licenciatura em Linguagens, a melhoria contínua de seus processos e excelente desempenho em todos os critérios propostos pela



Lei nº 10.861/2004, bem como da Portaria do Ministério da Educação nº

2.051/2004.

Utilizando como referência o SINAES nos seus critérios e

procedimentos, a Faculdade SESI-SP de Educação não se exime de

desenvolver critérios específicos, bem como de definir e implementar

procedimentos próprios de avaliação. Eles são pautados na participação

de todos os seus agentes, orientando criticamente para seu melhor

desempenho.

Assim, a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso se constitui

numa ferramenta essencial para garantir padrões adequados de qualidade

acadêmico-científica, indispensável para o planejamento e definição das

políticas estratégicas e para a gestão. Ao mesmo tempo, esta ferramenta

permite uma prestação de contas à sociedade sobre o desempenho do

Ensino Superior como um todo.

1.16. Ambiente virtual de aprendizagem e atividades de tutoria

A atividade de EAD entende que a aprendizagem é um processo

subjetivo de construção que se efetiva em diferentes contextos, no acesso

às diferentes mídias (texto, áudio, vídeo) de forma individual ou coletiva,

com materiais e objetos diversos, numa relação de reciprocidade, na inter-

relação, na interação e no diálogo com o mundo, em um movimento

constante e permanente.

É importante que os professores (tutores e conteudistas) entendam

o processo de ensino e aprendizagem nessa modalidade, portanto, todos

os envolvidos na educação a distância são capacitados com o objetivo de

que haja a experimentação da metodologia adotada.

Rua Carlos Weber, 835 - Vila Leopoldina CEP 05303-902 - São Paulo - SP

SESI DE EDUCAÇÃO

Faculdade SESI-SP de Educação

A metodologia utilizada visa promover o autodesenvolvimento e a aprendizagem colaborativo, como também articular conhecimentos e estimular a interação entre professor e alunos. Nesse sentido, busca-se uma metodologia pautada na autonomia que promova a constante revisão e atualização nos papeis do professor e do aluno, visando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao desenvolvimento profissional e pessoal do cidadão. Além disso, o acompanhamento dos alunos é realizado pelo próprio professor conteudista das unidades curriculares (mesmo aquelas essencialmente EAD).

Parte da carga horária das unidades curriculares são ministradas a distância por meio da plataforma *open source* Moodle (moodle.org). Esse ambiente virtual de aprendizagem (AVA) baseia-se no princípio de comunicação educativa, no qual se emprega o uso de meios didáticos que permitam aos professores-tutores e aos alunos obterem diferentes experiências de comunicação, tanto em momentos SÍNCRONOS (encontros simultâneos), como em momentos ASSÍNCRONOS (não simultâneos).

Assim, são utilizados, para as comunicações ASSÍNCRONAS, os seguintes recursos:

- fórum, ferramenta destinada ao debate sobre temáticas de relevância para a disciplina, promovendo o intercâmbio de informações e experiências, além da reflexão sobre os conceitos fundamentais que merecem ser assimilados pelos alunos;
- Correio eletrônico (e-mail);
- Area de conteúdo, no qual são disponibilizadas as aulas, os objetos virtuais de aprendizagem, além de exercícios para revisão e fixação e atividades com finalidade de avaliar a aprendizagem.



Ambiente virtual de aprendizagem, que disponibiliza conteúdo de

cada uma das aulas, objetos virtuais de aprendizagem, além de exercícios para revisão e atividades com finalidade de avaliar a

aprendizagem.

Para as comunicações SÍNCRONAS, serão empregados os seguintes

recursos:

· Chat, destinado ao esclarecimento de dúvidas e consequente

aproximação entre alunos e professor-tutor.

• Encontros presenciais, conforme Calendário (disponibilizado na

Agenda do ambiente virtual de aprendizagem);

Atualmente a Faculdade SESI SP de Educação conta com a ampla

ferramenta da Microsoft 365, que garante os encontros síncronos com

ótima qualidade e a plataforma Moodle, para interação não presencial com

os estudantes.

1.17. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos

processos de ensino-aprendizagem

A política de avaliação do processo de ensino e de aprendizagem,

que permeia este curso de licenciatura é entendida como um processo

contínuo de obtenção de informações, de análise e de interpretação da

ação educativa, devendo estimular reflexões que orientem as ações

docentes e subsidiem a Faculdade na melhoria de suas ações

educacionais. Nessa concepção, o processo avaliativo está comprometido

com a aprendizagem dos estudantes. Logo, a avaliação é assumida como

um procedimento pedagógico, eminentemente formativo, que rompe com

FACULDADE

Faculdade SESI-SP de Educação

a lógica meramente classificatória e seletiva da avaliação. Ou seja, a avaliação é praticada cotidianamente pelos professores, tendo como pano de fundo o projeto de desenvolvimento institucional e este projeto

pedagógico de curso.

Diante do exposto, a avaliação do processo de ensino e de

aprendizagem tem por objetivo:

١. Mapear os avanços e dificuldades do aluno no processo de

apropriação, de construção e de recriação do conhecimento, em

função do trabalho desenvolvido;

П. Possibilitar ao aluno tomar consciência de seus avanços e

dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo ensino-

aprendizagem;

III. Fornecer aos professores elementos para uma reflexão sobre o

trabalho realizado, tendo em vista o redirecionamento do

planejamento da unidade curricular.

Cada estudante é avaliado individualmente pelo docente de cada

unidade curricular, mediante critérios e instrumentos constantes no seu

Plano de Ensino, obedecidas as normas regimentais.

A avaliação é um processo de análise contínua da formação do

estudante e da prática docente nos vários aspectos das experiências.

Assim:

L. Realiza-se mediante emprego 0 de instrumentos

diversificados, em conformidade com a natureza dos

objetivos da avaliação;

П. Efetua-se com preponderância dos aspectos qualitativos

sobre os quantitativos;

III. Incide sobre cada um dos componentes curriculares.



Diante da diversidade de instrumentos de avaliação, o estudante tem a oportunidade de expor seus conhecimentos e habilidades, de confirmar seus saberes, de demonstrar suas dúvidas, dificuldades ou necessidades de aprendizagem. Por meio da autoavaliação, também tem a oportunidade de regular gradativamente suas próprias aprendizagens.

No início do processo formativo poderá ser usada a avaliação diagnóstica que busca investigar os saberes e as características do estudante e encontrar subsídios para a escolha da melhor sequência de formação. Trata-se de articular as características da formação ao perfil dos estudantes durante o desenvolvimento dessa sequência. Além disso, a avaliação formativa poderá favorecer o ajuste do ritmo do ensino ao ritmo da aprendizagem, subsidiando a seleção das atividades a serem trabalhadas. Portanto é um processo avaliativo contínuo e processual, pois está integrado na ação de formação. Desta forma é dada ao estudante a possibilidade de "recuperação" contínua em seu processo de aprendizagem, rompendo com a ideia de exames finais.

Ao final do processo formativo, a avaliação somativa (HADJI, 1994) será utilizada para representar o desempenho do estudante ao final de distintos momentos do processo educacional (ano letivo, semestre, semana, atividade). A nota atribuída deve ser usada como um indicador sintético da aprendizagem e assim orientar ações formativas para o processo educacional do estudante e da instituição.

Diante da proposta metodológica apresentada nesse Projeto Pedagógico de Curso, a avaliação, vista como parte indissociável do processo de ensino e de aprendizagem, colabora para uma abordagem integradora, envolvendo um ou mais componentes curriculares, abarcando os mais diversos conhecimentos e saberes necessário para o exercício docente. Ou seja, quando se deseja um desenvolvimento de ensino com boa qualidade, "saber avaliá-lo é imprescindível. A dupla ação



se amplia quando se entende o que se ensina avaliando e se avalia ensinando" (FAZENDA, 2009, p. 51).

Concluída cada etapa do processo educacional, visando o cumprimento da avaliação somativa, mas mantendo as preocupações com a avaliação formativa, cada docente, segundo seus critérios, atribui uma nota, expressa em números inteiros em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), que sintetiza o desempenho do estudante na etapa avaliada. Destacamos a palavra sintetiza para explicitar que essa nota não deve ser apenas o resultado de cálculos aritméticos de notas obtidas pelos estudantes nos mais diversos instrumentos avaliativos, mas sim um valor que representa o parecer do professor em relação ao desempenho do estudante.

Os critérios qualitativos ou quantitativos usados para a atribuição das notas devem estar explícitos nos Planos de Ensino de cada uma das unidades curriculares e nas orientações às diferentes atividades curriculares passíveis de avaliação. Tais critérios devem ser explicitados previamente e negociados com os estudantes. É considerado promovido ou concluinte o estudante que obtiver em cada unidade curricular, nota final igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência mínima de 75% das aulas e atividades acadêmicas obrigatórias.

Aos estudantes que não alcançarem o mínimo exigido para aprovação são oferecidas oportunidades de recuperação como parte integrante do processo de ensino, pela participação no Programa Individual de Formação (PIF), entendido como orientação contínua de estudos e criação de novas situações de aprendizagem na unidade curricular na qual foi retido, a ser desenvolvido nos semestres seguintes àquele no qual a reprovação ocorreu.

É considerado retido ao término de cada período letivo, o estudante que não apresentar frequência mínima de 75% em cada componente



curricular ou não obtiver nota final igual ou superior a 7,0 (sete) em mais do que 3 (três) componentes curriculares.

O aluno retido poderá cursar apenas o(s) componente(s) curricular(es) objeto da retenção, por meio do Projeto Individual de Formação (PIF), valendo-se do recurso de aproveitamento de estudos em relação aos componentes curriculares nos quais foi aprovado.

O aluno que acumular, ao longo do curso, 5 (cinco) reprovações em diferentes Componentes Curriculares ficará retido até que curse pelo menos, 2 (duas) das unidades curriculares que ficou retido e seja aprovado em ambas.

O controle de frequência é de responsabilidade da Secretaria Acadêmica, a partir do registro feito pelos docentes, não havendo abono de faltas; a aceitação de dispensa de frequência é permitida se prevista em dispositivo legal específico.

As datas de divulgação dos resultados de avaliação são definidas no Calendário Acadêmico. A revisão da avaliação poderá ser requerida pelo aluno mediante protocolo na Secretaria Acadêmica, justificando os motivos de seu pedido, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua divulgação.

1.18. Atividades práticas de ensino para licenciaturas

O rompimento entre teoria e prática é um dos aspectos cruciais presentes nos cursos de licenciatura da Faculdade Sesi de Educação. Para o êxito dessa perspectiva, pautamo-nos no seguinte tripé: a) Residência Educacional – que permite o aprofundamento dos aprendizados do futuro professor por contemplar presença em tempo maior na Educação Básica. b) as unidades curriculares dos eixos



específicos de cada área – as quais congregam aspectos teóricos práticos de ensino e caracterizam-se por seu caráter interdisciplinar e, c) as unidades curriculares do eixo educação e profissionalização docente - que buscam ampliar os olhares sobre as pesquisas relacionadas à educação, tanto em seu aspecto geral como ligadas à cada realidade escolar, as quais os estudantes encontram na residência educacional.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 65) fica explícito que a prática de ensino deve ser um espaço de excelência vinculando teoria e vivência profissional supervisionada pela instituição formadora. No entanto, em geral, muito dessa prática acontece apenas nos semestres finais dos cursos de graduação. Já para o aluno que faz o seu curso na Faculdade Sesi-SP de Educação esta prática de ensino ocorre desde o primeiro semestre, participando de forma observadora e ativa do cotidiano escolar. Durante sua experiência na Residência Educacional, o estudante tem o apoio do orientador de residência. Assim, a cada semestre no final do período há um levantamento das problemáticas analisadas, estudadas durante as orientações e posteriormente sistematizadas para que o aluno encaminhe proposições e reflexões em relação a sua própria formação.

Já nas unidades curriculares dos eixos específicos de cada área, o objetivo é unir teoria e prática, daí a expressão por nós utilizada teoriaprática, evidenciando uma formação que estabelece como eixo norteador, os conhecimentos atualizados de cada unidade curricular e ao mesmo tempo, reflete sobre a práxis em sala de aula. Exemplos da Residência Educacional e de como os conhecimentos formam a interface entre o que é produzido na academia e nas escolas pelo país são elementos de constante reflexão nas unidades curriculares. Os

⁹ Professor do quadro efetivo da faculdade, que dedica parte de sua carga horária para orientar os estudantes a partir da experiência vivenciada por estes na escola, contribuindo assim, para diferentes reflexões e produção de trocas de experiências com seus colegas e docentes.



questionamentos, anseios e vivências dos alunos são constantes temas de discussão nas diversas unidades curriculares ao longo do curso. Tendo o espaço para essa reflexão na própria carga horária das unidades curriculares há um rompimento com a ideia de teoria e prática como algo dissociado.

A intenção é que por meio dessas reflexões desenvolvidas em aula, os alunos se tornem partes ativas na Residência, contribuindo para a ampliação dos conhecimentos e metodologias. O ciclo assim se fecha, já que os estudantes trazem para as aulas seus aprendizados, percepções, inquietações e discutem em conjunto com os professores possibilidades pedagógicas, as quais poderão retornar como novas formas de atuação na sala de aula da Educação Básica.

Já as unidades curriculares do eixo educação e profissionalização docente são ministradas durante todos os semestres dos cursos e os professores que a ministram envolvem-se nas reuniões pedagógicas e nas orientações de residência. Isso faz com que as discussões sobre currículo, teorias da aprendizagem, sobre avaliações entre outros aspectos, não sejam alheias ao que se pretende na graduação, demonstrando a relação entre os saberes da área e a sua contínua interface com o que acontece na escola.

Entrelaçando o tripé apresentado, podemos afirmar que a prática de ensino se faz presente por meio de espaços educacionais não escolares, como museus, casas de cultura, centros de ciências, saídas técnicas e ambientais etc. Aqui a intenção é perceber esses espaços como pedagógicos, os quais integram a sala de aula e permitem uma ampliação dos conhecimentos, de compreensão de conceitos, produzindo debates que possibilitem uma visão mais ampliada do papel cultural da educação. Esses espaços não formais de educação ampliam expectativas e atendem às exigências de um mundo que se transforma a todo instante.





2 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE

O NDE, conforme define a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho

de 2010, é um órgão com função consultiva, propositiva e de

assessoramento da coordenação de curso, responsável pelo processo de

concepção, consolidação, e contínua atualização do Projeto Pedagógico

do curso, tendo as seguintes atribuições:

I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do

curso;

II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes

atividades de ensino constantes no currículo:

III. Indicar linhas de pesquisa e extensão consoantes à política da

Instituição, oriundas de necessidades da graduação, de exigências

do mercado de trabalho e de acordo com as políticas públicas

relativas à área de conhecimento do curso;

IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para

os Cursos de Graduação;

V. Avaliar, constantemente, a adequação do perfil profissional do

egresso do curso;

VI. Elaborar plano de ação a partir de resultados obtidos na

Autoavaliação Institucional e em avaliações externas;

VII. Convidar consultores ad hoc para auxiliar nas discussões do projeto

pedagógico do curso;

VIII. Levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que

interfiram na formação do perfil profissional do egresso;



IX. Verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na

formação do estudante;

X. Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando

a sua formação continuada;

XI. Estabelecer perfil do corpo docente do curso;

XII. Elaborar relatório de adequação referente à bibliografia básica e

complementar do curso.

O NDE é composto pela Coordenação do curso e mais cinco

professores, sendo que pelo menos 60% deles possuem titulação obtida

em programas de pós-graduação stricto sensu; pelo menos 20%

contratados em regime de trabalho de tempo integral e os demais em

tempo parcial.

Os membros do NDE são eleitos por seus pares, preferencialmente

garantindo-se a representatividade das áreas do curso. A renovação de

seus membros ocorre de forma parcial, sempre inferior ou igual a 50% de

seus membros, de modo a haver continuidade no pensar do curso.

As reuniões acontecem ordinariamente uma vez por semestre e

extraordinariamente, quando necessário; todas as reuniões são

registradas por meio de ata assinada por seus membros.

As sugestões e deliberações do NDE são encaminhadas ao

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para análise, validação

e encaminhamento ao Conselho Superior e de Gestão (CSG), se for o

caso.

2.2 Equipe Multidisciplinar

A equipe responsável pelas disciplinas a distância é composta de

profissionais de diferentes áreas de conhecimento, que são responsáveis

FACULDADE

Faculdade SESI-SP de Educação

pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias

e os recursos educacionais para a educação a distância.

Esta equipe é composta pelo professor responsável pela Unidade

Curricular ofertada à distância que produz seu conteúdo, pelos

profissionais de apoio técnico local e do departamento de Tecnologia da

Informação da Rede SESI-SP, responsável por toda a parte técnica do

Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os conteúdos, metodologias e recursos educacionais destas

Unidades Curriculares são discutidos nas reuniões pedagógicas do curso

com todos os professores que também contribuem para sua elaboração,

garantindo assim a articulação com as demais Unidades Curriculares.

2.3 Atuação do Coordenador

A administração acadêmica do curso é realizada pelo Coordenador

que conta com o apoio do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente

Estruturante. O Coordenador do Curso é nomeado pelo Diretor e possui

as seguintes atribuições:

١. Implementar a Proposta Pedagógica constante no Plano de

Desenvolvimento Institucional (PDI) junto com sua equipe;

Cumprir e fazer cumprir as normas legais pertinentes e as II.

disposições regimentais;

III. Assinar documentos referentes à vida escolar dos

estudantes, juntamente com a Secretaria Acadêmica;

IV. Propor e coordenar o aperfeiçoamento do pessoal docente e

desenvolvimento do pessoal técnico-administrativo

diretamente ligados ao curso;

SESI DE EDUCAÇÃO

Faculdade SESI-SP de Educação

 V. Participar do processo de admissão, bem como propor a demissão de docentes e do pessoal técnico-administrativo de sua área de atuação;

VI. Zelar pela manutenção da ordem e da disciplina dos estudantes;

VII. Avaliar o processo de ensino e de aprendizagem, garantindo sua qualidade;

VIII. Acompanhar a elaboração e supervisionar a execução dos currículos dos cursos e programas, e dos planos de ensino dos docentes;

IX. Elaborar calendário para o desenvolvimento de cursos, programas e demais atividades;

X. Coordenar a elaboração de projetos e cursos especiais;

XI. Praticar as demais atribuições de sua competência, conferidas pela Direção.

O Coordenador do curso possui participação efetiva nos processos de planejamento e gestão sendo membro integrante no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e tendo participação representativa no Conselho Superior e de Gestão (CSG) e na Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O coordenador possui regime de trabalho integral, o que lhe permite atender adequadamente as demandas do curso, além de articular as atividades de ensino com a pesquisa para produção de conhecimentos e desenvolvimento de tecnologias, socializando-os em benefício da coletividade, mediante ações diversificadas de Extensão.

O coordenador também se reúne semanalmente com os docentes nas reuniões pedagógicas, onde são discutidos aspectos referentes ao andamento do curso, considerando as potencialidades de cada docente,

SESI

Faculdade SESI-SP de Educação

favorecendo a integração da equipe e garantindo a interdisciplinaridade entre as Unidades Curriculares.

O acompanhamento das atividades do curso é realizado pelo coordenador através de vários recursos tais como: os planos de ensino, os registros feitos nos diários de classe e de orientação, as produções realizadas pelos alunos, a observação das aulas, as conversas com os discentes e docentes, as produções acadêmicas dos docentes e discentes, as reuniões pedagógicas, as reuniões dos órgãos colegiados e instrumentos formais que coletam dados avaliativos.

Todo esse acompanhamento não tem como meta a fiscalização, mas a identificação dos elementos necessários para o constante aprimoramento do ensino. Dessa identificação resultam ações que podem ser resumidas em demandas de natureza administrativa, demandas de natureza pedagógica para com discentes e docentes, orientações e estabelecimento de diretrizes e em processos formativos junto ao corpo docente. Essas ações são cotidianas e constantes.

Além disso, os coordenadores das licenciaturas da Faculdade se reúnem também semanalmente com o objetivo de traçar macro estratégias de gestão, alinhando ações comuns aos cursos e atividades de integração.

O Plano de Ação do Coordenador é realizado anualmente e compartilhado com a comunidade acadêmica. O desempenho do Coordenador é avaliado segundo os indicadores do Plano de Remuneração e Evolução Profissional – PREP – do SESI-SP:

- Compromisso Profissional
- Foco no Cliente Interno e Externo
- Melhoria Contínua
- Relacionamento Interpessoal



Valorização do Conhecimento

Análise e interpretação de informações

Atualização técnica

Cumprimento dos prazos e qualidade de seu trabalho

Diagnóstico Escolar

Direcionamento e Desenvolvimento da equipe

Estabelecimento de Parcerias

Foco no resultado

Planejamento

Processo Pedagógico e Qualidade do Ensino

Tomada de decisão

2.4 Regime de trabalho do coordenador do Curso

O Coordenador do Curso é contratado em regime de trabalho

integral, o que permite o atendimento aos alunos, professores, tutores e

equipe multidisciplinar, promovendo integração entre eles e a

administração da potencialidade do corpo docente.

O tempo dedicado à Coordenação do Curso permite o cumprimento

do Plano de Ação do Coordenador, visando a melhoria contínua do curso

e de sua atuação.

2.5 Titulação do Corpo Docente do Curso

A formação dos professores e suas áreas de estudo e pesquisa

estão diretamente relacionadas às necessidades das Unidades

Curriculares as quais eles são responsáveis.



Os professores participam semanalmente de reuniões pedagógicas

junto ao coordenador de curso para alinhamento

Os professores constantemente analisam os conteúdos dos

Componentes Curriculares durante a elaboração de seus planos de

ensino e nas reuniões pedagógicas periódicas, abordando a sua

relevância para a formação do discente.

A atuação dos professores em suas áreas proporciona aos alunos

acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos

das disciplinas e ao perfil do egresso, fomentando o raciocínio crítico com

base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta.

O incentivo à produção do conhecimento é realizado por meio dos

Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa (NIPE), no qual professores e

alunos, de forma colaborativa, constroem conhecimento a partir da linha

de estudo escolhida.

É incentivada pela instituição a participação frequente dos docentes

em eventos, como congressos, seminários, workshops etc., bem como a

publicação em periódicos, livros entre outros, com vistas a divulgação dos

trabalhos realizados e atualização constante no que concerne aos

conhecimentos da área de Linguagens e da Educação.

2.6 Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

Os professores são, em sua maioria, contratados em regime de

trabalho parcial ou integral, sendo assim distribuídos: 90% em tempo

parcial e 10% horistas.

As atividades dos professores são registradas no Plano de

Atividades Docente, o qual contém a distribuição da carga horária do

professor, segundo as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão



descritas no próprio documento, além de carga horária de planejamento para que os professores possam planejar suas aulas e atividades, preparar e corrigir as avaliações de aprendizagem.

Para a definição da carga horária de cada professor é considerada, além da sua disponibilidade e aderências às Unidades Curriculares, a necessidade do curso para atendimento integral da demanda existente.

As participações dos professores nas reuniões pedagógicas, do NDE, do Colegiado do Curso e dos Colegiados da IES (CSG, CEPE e CPA), também são consideradas na definição do regime de trabalho docente e registradas no Plano de Atividades Docente no início de cada semestre letivo.

Ao término de cada semestre, os professores fazem uma autoavaliação, que compõe ata de reunião de Colegiado de Curso, na qual avaliam sua atuação em cada uma de suas atividades. Esta autoavaliação é discutida na reunião de Colegiado de Curso e compõe a base de planejamento do semestre posterior e da gestão para melhoria contínua.

2.7 Experiência no exercício da docência na Educação Básica

O tempo médio de experiência na Educação Básica dos professores da instituição é de 12 anos, o que os permite apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos Componentes Curriculares, adequar a exposição do conteúdo em linguagem aderente às características da turma, além de exercer liderança em sala de aula e ser reconhecido por sua produção técnica e acadêmica.

São realizadas avaliações diagnósticas, formativas e somativas ao longo do semestre letivo, de forma contínua, cujos resultados são utilizados para redefinição de sua prática docente no período.



A identificação das dificuldades dos alunos é percebida nas aulas e

atividades, assim como nos resultados das avaliações. Elas são

discutidas pelos professores nas reuniões pedagógicas e são elaboradas

atividades específicas para a promoção da aprendizagem desses alunos.

2.8 Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente

Os professores da instituição possuem experiência média em

magistério no Ensino Superior de 10 anos e são atuantes em suas

respectivas áreas de pesquisa, proporcionando reconhecimento pela sua

produção.

A prática docente permite que os professores possam adequar as

atividades e utilizar linguagem aderente às características de cada turma,

valendo-se de atividades elaboras conforme a necessidade de cada

Unidade Curricular. Essa diversidade de metodologia utilizada pelos

professores permite identificar eventuais dificuldades dos estudantes e

adaptar as atividades conforme as necessidades de cada um.

A avaliação contínua é composta de diferentes instrumentos de

avaliação diagnóstica, formativa e somativa, sendo os resultados

discutidos nas reuniões pedagógicas e utilizados para adequar das ações

docentes quando necessário.

2.9 Experiência no exercício da docência na educação a distância

Os Conteúdos Curriculares que utilizam a modalidade de Educação

a Distância tratam exatamente do ensino e da elaboração de material

didático para essa modalidade. Dessa forma, a metodologia de ensino

está alinhada ao conteúdo a ser aprendido pelos estudantes.

As atividades síncronas e assíncronas permitem ao docente

verificar a aprendizagem do aluno e perceber suas dificuldades na

SESI DE EDUCAÇÃO

Faculdade SESI-SP de Educação

aprendizagem. Essas dificuldades são discutidas nas reuniões pedagógicas e as atividades, quando necessário, são adaptadas.

Os docentes responsáveis por essas Unidades Curricular têm experiência docente na Educação a Distância superior a 03 anos.

2.10 Atuação do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é órgão consultivo, normativo, de planejamento acadêmico e executivo, que é constituído para cada um dos cursos de Licenciatura, visando os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as diretrizes da instituição, exercendo suas atribuições, definidas em seu Regulamento. São elas:

- Definir a política para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no âmbito de cada curso em conformidade com o planejamento estratégico da instituição;
- II. Avaliar, sempre que houver necessidade, e devidamente articulada à Comissão Própria de Avaliação (CPA) o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso - PPC, em todos os seus aspectos, e encaminhar os resultados ao NDE;
- III. Analisar e emitir pareceres sobre os projetos de pesquisa e extensão relacionados à área de cada curso de licenciatura de acordo com o Plano Institucional de Pesquisa;
- IV. Analisar e aprovar os Planos de Ensino das unidades curriculares de licenciatura, propondo alterações, quando necessário;
- V. Propor Plano para Formação Continuada dos docentes de acordo com os regulamentos aprovados no CEPE e encaminhar ao CSG;



VI. Analisar e propor adequações ao calendário acadêmico, encaminhando para o CEPE;

VII. Avaliar semestralmente, em reunião específica, a execução dos Planos de Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, enviando relatório ao CEPE:

VIII. Examinar e responder quando possível as questões suscitadas pelos docentes e discentes, ou encaminhar ao setor competente, cuja solução transcenda as suas atribuições;

IX. Apresentar ao CEPE regulamentos específicos do Curso referentes aos Núcleos de Estudos Integradores, Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório, Residência Educacional e Trabalhos de Conclusão de Curso;

X. Avaliar e promover a integração das unidades curriculares do curso, assim como a de outros cursos, visando garantir a qualidade didático-pedagógica, a integração dos diferentes conteúdos e a interdisciplinaridade;

O Colegiado de curso possui representatividade dos segmentos da Comunidade Acadêmica, sendo composto por:

I – Coordenador do Curso, como presidente:

 II – 03 (três) professores representantes titulares do corpo docente do curso, e seus respectivos suplentes, eleitos por seus pares, permitida a recondução;

III – 01 (um) representante discente e seu suplente, por turma do curso, eleitos por seus pares, permitida a recondução.



O colegiado do curso reúne-se ordinariamente no início e no final de cada período letivo, registrando suas reuniões e decisões em ata. Reuniões extraordinárias podem ser convocadas pelo seu Presidente, por iniciativa própria, ou por requerimento de um terço de seus membros.

As decisões e sugestões aprovadas, por maioria simples, nas reuniões de colegiado são encaminhadas ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE e ao Conselho Superior e de Gestão – CSG.

É realizada avaliação periódica do desempenho do Colegiado do Curso, possibilitando acompanhamento e ajuste de práticas de gestão.

FACULDADE

3 INFRAESTRUTURA

3.1 Espaço de trabalho para professores Tempo Integral – TI

Os professores em tempo integral possuem espaço de trabalho

distribuídos em 3 salas que viabilizam ações acadêmicas, como

planejamento didático-pedagógico, garantindo a privacidade para uso dos

recursos, para o atendimento a discentes e orientandos.

Esses espaços contam com recursos de tecnologias da informação

e comunicação apropriados; são 17 computadores conectados à internet

distribuídas nas salas, além do sistema wireless de acesso à internet sem

fio.

Em cada sala há armários para a quarda de material e

equipamentos pessoais dos professores, com segurança.

As salas dos professores são excelentes quanto a dimensão,

limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e

comodidade, além de serem devidamente equipadas para que as

atividades acadêmicas sejam plenamente desenvolvidas com qualidade,

atendendo às necessidades institucionais.

3.2 Espaço de trabalho para a Coordenação do Curso

A coordenação do curso atende docentes e discentes em sala

específica, onde conta com estação de trabalho individual e infraestrutura

tecnológica que possibilita formas distintas de trabalho. A sala atende às

necessidades institucionais. viabilizando as ações acadêmico-

administrativas.



O atendimento aos alunos, individual ou em grupo, com privacidade

pode ser realizada na sala de Coordenação ou na sala de reuniões,

localizada logo em frente, que também possui infraestrutura tecnológica

que possibilita formas distintas de trabalho.

3.3 Sala coletiva de professores

As salas dos professores são excelentes quanto a dimensão,

limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e

comodidade, além de serem devidamente equipadas para que as

atividades acadêmicas sejam plenamente desenvolvidas com qualidade,

atendendo às necessidades institucionais.

Na Faculdade, há espaços que permitem o descanso, realização de

atividades de lazer e de saúde, assim como a integração dos professores.

O apoio técnico administrativo dos professores fica na Secretaria

da Faculdade, onde estão concentradas as atividades administrativas. Há

ainda técnicos de laboratórios didáticos e de informática que auxiliam os

professores em suas atividades.

3.4 Salas de aula

A FASESP possui 16 salas de aula, somando 944 m², adequadas

ao número de alunos do curso (40 por turma), devidamente iluminadas,

com acústica, ventilação, conservação e comodidade, atendendo às

condições de salubridade. A limpeza e conservação das salas são feitas

diariamente por equipe própria.

Todas as salas estão equipadas com quadro branco, data show e

pontos para conexão de internet e notebooks, ventiladores e janelas. O

docente fica alocado em mesa própria.

Rua Carlos Weber, 835 - Vila Leopoldina CEP 05303-902 - São Paulo - SP



Em função das metodologias de ensino utilizadas nos cursos, as salas de aula contam com mesas de trabalho coletivo e cadeiras, que podem ser arranjadas de diferentes configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino e aprendizagem.

Os professores contam também com dois carrinhos de notebooks, com 40 máquinas em cada um, que podem ser utilizados nas salas de aula pelos alunos, possibilitando formas diferenciadas do uso da tecnologia.

3.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

A infraestrutura tecnológica e internet são atualizados e em quantidade adequada às demandas da Faculdade. Os alunos podem ter acesso aos 129 equipamentos de informática nos laboratórios: de Informática (40), na Biblioteca (9) ou nos dois Laboratórios Móveis - carrinhos com notebooks (80).

As máquinas possuem a seguinte configuração e softwares: processador Intel® Core i5 3330, memória RAM de 8GB, HD de 500GB, Microsoft Office 2016 (Word, Excel, PowerPoint, Access, Outlook e Onedrivre), RStudio, R Project, Arduino, Gimp.

Há disponibilizado em todo o prédio acesso à internet por meio do WiFi, com velocidade de 200 mbps, após a autenticação feita com o CPF e senha cadastrada no Portal do Aluno. O acesso dos funcionários é realizada por meio da identidade funcional.

O laboratório de informática fica disponível para utilização livre de segunda à sexta das 14h30 às 18h30; após esse horário, o laboratório fica disponível para utilização dos alunos, caso não esteja sendo utilizado para aulas. As normas de funcionamento estão afixadas no Laboratório.



Os computadores educacionais possuem scripts de limpeza e softwares para restauração do Sistema Operacional após reinício, a fim de reduzir a quantidade de manutenção preventiva no software; os laboratórios possuem ar condicionado e as janelas são fechadas a fim de evitar poeira no interior das máquinas; todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva são feitos por empresa terceirizada contratada pelo SESI-SP.

3.6 Bibliografias básica e complementar por Unidade Curricular

A Biblioteca dispõe de instalações que incorporam concepções arquitetônicas, tecnológicas e de acessibilidade; atende plenamente aos requisitos de: dimensão, sinalização, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação, conforto e horários de atendimento.

A Biblioteca oferece acesso às principais fontes bibliográficas e de informação na área da Educação, prestando apoio de pesquisa e mantendo intercâmbio com redes de informação.

Tem, entre suas atribuições, o apoio ao desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, e a prestação de assistência na identificação das indicações bibliográficas e na sua aquisição.

A Biblioteca desenvolve suas coleções, com a inclusão de lançamentos de editoriais nas áreas do conhecimento que contribuem para a atuação do corpo docente e para formação dos estudantes. Mantém o acervo sempre atualizado, adquirindo, também, novos suportes informacionais com conteúdos pertinentes à atuação da Faculdade.

Em relação à informatização, os computadores, aplicativos, e programas são de tecnologia atual e em quantidade que atende plenamente às demandas previstas para a utilização do acervo,



permitindo diversas formas de pesquisa, reserva e renovação de livros

on-line e acesso via Internet.

O acervo da biblioteca considera as bibliografias básica e complementar das unidades curriculares dos cursos, além de obras de

autores clássicos de cada área e bibliografia em áreas correlatas para

apoiar o desenvolvimento das pesquisas realizadas na Instituição.

Ainda sobre o acervo, a coleção da biblioteca é composta por obras

de referências (dicionários, enciclopédias, guias, entre outros de caráter

geral e específico), além de materiais para a acessibilidade de público

PNE, como livros em braile e táteis.

A Biblioteca conta ainda com a assinatura da Biblioteca Virtual da

Pearson que reúne mais de 30 editoras e oferece aproximadamente 8.000

títulos distribuídos em 40 áreas do conhecimento e conteúdos

multidisciplinares.

O acesso é ilimitado e pode ser realizado em computadores, tablets

ou smartphones. Dispõe de recursos como anotações, marcações e

leitura online e/ou off-line. Também pode ser acessada por deficientes

visuais e auditivos por meio de integração com softwares

acessibilidade. Há ainda o Plano de Contingência para a garantia do

acesso e do serviço.

Com relação aos periódicos, estão presentes os principais títulos

existentes na(s) área(s) de formação dos cursos, além de disponibilizar

acesso a portais on-line que possuem periódicos científicos das diversas

áreas (CAPES, SCIELO, entre outros) e assinatura de bases específicas

(JSTOR). Jornais diários e revistas semanais de grande circulação

também fazem parte do acervo.

Todo o acervo da biblioteca está tombado e registrado no sistema

Pergamum e encontra-se disponível para consulta online.



As Bibliografias Básica e Complementar foram analisadas e

adequadas pelos professores do curso, sendo, posteriormente, aprovada

pelo NDE, após análise de compatibilidade de cada bibliografia da UC,

entre o número de vagas autorizadas, do próprio curso e de outros que

utilizem os títulos, e a quantidade de exemplares por título ou assinatura

de acesso disponível no acervo.

3.7 Laboratórios didáticos de formação específica

O curso de Licenciatura em Linguagens possui, além das atividades

de prática de ensino que ocorrem nas Unidades Curriculares, atividades

de prática em laboratórios didáticos equipados de acordo com a sua

finalidade e planejado de modo a atender as vagas autorizadas e ao

espaço físico existente.

Os laboratórios atendem grupos de até 40 alunos, equipado com

projetor multimídia, um computador, lousa, e espaço de trabalho para

discentes e para o docente. Diariamente são feitas vistorias preventivas;

havendo necessidade, é realizada manutenção pelo setor responsável

mediante solicitação de ordem de serviço.

Professores e alunos assistem a uma palestra que orienta sobre a

segurança e a utilização dos laboratórios; os professores assinam um

formulário de responsabilidade e os alunos a lista de presença na

Além disso, as normas de utilização, funcionamento e

segurança dos laboratórios estão disponíveis aos usuários em local

visível e acessível.

Para a utilização do laboratório escolhido, o professor faz o

agendamento ao técnico responsável, descrevendo os materiais e

procedimentos que serão realizados em aula, segundo formulário de



solicitação de uso. Os materiais são separados pelo técnico, utilizados e lavados pelos alunos; após a vistoria técnica, estando tudo em ordem, são guardados novamente.

Para o curso de Licenciatura em Linguagens, os laboratórios do curso são:

Ambiente	Quantidade	Área (m²)
Laboratório de Línguas	1	58,76
Terreiro das Artes	1	110
Laboratório de Informática	1	58,97
Laboratório de Multimídia	1	58,97
Estúdio	1	30,3
FAB-LAB	1	126

Os insumos, materiais e equipamentos possuem em quantidades condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, segundo a finalidade de cada laboratório.

Os laboratórios são avaliados periodicamente quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios; os resultados obtidos são utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas neles.

3.8 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, com a finalidade de salvaguardar os direitos e a dignidade dos sujeitos de pesquisa. Além disso, o CEP contribui para a qualidade das pesquisas e para a discussão do papel da pesquisa no desenvolvimento institucional e no desenvolvimento social da



comunidade. Contribui ainda para a valorização do pesquisador que recebe o reconhecimento de que sua proposta é eticamente adequada.

Finalmente, o CEP exerce papel consultivo e, em especial, papel educativo para assegurar a formação continuada dos pesquisadores da instituição e promover a discussão dos aspectos éticos das pesquisas em seres humanos na comunidade.

De acordo com a Res. CNS 196/96, "toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa".

3.9 Ambientes profissionais vinculados ao curso

Além dos laboratórios de formação específica, há outros laboratórios na Faculdade que, apesar de estarem vinculados aos outros cursos, deverão ser utilizados, dada a valorização do trabalho interdisciplinar. São eles: Laboratório de Biologia, Laboratório de Física, Laboratório de Química e Laboratórios de Matemática I e II.

Toda a infraestrutura atende as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida para que utilizem as instalações e serviços educacionais, conforme a legislação que dispõe sobre a prioridade e as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Oferece, deste modo, acessibilidade arquitetônica (rampa, elevadores, banheiros etc.) e de comunicação (interpretação em Libras), visando a frequência do estudante, o convívio acadêmico e o aprendizado.

A Biblioteca da Faculdade SESI-SP de Educação tem por objetivo apoiar as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. O acervo atende aos discentes, docentes, pesquisadores, demais pessoas vinculadas a Faculdade e aos Centros Educacionais da Rede SESI-SP de Ensino, para



consulta local e empréstimos. A coleção da Biblioteca é composta por livros, recursos audiovisuais (DVDs, CD-ROMs), softwares.

Além da Biblioteca da Faculdade, os estudantes, professores e equipes técnicas têm acesso livre à *Biblioteca e Gibiteca SESI*, do Centro de Atividades Gastão Vidigal do SESI-SP, na Vila Leopoldina, local onde funciona a Faculdade. Esta biblioteca reúne títulos sobre o atual universo da literatura, quadrinhos, cinema e música. Com a curadoria do professor Álvaro de Moya, um dos maiores especialistas mundiais em histórias em quadrinhos, a Gibiteca do Sesi incorpora em seu acervo desde as publicações mais populares, como os heróis da Marvel e da DC Comics, passando por Will Eisner, Neil Gaiman e Frank Miller, até títulos raros, como as coleções da Ebal dos anos 1950, quadrinhos de Alan Moore, edições italianas de *Tex* e *Dylan Dog*, entre outros. Os visitantes podem acessar à internet, livros, gibis, *graphic novels*, filmes em DVD, música e jornais nacionais e internacionais.

Além desses espaços, a Faculdade dispõe de um teatro localizado no pavimento térreo, equipado com 100 lugares, inclusive para deficientes físicos, e de um miniauditório, com capacidade para 60 lugares.

Possui ainda um FAB LAB (abreviação do termo em inglês fabrication laboratory), que é uma plataforma de prototipagem rápida de objetos físicos, inserida em uma rede mundial de quase oito centenas de laboratórios: dos Estados Unidos ao Afeganistão, da Noruega a Gana, de Costa Rica a Holanda. Tem como base o empoderamento do aluno e da comunidade local e é apoiado por uma realidade global, que é a rede internacional. O objetivo destes laboratórios é ser um ponto de encontro e conexão de ideias, as quais são materializadas através da fabricação digital, eletrônica e programação.





4 REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer

CNE/CES N. 280/2007 Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de

Graduação em Artes Visuais, Bacharelado e Licenciatura.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução

CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais

para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de

formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para

a formação continuada.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução

CNE/CP N. 4/2010. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação

Básica.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução

CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e

Cultura Afro-Brasileira e Africana. Fundamentada no Parecer CNE/CP n.º

03/2004, de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações

Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Brasília, 2004. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf. Acesso em abril de

2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº

10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais -

Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em:

. Acesso em abril de

2017.

SESI

Faculdade SESI-SP de Educação

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº: 11, de 30 de junho de 2009**. Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio. Publicado no Diário Oficial da União, 25 de ago. 2009, Seção 1, p. 1. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/parecer_11_30062009.pdf> Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 02, de 26 de junho de 1998**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb015_98.pdf>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução** CNE/CEB nº 01,

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 01, de 05 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 11/2000, de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos, e Resolução CNE/CEB nº 03/2010, baseada no Parecer CNE/CEB nº 06/2010, de Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC/CNE, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Fundamentada no Parecer CNE/CEB



17/2001, de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, complementadas pelas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (Resolução CNE/CEB nº 04/2009 e Parecer CNE/CEB nº 13/2009), para implementação do Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Brasília: MEC/CNE, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 01, de 14 de janeiro de 2010.** Define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 22/2009, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Brasília, 2010. Disponível em: ">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15541-rceb001-10-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15541-rceb001-10-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15541-rceb001-10-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15541-rceb001-10-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15541-rceb001-10-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15541-rceb001-10-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15541-rceb001-10-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15541-rceb001-10-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15541-rceb001-10-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15541-rceb001-10-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=abril-2014-pdf&Itemid=30192>">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=abril

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 07 de dezembro de 2010.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 07/2010, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 30 de janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Baseada no Parecer CNE/CEB nº 05/2011, de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012. Disponível em:

FACULDADE

Faculdade SESI-SP de Educação

http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_3001201

2.pdf>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução

CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a

Educação em Direitos Humanos. Fundamentado no Parecer CNE/CP nº 8/2012,

de Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com docman&view=download&alia

s=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em

abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução

CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Ambiental. Fundamentado no Parecer CNE/CP nº

14/2012, de Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

Disponível em: http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf

Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto nacional de estudos e pesquisas

educacionais Anísio Teixeira - Inep. Comissão nacional de avaliação da

educação superior - CONAES. Diretoria de avaliação da educação superior -

DAES. NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES No065. Roteiro para Relatório

Autoavaliação Institucional. Brasília. 2014. Disponível

http://www.anaceu.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Nota-T%C3%A9cnica-

no-65-2014-Relat%C3%B3rio-CPA.pdf>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 5.626, de 22 de

dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que

dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098,



de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/ss1032406/Downloads/decreto_n_5626_2005.pdf>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-

2010/2009/Decreto/D7037.htm>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Nº 7.746, 5 de junho de 2012.** Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública — CISAP. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-

2014/2012/Decreto/D7746.htm>. Acesso em abril de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.788, de 25 setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências., sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em abril de 2017.

SESI

Faculdade SESI-SP de Educação

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

CARVALHO, A.M. P. **Os Estágios nos cursos de licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning BR, 2013.

D' ÁVILA, C. M.; ABREU, R. M. (Org.). O estágio curricular supervisionado na formação de professores e pedagogos. São Paulo: Editora CRV, 2014.

FAZENDA, I. C.A. Interdisciplinaridade na Formação de Professores: da teoria à prática. Canoas: Ed.ULBRA, 2006.

GATTI, B. In: CAPUCHINHO, C. Licenciatura não formam professores profissionais, afirma pesquisadora. São Paulo: **UOL notícias: educação**. 23 de abril de 2014. Disponível em: http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/23/licenciaturas-nao-formam-professores-profissionais-afirma-pesquisadora.htm. Acesso em abril de 2017.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade,** Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em abril de 2017.

GRÍGOLI, J. A. G. et al. A formação do professor investigador na escola e as possibilidades da pesquisa colaborativa: um retrato sem retoques. **Rev. Lusófona de Educação**, 2007, no.10, p.81-95.

HADJI, C. **Avaliação, regras de jogo**: das intenções aos instrumentos. 4ª. edição. Porto Editora, 1994.

HERON, J. Co-operative inquiry. Londres: Sage, 1987.

JACQUES, D. Learning in groups. Londres: Kogan Page, 1992.

LIMA, M. G. S. B. Sujeitos e saberes, movimento de autorreforma da escola. In: Mendes Sobrinho, José Augusto de Carvalho; Carvalho, Marlene Araújo de

SESI

Faculdade SESI-SP de Educação

(Orgs.). **Formação de professores e práticas docentes**: olhares contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 31-39.

MATTOS, C. L. G. A pesquisa em colaboração com o professor: vivências de campo em etnografia crítica de sala de aula. In MATTOS, C. L. G., & CASTRO, P. A. (orgs.) **Etnografia e educação**: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 85-100.

MOREIRA, A. L.; COSTA, I. M.; ASSIS, L. F. As bases legais do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura: entre o vigente e o novo. **Pedagogia em foco**. V. 13, n.10, 2018. Disponível em:

http://revista.facfama.edu.br/index.php/PedF/article/view/403.

NÓVOA, A. (Org.) **Profissão Professor**. 2. ed. Porto, Portugal: Porto, 1995.

PEREIRA, J. E. D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p.109-125 dez. 1999. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301999000300006.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo/BRA: Cortez, 2008.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995. p. 77-92.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI-SP). **Eixo Integrador Interáreas**: Ensino Fundamental e Médio. Divisão de Educação. São Paulo: SESI, 2017.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI-SP). **Eixos Integradores** - Linguagens. Ensino Fundamental e Médio. Divisão de Educação. São Paulo: SESI, 2017.



SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI-SP). **Referencial Curricular do Sistema SESI-SP de Ensino** – Ensino Fundamental. São Paulo: SESI-SP Editora, 2016.

TICKS, Luciane Kirchhof. O desenvolvimento de uma metaconsciência, no professor, acerca da importância de vivenciar a linguagem como prática social na sala de aula de língua inglesa por meio da pesquisa colaborativa. **Ling.** (dis)curso (lmpr.), Ago 2010, vol.10, no.2, p.339-368.